

RELATÓRIO ~
GESTÃO

2015-2017 / 2017-2019



Defensoria
Pública
BAHIA



Defensoria Pública
BAHIA



R E L A T Ó R I O

GESTÃO

2015-2017 / 2017-2019

EQUIPE DE GESTÃO



Primeira fileira: Marcos Fonseca, Maria Carmen Novaes, Janaina Canário, Marcelo Santana, Gianna Gerbasi, Cristina Ulm, Firmiane Venâncio, Fabíola Pacheco, Pedro Bahia, Cristiane Barreto, Soraia Ramos, Gisele Aguiar.

Segunda fileira: Walter Fonseca Jr., Lúdio Rodrigues, Lucas Melo, Rafson Saraiva Ximenes, Clériston Cavalcante de Macêdo, Wesley Amicés Pedreira, André Cerqueira, Laíse Carvalho, Mônica Aragão.

EQUIPE ADMINISTRATIVA



Primeira fileira: Gisele Bezerra, Ana Lúcia Faria, Gianna Gerbasi, Soraia Ramos, Mônica Lujan, Vanda Amorim, Jaqueline Lima, Fátima Cardoso.

Segunda fileira: Rogério Almeida, Cristina Ulm, Ademário Bastos, Zeneide Maria Fernandes Neves, Jair Costa Pereira, Sandro Paraíso, Gilda Gordilho, Socorro Lopes, Clériston Cavalcante de Macêdo, Rafson Saraiva Ximenes, Ricardo Lins, Diogo Castro, Aluizio Viana Oria Filho, Ana Lúcia Almeida, Laurindo Grilo Matos, Thales Almeida.

CARGOS DE GESTÃO

BIÊNIO 2015-2017

Defensoria Pública Geral

Clériston Cavalcante de Macêdo

Subdefensoria Pública Geral

Rafson Saraiva Ximenes

Corregedoria-geral

Carla Guenem de Fonseca Magalhães - Até 6/2015
Maria Auxiliadora S.B.Teixeira

Coordenação Executiva das Defensorias Especializadas

Gianna Gerbasi Sampaio Almeida de Moraes

Coordenação Executiva das Defensorias Regionais

Walter Nunes Fonseca Junior

Ouvidoria-geral

Tânia Palma - Até 7/2015
Vilma Reis

DP Especializada de Família

Donila Ribeiro Gonzales de Sá Fonseca

DP Especializada da Defesa da Criança e do Adolescente

Maria Carmen Albuquerque Novaes

DP Especializada de Proteção à Pessoa Idosa

Laise de Carvalho Leite

DP Especializada Cível e Fazenda Pública

Roberta Mafra
Gil Braga de Castro Silva

DP Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante

Eva dos Santos Rodrigues

DP Especializada Criminal e Execução Penal

Maurício Garcia Saporito

DP Especializada da Curadoria Especial

Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão

DP Especializada dos Juizados Especiais

Marcos Fonseca Meireles

1ª DP Regional - Feira de Santana

Marcelo Santana Rocha

2ª DP Regional - Vitória da Conquista

Lúdio Rodrigues Bonfim

3ª DP Regional - Ilhéus

Fabianne de Oliveira Souza

4ª DP Regional - Itabuna

George Santos Araújo

5ª DP Regional - Juazeiro

Wesclei Amices Marques Pedreira

6ª DP Regional - Santo Antônio de Jesus

Márcio Marcílio de Eça Santos

Assessoria do Gabinete

Pedro Paulo Casali Bahia
Cristina Ulm
Janaína Canário
Soraia Ramos Lima

Escola Superior da Defensoria Pública - ESDEP

Firmiane Venâncio Carmo Souza

Diretoria Geral

Paulo de Souza Nunes Filho
Gilda Maria Filgueiras Gordilho

Diretoria Administrativa

Juliana Rodamilans P. Lopes Silva

Diretoria Financeira

Ana Lucia Almeida dos Santos

Diretoria de Planejamento e Orçamento

Mônica Simon Viana Costa Lujan

Assessoria de Comunicação Social

Vanda Maria Amorim

Assessoria Jurídica

Fátima Cardozo

Coordenação de Modernização e Informática

Thales José Costa Almeida

Coordenação de Administração de Pessoal

Zeneide Maria Fernandes Neves

Coordenação de Contratos e Convênios

Gisele Cristiane de Lima Bezerra

Coordenação de Transportes

Jair Costa Pereira

Coordenação de Planejamento e Obras

Arnaldo Souza Moreira Neto

Coordenação de Serviços Administrativos

Rita de Cássia Sá Viana

Coordenação Permanente de Licitação

Laurindo Grilo Matos

Coordenação de Patrimônio

Ricardo Lins

Cerimonial

Maria do Socorro de Santana Lopes

BIÊNIO 2017-2019

Defensoria Pública Geral

Clériston Cavalcante de Macêdo

Subdefensoria Pública Geral

Rafson Saraiva Ximenes

Corregedoria-geral

Maria Célia Nery Padilha

Coordenação Executiva das Defensorias Especializadas

Gianna Gerbasi Sampaio Almeida de Moraes

Coordenação Executiva das Defensorias Regionais

Soraia Ramos Lima

Ouvidoria-geral

Vilma Reis

DP Especializada de Família

Donila Ribeiro Gonzales de Sá Fonseca

DP Especializada da Defesa da Criança e do Adolescente

Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo

DP Especializada de Proteção à Pessoa Idosa

Laise de Carvalho Leite

DP Especializada Cível e Fazenda Pública

Gil Braga de Castro Silva

DP Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante

Eva dos Santos Rodrigues

DP Especializada Criminal e Execução Penal

Fabiola Margherita Pacheco de Menezes

DP Especializada da Curadoria Especial

Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão

DP Especializada dos Juizados Especiais

Marcos Fonseca Meireles

1ª DP Regional – Feira de Santana

Marcelo Santana Rocha

2ª DP Regional – Vitória da Conquista

Jeane Meira Braga

3ª DP Regional – Ilhéus

Cristiane da Silva Barreto

4ª DP Regional – Itabuna

Walter Nunes Fonseca Junior

5ª DP Regional – Juazeiro

André Lima Cerqueira

6ª DP Regional – Santo Antônio de Jesus

Murillo Manoel Rocha Bahia Menezes

Lucas Silva Melo

Assessoria do Gabinete

Pedro Paulo Casali Bahia

Cristina Ulm

Janaína Canário

Maurício Saporito

Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP

Firmiane Venâncio Carmo Souza

Diretoria Geral

Gilda Maria Filgueiras Gordilho

Diretoria Administrativa

Ana Lúcia Antunes Faria

Diretoria Financeira

Ana Lucia Almeida dos Santos

Diretoria de Planejamento e Orçamento

Mônica Simon Viana Costa Lujan

Assessoria de Comunicação Social

Vanda Maria Amorim

Assessoria Jurídica

Fátima Cardozo

Coordenação de Modernização e Informática

Thales José Costa Almeida

Coordenação de Administração de Pessoal

Zeneide Maria Fernandes Neves

Coordenação de Contratos e Convênios

Gisele Cristiane de Lima Bezerra

Coordenação de Transportes

Jair Costa Pereira

Coordenação de Planejamento e Obras

Arnaldo Souza Moreira Neto

Coordenação de Serviços Administrativos

Aluizio Viana Oria Filho

Coordenação Permanente de Licitação

Laurindo Grilo Matos

Coordenação de Patrimônio

Ricardo Lins

Cerimonial

Maria do Socorro de Santana Lopes

BIÊNIO 2015-2017

MEMBROS NATOS

Clériston Cavalcante de Macêdo
Defensor público geral

Rafson Saraiva Ximenes
Subdefensor público geral

Maria Auxiliadora Santana B. Teixeira
Corregedora geral

Vilma Maria dos Santos Reis
Ouvidora geral

MEMBROS TITULARES ELEITOS

Cynara Fernandes Rocha Gomes
Daniel Nicory do Prado
Deliene Martins de Carvalho
Marcelo dos Santos Rodrigues
Rosane de Melo Assunção
Hélia Maria Amorim Santos Barbosa

MEMBROS SUPLENTES ELEITOS

Bethânia Ferreira de Souza
Virdálio de Senna Neto
Nelson Alves Côrtes Neto
José Renato Bernardes da Costa
Iracema Érica Ribeiro Oliveira
Alex Raposo dos Santos

BIÊNIO 2017-2019

MEMBROS NATOS

Clériston Cavalcante de Macêdo
Defensor público geral

Rafson Saraiva Ximenes
Subdefensor público geral

Maria Célia Nery Padilha
Corregedora geral

Vilma Maria dos Santos Reis
Ouvidora geral

CONSELHEIROS ELEITOS TITULARES

Tereza Cristina Almeida Ferreira
Martha Lisiane A. Cavalcante
Isabel Cristina Souza Neves Almeida
Daniel Nicory do Prado
Antônio Raul Borges Palmeira
José Jaime de Andrade Neto

CONSELHEIROS ELEITOS SUPLENTE

Eduardo Feldhaus
Marcelo dos Santos Rodrigues
Felipe Silva Noya
Daniel Soeiro Freitas
Marcus Vinicius Lopes Almeida
Cesar Ulisses O. Monteiro Costa

SUMÁRIO

EIXO 1 - INSTITUIÇÃO

- 22 MAIS DE 1 MILHÃO DE PESSOAS SÃO ATENDIDAS NA BAHIA
- 26 DEFENSORIA EM MOVIMENTO
- 30 *SOU PAI RESPONSÁVEL* UMA AÇÃO CIDADÃ
- 32 AÇÃO CIDADÃ ESTIMULA ADOÇÃO
- 36 RESGATE SIMBÓLICO DE JUSTIÇA
- 42 MÃOS QUE RECICLAM
- 44 SOCORRER LEVA DIREITOS A IDOSOS INCAPAZES
- 46 OUVIDORIA - OLHOS E OUVIDOS DO POVO
- 48 DIÁLOGO PERMANENTE COM A SOCIEDADE CIVIL
- 50 POP RUA PROMOVE CIDADANIA
- 52 CARTILHAS DIFUNDEM EDUCAÇÃO EM DIREITOS
- 54 GESTÃO DOCUMENTAL É REALIDADE
- 56 MEMORIAL E LIVRO RESGATAM 30 ANOS DE HISTÓRIA

EIXO 2 - GESTÃO

- 60 DESAFIOS DE UM *ORÇAMENTO PARTICIPATIVO*
- 61 CIDADÃO COM VOZ ATIVA
- 63 DEFENSORIA ALCANÇA MAIS COMARCAS
- 70 PLANEJAR PARA CRESCER
- 72 SISTEMA DE EXPANSÃO É MODELO NO BRASIL
- 75 FROTA É AMPLIADA
- 77 INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
- 79 VIDEOCONFERÊNCIA IMPLANTADA PARA GERAR ECONOMIA
- 81 VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- 85 FORÇA DA COMUNICAÇÃO
- 86 APROVAÇÃO DE LEI TRAZ AVANÇOS PARA DEFENSORIA
- 88 COMENDA E MEDALHAS COMO RECONHECIMENTO PÚBLICO

EIXO 3 - CARREIRA

- 92** INTERIORIZAÇÃO AVANÇA COM NOVOS DEFENSORES
- 94** DE 2015 A 2018, 94 NOVOS MEMBROS
- 96** ABERTA NOVA SELEÇÃO PARA SERVIDORES
- 97** MAIS ESTAGIÁRIOS NO APOIO
- 100** MATERNIDADE E PATERNIDADE RESPEITADAS

EIXO 4 - FORMAÇÃO

- 104 CONGRESSOS ESTIMULAM DEBATES E APRENDIZADO
- 108 VIDEOCONFERÊNCIA AMPLIA ACESSO AO CONHECIMENTO
- 110 COMUNIDADES GANHAM DEFENSORAS POPULARES
- 112 PROJETO SEXTA JURÍDICA
- 113 O POVO DÁ POSSE
- 115 FAJ GARANTE PROJETOS EDITORIAIS
- 119 ESPECIALIZAÇÃO EM DEFENSORIA PÚBLICA
- 121 PRÁTICAS EXITOSAS PREMIADAS
- 124 PROJETO INCLUI AUTISTAS EM ESTÁGIO

CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO

DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DA BAHIA



ENTREVISTA

A gestão do senhor foi marcada por um período de grave crise econômica, em que o próprio direito de defesa foi questionado. Conforme seu discurso de posse em 2017, “desde que a Defensoria Pública da Bahia se tornou autônoma, nenhum biênio de gestão apresentava uma conjuntura e um cenário externos tão desfavoráveis”. Quais foram as prioridades e principais diretrizes que o senhor estabeleceu para superar os desafios?

Logo no começo da gestão, em 2015, identificamos que para a Defensoria crescer, era preciso elaborar um planejamento estratégico, construído coletivamente por defensoras e defensores públicos e servidoras e servidores, que balizasse a atuação institucional desde os cenários mais favoráveis aos mais críticos. O que é mais importante? Como fazer uma gestão orientada para resultados e orientada para a população? Então lançamos em 2016 o livro *Plano Estratégico 2016-2026*, que mapeou a direção defensorial para 10 anos, visando ao crescimento, afinal, deveria haver uma evolução institucional para superarmos os desafios. Mas somente o planejamento não bastaria. Concentramos nossa gestão na busca de parcerias externas, para construir pontes e estreitar laços com a sociedade civil, organizações não governamentais e com os três poderes. Com uma visão democrata, o primeiro passo foi organizar conferências do *Orçamento Participativo* que possibilitassem que a população falasse das suas necessidades à Defensoria e direcionasse onde deveríamos aplicar nossos recursos.

Tendo em vista que o orçamento de 2014 para 2015 havia sofrido redução, foi com o pioneiro *Orçamento Participativo* – que consultou cidadãos, lideranças populares e representantes dos poderes em todas as comarcas em que a Defensoria está presente – que realmente conseguimos trazer a população para conosco direcionar as áreas prioritárias da instituição e alcançar a legitimidade necessária para mostrar ao Executivo e ao Legislativo que precisávamos aumentar nossos fundos. Ao nos aproximarmos do povo e das instituições, e estreitarmos o diálogo interinstitucional com o governo do Estado e suas secretarias, conseguimos a sensibilização para o reconhecimento do pleito e aumento do orçamento. Mostramos que mais recursos para a Defensoria é investimento e não gasto. Baseados no ponto de vista popular, nossas prioridades foram expandir e interiorizar a DPE, levar os serviços diretamente para o cidadão, fortalecer a atuação extrajudicial da instituição e desenvolver uma visão e um ambiente organizacional que orientasse a Defensoria não a atuar apenas na assistência jurídica, mas a passar a ser agente desencadeador de uma cidadania emancipatória. Nossa equipe se empenhou em cumprir as metas estabelecidas no Plano Estratégico e as demandas apontadas nas conferências do *Orçamento Participativo* pela população.

Outro grande feito foi a realização do sétimo concurso público da carreira defensorial, totalmente voltado para a questão social, que, além de ter disponibilizado cotas para negros, buscou selecionar vocacionados

para a Defensoria. Colocamos no edital temáticas que exigiam um olhar direcionado para o beneficiário da instituição, como Sociologia, Antropologia, Filosofia do Direito, História e realidade socioeconômica da Bahia, pois o concurso tem amplitude nacional, temos defensores e defensoras de diversos estados e era necessário conhecer as várias realidades do nosso. Além disso, investimos muito em recursos humanos, potencializando equipes multidisciplinares para atender melhor nosso beneficiário. Fomos pioneiros entre as defensorias estaduais em levar mais assistentes sociais e psicólogos às unidades instaladas em municípios que não são sedes de regionais.

Hoje, a instituição está mais fortalecida em sua autonomia e mais reconhecida externamente. Para essa superação também foi essencial o investimento em educação em direitos, para que a maior quantidade possível de pessoas pudesse compreender a nossa função e preceitos fundamentais da Constituição Federal, como o direito ao contraditório e à ampla defesa, que, num estado democrático, jamais deve ser flexibilizado.

O que o senhor tem a destacar sobre um projeto de Defensoria que vai ao encontro da população?

Trata-se de um projeto inclusivo e democrático. Sempre fui um idealista e, mesmo antes de ser gestor, sempre tive o desejo de ver a Defensoria Pública mais próxima do cidadão, mais envolvida com as redes de proteção e acolhimento às pessoas mais vulneráveis; sair dos gabinetes, poder levar a Defensoria para um público que nunca teve oportunidade de lutar pelos seus direitos, por meio das nossas itinerâncias e da Unidade Móvel de Atendimento. Aproveitei, por exemplo, as reuniões do Comitê Executivo do programa *Pacto Pela Vida* para articular e viabilizar o projeto *Defensoria Cidadã Itinerante*, que, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, hoje leva os serviços da DPE diretamente às Bases Comunitárias de Segurança em todo o estado.

E não só fomos ao encontro da população em questões de mobilidade, mas também no sentido de nos relacionarmos com a sociedade civil. Além das conferências do *Orçamento Participativo* que já mencionei, a Ouvidoria Externa e o Grupo Operativo da Ouvidoria, com representantes de municípios de toda a Bahia, foram fortalecidos; foram abertos diversos canais de diálogo com movimentos sociais e com as redes de proteção; temos uma Ouvidoria Externa participativa, com uma ouvidora-geral que é uma liderança popular importantíssima no nosso estado.

Também nos aproximamos virtualmente do cidadão, pois implementamos aplicativos, possibilitamos o agendamento *on-line* dos serviços, adequamos nosso *site* com recursos de acessibilidade, facilitamos a comunicação virtual através das redes sociais. Ou seja, posso afirmar que hoje a Defensoria tem uma ligação muito assertiva com os setores populares e com o cidadão, e que cresce a cada dia.

No que diz respeito ao seu desejo declarado de resgatar a capacidade de cada defensor sonhar com a sua atuação, de promover a defesa dos direitos dos que mais precisam junto aos que mais precisam, considera que as ações trouxeram o resultado esperado?

Não há dúvida. Não posso descrever a satisfação que sinto cada vez que ouço elogios ao excelente trabalho que colegas, auxiliados por servidoras e servidores, estagiários e estagiárias, desenvolvem não apenas em seus gabinetes, mas também nas comunidades. O Direito é uma engrenagem que move um enorme potencial de mudança da sociedade quando se faz cumprir, por isso a Defensoria é agente de transformação, principalmente por atuar diretamente na base da pirâmide, garantindo os direitos daqueles que mal sabem que os têm. Vejo muitas defensoras e defensores públicos fazendo um trabalho primoroso, seja com a população em situação de rua, seja com as mulheres que sofrem violência doméstica, com os grupos LGBT, com questões fundiárias urbanas, seja com a defesa responsável e firme aos Direitos Humanos e aos segmentos sociais mais vulnerabilizados, isso desde as comarcas mais longínquas até Brasília, nos Tribunais Superiores.

As parcerias que fizemos, os convênios que assinamos com as mais diversas instituições que têm missões e públicos similares aos nossos, os diálogos que abrimos com a sociedade civil, tudo contribuiu para que as pessoas reconhecessem mais a Defensoria. Tudo por conta da dedicação e vocação dos membros e de todos e todas que nos auxiliam na missão de garantir justiça, igualdade e dignidade para os indivíduos e para o coletivo.

A evolução orçamentária nesses dois biênios de gestão foi suficiente para a Defensoria implementar as metas?

Trabalhamos com o que tínhamos, sem nos intimidarmos. Embora tenha havido um incremento considerável, de cerca de 30% do orçamento – incluindo as suplementações frutos de diálogo intenso com o governador, não é o ideal. De 203 comarcas na Bahia, a Defensoria está presente em

apenas 34 agora em 2018 (com previsão de estarmos em 38 até o final da gestão, em março de 2019) e precisamos de um orçamento mais robusto para alcançar mais. O cenário geral não era bom. A crise obrigou o Estado a reduzir gastos, mas mesmo assim a Defensoria conseguiu, com garra, coragem e, principalmente, planejamento e dedicação da equipe, avançar e ativar unidades em mais 10 comarcas onde antes não havia (em 2015 eram apenas 24). Mesmo com orçamento baixo conseguimos alcançar as metas estabelecidas, até mesmo ultrapassá-las, a exemplo da ampliação da área de transportes da instituição e na aquisição de patrimônios. Cumprimos mais do que nos comprometemos a fazer.

Se compararmos com outras instituições do Sistema de Justiça, a Defensoria ainda está bem aquém em recursos orçamentários; não temos ainda um orçamento compatível com a importância e a missão institucional e constitucional. Mas estamos lutando continuamente para alcançar o patamar justo que a instituição e os cidadãos merecem. Sei que, se continuarmos com o mesmo fôlego e determinação, vamos avançar e levar o acesso à Justiça a muito mais pessoas. A partir 2016 ultrapassamos 1 milhão de atendimentos ao ano.

Como o senhor avalia os avanços alcançados na área de modernização tecnológica? E como anda o acesso virtual do cidadão aos serviços da Defensoria?

A tecnologia avança muito rápido, transforma a cultura e os modos de produzir e atribui uma nova lógica às relações de trabalho. A própria interação entre humano e máquina muda para se adequar à nova era digital. No início da nossa primeira gestão, em 2015, percebemos que uma das demandas mais urgentes era justamente a atualização tanto das ferramentas de trabalho, físicas e virtuais, quanto dos próprios membros da instituição. Para implementar a transformação digital, nós adotamos domínio *.def*, em substituição ao *.gov*; fomentamos canais de autoatendimento (com a criação do portal da transparência, do agendamento *on-line* e do aplicativo da Defensoria para Android e IOS); automatizamos processos da Defensoria como, por exemplo, para concessão de diárias e almoxarifado, implantamos o sistema para rodar a nossa própria folha de pagamento e digitalizamos milhares de arquivos físicos contidos nas pastas funcionais dos membros da instituição. Com o auxílio técnico da Coordenação de Modernização e Informática da DPE, investimos em infraestrutura, compramos novos computadores, *notebooks*, ampliamos a banda larga

para termos mais velocidade de internet, desenvolvemos *softwares* e aplicativos para gerenciar as atividades institucionais internas, como o *Sistema de Planejamento e Expansão*, o *Sistema de Acompanhamento da Carreira Defensorial*, onde é possível consultar *on-line* a lista de antiguidades para efeito de ascensão na carreira. Também atualizamos o Sistema Integrado de Gestão de Atendimento da Defensoria - Sigad, personalizando-o em diversas áreas de atuação. Temos hoje como destaque as transmissões pelo nosso sistema de videoconferência, que permite a interação virtual a distância em reuniões e eventos - o que gerou economia para a DPE em diárias, passagens e combustível, e reduziu os riscos constantes para a equipe de pegar estrada, inclusive tendo essa efetividade reconhecida por uma premiação nacional, dentre outros benefícios institucionais. Nossa Assessoria de Comunicação também tem se empenhado em impulsionar a imagem da Defensoria, principalmente nas redes sociais e nas campanhas institucionais. Tudo isso resulta em um melhor acesso e na melhor experiência do cidadão que utiliza os meios virtuais para buscar informação e consultar a DPE.

Considerando os eixos estabelecidos pelo senhor - instituição, gestão, carreira e formação - qual é o balanço de cada mandato?

Esses eixos genéricos apresentam uma linearidade de atuação. A instituição contribui para a garantia de acesso a justiça, dignidade e inclusão social atendendo o público, desenvolvendo projetos e ações; a gestão orienta, alimenta a força motriz e dá todo o aparato para que a missão institucional seja cumprida, planejando, dirigindo, alocando recursos; a carreira é o que de fato move a Defensoria, possui o trabalho intelectual/social e o vigor para atuar diretamente com o assistido na atividade-fim da DPE; já a formação é o que eu considero o aspecto preventivo, invisível, que vai refletir na sociedade por conta de todo esse esforço defensorial em transformá-la de dentro para fora, compartilhando conhecimentos e capacitando defensoras e defensores públicos, servidoras e servidores públicos, estagiárias e estagiários e também o público externo. A educação é uma das nossas maiores apostas para o futuro. Considero que, diante dessa conjuntura bem amarrada, fomos bem-sucedidos: superamos um milhão de atendimentos a cada ano, alcançamos mais 10 comarcas, até o final do mandato já devemos ter inaugurado cerca de 40 sedes, temos cerca de 90 novos membros e formamos diretamente mais de 20 mil pessoas, sem contar aquelas que são beneficiadas indiretamente pelo material de educação em direitos especializado da DPE. Vencemos, por-

tanto, muitos desafios, mas a demanda da população não é estagnada. Ela cresce junto com o aumento do número de habitantes em situação de vulnerabilidade devido à instabilidade da economia. Dados divulgados pelo IBGE no início de dezembro deste ano apontam que a população brasileira em extrema pobreza aumentou 13% no último ano, passando de 13,5 milhões para 15,3 milhões. Como podem ver, sempre haverá desafio a ser enfrentado por esta instituição, que tem obrigação constitucional de defender os direitos dessa população.

Por que é importante esse compromisso de educar o público interno e externo em direitos?

Conhecimento liberta, dá autonomia para se lidar com os problemas e entendimento para superá-los. Nesse período, buscamos fornecer conhecimento tanto em direito quanto em temas multidisciplinares de utilidade pública para emancipar cidadãos. A Escola Superior da Defensoria Pública – Esdep foi fundamental para isso. Grupos de estudo, reuniões temáticas, audiências públicas, publicações em direitos, revistas e cartilhas, todas essas iniciativas contribuem para a mudança de consciência e a transformação gradual da nossa realidade social. Cidadãos conscientes cobram que a sociedade se torne mais justa.

Com a proposta de educação busquei não só aproximar a Defensoria do cidadão, mas, aproximar o defensor do defensor. Além de viabilizar, através do Fundo de Assistência Judiciária, a participação em vários congressos temáticos externos, realizamos dois congressos estaduais (além de um nacional) para debater a atuação estratégica da Defensoria num momento de dificuldade econômica e política, para saber como se deve portar num cenário de violação de direitos de muitos grupos vulneráveis. Minha equipe e eu acreditamos que só através da qualificação, da forma de atuação conjunta, interna e transversal, poderíamos ser fortes e resistir às intempéries.

Quanto à recente alteração da Lei Orgânica da Defensoria (26/2006) pela Lei Complementar 46, de 29 de outubro 2018, o que o senhor tem a ressaltar?

Essa atualização para se adequar às mudanças constitucionais é uma luta nossa desde 2015. Vínhamos fazendo as atualizações constitucionais ao longo do tempo através de resoluções do Conselho Superior e agora essa atuação foi coroada com a LC 46/2018, que as incorpora à Lei Orgânica da DPE. Esse é um marco histórico, pois agora a lei, por exemplo, interioriza a Defensoria Pública, democratiza o acesso por meio das políticas de cotas para negros e in-

dígenas, dá instrumento para o defensor ou a defensora serem promovidos para classes mais altas sem saírem de suas comarcas e desvincula a atuação da instituição do Poder Judiciário (ou seja, agora há mais autonomia para atuar em áreas temáticas sem estar necessariamente associado a uma Vara). Vale ressaltar que há avanços legislativos que não foram possíveis na atual conjuntura, mas que devem seguir como norte de fortalecimento da classe e da instituição. A luta não acaba nunca quando o tema é Defensoria Pública.

A Defensoria é uma instituição que assume estar ao lado dos direitos humanos. Isso deve gerar conflitos com outros órgãos e entidades. Como o gestor lida para manter a autonomia e a harmonia interinstitucional?

Em primeiro lugar, o respeito. A atuação da Administração Superior e de todos os colegas que se envolveram e abraçaram o nosso compromisso institucional foi orientada para o diálogo e a cooperação. Acredito que uma das maiores marcas desta gestão foi a transversalidade, que nos permitiu construir pontes e fazer com que outras instituições e órgãos conseguissem entender que o papel da Defensoria. Nesse período, as equipes de gestão dessas instituições foram grandes aliadas da Defensoria, ao entender, reconhecer e apoiar a nossa missão em assegurar o cumprimento dos direitos humanos. Muitas vezes, as pessoas têm ideias equivocadas sobre esses direitos: associam à impunidade, apresentam uma visão tecnicista que ignora todo o contexto social de desigualdade e marginalização do Brasil, ou mesmo associam a uma pauta política de esquerda. No entanto, os direitos humanos são de todos e de todas e para todos e todas, não se vinculam e nem dependem de nenhum espectro político. Foram conquistados a duras penas, ratificados por tratados internacionais e são eles que definem uma sociedade civilizada. Nós da Defensoria lutamos diariamente para que a população tenha essa consciência e tivemos a sorte, até o momento, de contar com a compreensão e a concordância de todas essas instituições que têm como fim comum os objetivos estatais de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, assim como o bem do cidadão.

Alguma sugestão para seu(sua) sucessor(a)?

A nova gestão, da mesma forma que aconteceu nesses dois biênios, terá desafios a enfrentar. A Defensoria retomou o crescimento e está pautada na expansão e interiorização. A população baiana, com o avanço levado pela Unidade Móvel e atuação em todas as comarcas onde a Defensoria está presente, vai continuar cobrando os ser-

viços da instituição, a sua atuação em mais comarcas e a nomeação de mais defensores. É importante que quem for cuidar dos passos da Defensoria nos próximos dois anos prossiga no processo de universalização da cobertura e do atendimento da instituição, que mantenha o foco no beneficiário da DPE e na oferta de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal para que os defensores públicos possam atuar.

A interiorização já iniciada deve prosseguir, de forma a atender à determinação da Emenda Constitucional 80/2014, que define que a Defensoria deve estar presente em todo o Estado até 4 de junho de 2022.

Não podemos esquecer do Plano de Cargos e Salários dos serviços auxiliares, o PL 20.903/2014, que tramita desde

2014 na Assembleia Legislativa da Bahia. Sem a aprovação desta lei ou de outra semelhante, é impossível a organização do quadro de servidores da instituição, que fica completamente dependente de contratações em Regime Especial de Direito Administrativo ou de terceirização de mão de obra.

Com a colaboração e empenho de todo o corpo funcional da instituição, fizemos o possível para que a Defensoria tenha sua atuação mais consolidada e reconhecida. As ferramentas estão disponíveis, o caminho é árduo, exige foco e determinação; retroceder não é uma opção. Foi escrita uma nova história da Defensoria, agora seguirão os próximos capítulos. Avante sempre!

The background is a vibrant green gradient. On the left, there are several overlapping, semi-transparent white organic shapes that resemble leaves or petals. On the right, a large, semi-transparent white number '1' is positioned vertically, extending from the top to the bottom of the page. The word 'INSTITUIÇÃO' is written in white, uppercase, sans-serif font across the middle of the page, partially overlapping the number '1'.

INSTITUIÇÃO

MAIS DE 1 MILHÃO DE PESSOAS SÃO ATENDIDAS NA BAHIA



Defender os direitos individuais e coletivos dos cidadãos necessitados e vulneráveis, de forma integral e gratuita, a fim de contribuir para a garantia da dignidade das pessoas, é a missão da Defensoria Pública da Bahia.

Embora o cenário dos últimos quatro anos, marcado pela crise econômica e pelas intempéries políticas, não estivesse favorável para o cumprimento desse propósito institucional, a Defensoria baiana ratificou mais uma vez suas raízes, que trazem marcas de luta e superação.

Em 2016, mesmo sem o aumento do número de defensores públicos e de servidores, pela primeira vez na história, a DPE ultrapassou a marca de um milhão de atendimentos em todo o estado. O quantitativo representa um crescimento de mais de 60%, se comparado aos números alcançados pela instituição três anos antes, em 2013. Em 2017, os números seguiram em ascensão. Ao total, foram 1.042.226 atendimentos prestados ao longo do ano, na capital e no interior da Bahia.

Ações como a reabertura de novas comarcas, itinerância em comunidades vulneráveis, na capital e no interior do estado, aquisição da Unidade Móvel de Atendimento (UMA) e ingresso de novos defensores públicos na carreira permitiram que a Defensoria levasse a assistência jurídica gratuita com mais efetividade para o cidadão. Em 2018, somente no primeiro semestre, a Defensoria baiana já havia chegado a mais de 600 mil atendimentos.

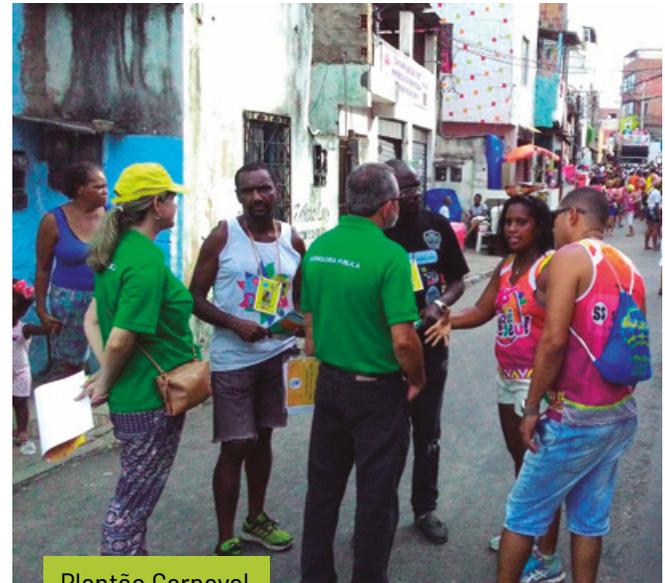
A modernização do parque tecnológico da Defensoria também contribuiu para essa ascensão. Apenas em Salvador, de dezembro de 2017 até meados de outubro de 2018, foram computados 11.325 agendamentos pela internet, modalidade criada durante a gestão de Clériston Cavalcante de Macêdo. Por meio do Disque-Defensoria 129, que também teve seu quadro de colaboradores e instalações atualizados, foram mais de 18 mil agendamentos realizados de janeiro de 2017 a outubro de 2018.

Criada para servir de apoio para as consultas processuais, além de auxiliar na procura de um defensor público para as orientações necessárias, a Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC) registrou um volume de 109.967 consultas processuais entre os anos de 2011 e 2015, com o Disque-Defensoria 129. Somente em 2015, foram 34.031 consultas por este canal.

ATENDIMENTO GERAL - CAPITAL E INTERIOR

2015	769.148
2016	1.004.000
2017	1.042.226
2018	999.117*

*Parcial até novembro de 2018



Plantão Carnaval



Unidade Móvel

Em 2016, mesmo sem o aumento do número de defensores públicos e servidores, pela primeira vez na história a DPE ultrapassou a marca de um milhão de atendimentos em todo o estado.



Defensoria Cidadã Itinerante

MAIS ACESSO AO DIREITO E À JUSTIÇA

Fazer diferente, fazer melhor e com mais efetividade para o cidadão. Em vez de esperar que as pessoas se dirijam aos gabinetes da instituição, a Defensoria Pública leva a assistência jurídica gratuita para onde o cidadão está. As ações itinerantes vêm facilitando o acesso da população aos serviços da DPE desde as comunidades mais vulneráveis na capital até os municípios onde não há Defensoria Pública.

Ações de alimentos, investigação de paternidade, divórcio, usucapião, retificação de registro de nascimento e casamento têm a possibilidade de serem resolvidas sem necessidade de o cidadão sair de onde mora.

Em todas as comarcas atendidas pela Defensoria são realizadas itinerâncias nos bairros, povoados e distritos mais distantes; algumas com o apoio da Unidade Móvel.



DEFENSORIA CIDADÃ ITINERANTE (DCI)

Tudo começou com a parceria entre a Defensoria Pública da Bahia e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, em 2015, dentro do *Pacto pela Vida*, quando a instituição passou a levar os serviços para as comunidades onde existiam Bases Comunitárias de Segurança (BCS). Nasce a Defensoria Cidadã Itinerante (DCI). A ação aproximou a Defensoria de comunidades de bairros diversos de Salvador.

No ano inaugural, pelo menos 599 pessoas tiveram seus direitos garantidos nos bairros Nordeste de Amaralina, Rio Sena e Calabar. Em 2016, um salto: o atendimento itinerante cresceu 146% na capital baiana, beneficiando 1.479 pessoas em seis bairros (Santa Cruz, Bairro da Paz, Uruguai, Rio Sena, Fazenda dos Coutos e São Caetano). Nos anos posteriores, os bairros Rio Vermelho, Águas Claras, Narandiba e Boca do Rio também foram contemplados. Desde 2015 até outubro de 2018 estima-se que, somente em Salvador, já foram atendidas cerca de 3.500 pessoas com as ações itinerantes.

A Defensoria Cidadã Itinerante também levou atendimento à população dos bairros onde estão instaladas Bases Comunitárias de Segurança nas cidades de Feira de Santana, Itabuna, Porto Seguro, Barreiras e Vitória da Conquista.

Além da DCI, a instituição baiana segue com as itinerâncias. Por meio de parceria firmada com a Prefeitura de Salvador, a Defensoria Pública leva atendimento jurídico gratuito para unidades da Prefeitura Bairro Subúrbio/Ilhas. Intitulado *Prefeitura Bairro faz a ponte entre você e a justiça*, a ação já atendeu mais de 80 pessoas, somente em agosto de 2018.

Varal Solidário da DCI doa diversos produtos para a comunidade



DEFENSORIA EM MOVIMENTO



A Unidade Móvel de Atendimento foi inaugurada em novembro/2016

MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Itacaré, Itapé, Alagoinhas, Catu, Inhambupe, Mata de São João, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Santo Antônio de Jesus, Varzedo, Camaçari, Lauro de Freitas, Salvador, Vera Cruz-Mar Grande, Feira de Santana, Santa Bárbara, Teodoro Sampaio, Sisal, Araci, Monte Santo, São Domingos, Tucano, Valente, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Abaré, Chorrochó, Macururé, Rodelas, Uibaí, Mirangaba, Várzea Nova, Boninal, Palmeiras, Seabra, Brejões, Laje, Mutuípe, Nova Itarana, Anagé, Vitória da Conquista, Caetitê, Ituaçu, Palmas de Monte Alto, Angical, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Paramirim, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos.



**EM 2 ANOS
A UMA
PERCORREU
33.261 KM
E ATENDEU
CERCA DE
22 MIL
PESSOAS**

A Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA inaugurou a sua Unidade Móvel de Atendimento em 18 de novembro de 2016. Adaptada em um caminhão-baú de cerca de 9 metros, a nova unidade dispõe de três gabinetes e garante a acessibilidade de pessoas com dificuldade de locomoção. Tem levado o atendimento, prioritariamente, às cidades do interior onde não tem defensor público.

Em apoio à Unidade Móvel, a Defensoria Pública também investiu em uma tenda inflável de 25 m², que possibilita o trabalho da equipe de triagem.

Ao levar acesso à Justiça para quem precisa, a Unidade Móvel de Atendimento (UMA) da Defensoria Pública da Bahia já percorreu cerca de 33.261 quilômetros por todo o estado, visitou 44 municípios onde não há defensor público, 17 territórios de identidade, e atendeu mais de 21.803 pessoas, desde a inauguração – totalizando 76 itinerâncias até novembro de 2018. O trabalho foi coordenado inicialmente pelo defensor Márcio Marcílio de Eça Santos e depois pelo defensor Marcus Vinicius Lopes de Almeida.

Somente em 2018, por exemplo, a UMA atingiu o saldo de 39 itinerâncias pela capital e interior do estado, propiciando ao cidadão atendimentos de orientação jurídica, exames de DNA para investigação e reconhecimento de paternidade, bem como resoluções de diversos tipos de conflitos.

UMA NO CARNAVAL – Educação para a prevenção de conflitos e garantia de direitos. No Carnaval soteropolitano, durante o Plantão da Defensoria, a UMA ainda ampliou o acesso às orientações e serviços prestados pela instituição. O caminhão-baú da unidade circulou por bairros e pontos da folia, como o Pelourinho, Cajazeiras, Itapuã e Ondina, registrando mais de 9.600 atendimentos durante os dois primeiros anos de atuação.

2017	4.329 atendimentos
------	--------------------

2018	5.359 atendimentos
------	--------------------

ACOLHIMENTO ASSEGURADO ÀS VÍTIMAS DE MAR GRANDE

Na manhã do dia 24 de agosto de 2017, a lancha Cavalão Marinho I naufragou na Baía de Todos os Santos com cerca de 120 passageiros e tripulantes a bordo. O acidente causou a morte de 19 pessoas, entre crianças, adultos e idosos. Assim que soube da tragédia, a Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA montou uma força-tarefa para acolher e dar assistência jurídica e psicossocial aos sobreviventes e familiares das vítimas.

Na primeira fase da força-tarefa, a Unidade Móvel de Atendimento da Defensoria foi enviada para Mar Grande, de onde partiu a lancha, e, durante os cinco dias em que esteve por lá, os defensores públicos, servidores, assistentes sociais e psicólogos deram acolhimento às vítimas e familiares, ouviram os relatos da tragédia, deram orientações e realizaram atendimento psicossocial. A Unidade Móvel foi, inclusive, cenário de reencontros emocionantes dos sobreviventes.

Durante a atuação da Defensoria, alguns assistidos foram transferidos da Unidade de Pronto Atendimento

Assim que soube da tragédia, a Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA montou uma força-tarefa para acolher e dar assistência jurídica e psicossocial aos sobreviventes e familiares das vítimas.

(UPA) de Mar Grande para um hospital especializado em Salvador, conseguiram agendar consultas com médicos especialistas na capital e tiveram a oportunidade de emitir a segunda via dos documentos, perdidos durante o naufrágio. “Se não fosse a Defensoria Pública eu não sei o que seria da gente. Foi o único órgão que esteve conosco desde o início”, resumiu o taxista Erivaldo Oliveira de Jesus, 28 anos.



Atendimento durante naufrágio de Mar Grande



Mar Grande

Na segunda fase da força-tarefa, a Unidade Móvel retornou, ao completar um mês do acidente, e, durante quatro dias, reuniu a documentação de todos que estavam na lancharia, sobreviventes ou não, para dar início ao ajuizamento das ações indenizatórias. Nas duas fases foram registrados 159 atendimentos e foram ajuizadas 46 ações indenizatórias contra a empresa responsável pela embarcação naufraga em benefício dos sobreviventes e dos familiares das vítimas do acidente. A pedido da Defensoria, a Justiça fez o bloqueio das verbas e a penhora das cotas sociais do sócio-proprietário da embarcação, mas ainda não houve o trânsito em julgado dos processos.

PLANTÃO DO CARNAVAL

De 2016 a 2018, o Plantão do Carnaval ganhou maior visibilidade e maior alcance a partir do investimento em campanhas publicitárias e do maior número de defensores públicos e servidores atuando. Nesse período, cerca de 20 mil cidadãos foram alcançados pelas atividades da Defensoria nas itinerâncias e nos gabinetes do plantão.

A finalidade do Plantão do Carnaval, que completou 11 anos, é atender às demandas nas áreas de infância e juventude, direitos humanos, cível, criminal, fazenda pública e consumidor, através da recepção de ocorrências durante as festividades (dentro e fora dos circuitos) e adotar providências para a solução, preferencialmente, extrajudicial.

Também objetiva promover a integração interinstitucional para solução de conflitos, adotar as medidas judiciais cabíveis, a fim de resguardar os direitos de pessoas em situação de prisão, crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, contra a homofobia e discriminação racial durante o Carnaval.



Plantão 2016

ATENDIMENTOS

	PENAL	NÃO PENAL	TOTAL
2016	407	1.336	1.743
2017	337	7.537	7.909
2018	210	9.342	9.552



Plantão 2018

SOU PAI RESPONSÁVEL

UMA AÇÃO CIDADÃ



Lançamento Ação Cidadã Sou Pai Responsável 2018

EXAMES DE DNA REALIZADOS

2015	2.011
2016	1.895
2017	1.948
2018	1.688*
TOTAL	7.542

*Parcial até outubro de 2018

Por uma paternidade que vá além da responsabilidade legal, com a garantia de direitos materiais e financeiros, mas que fortaleça os vínculos afetivos, independentemente de laços consanguíneos. Há mais de dez anos, a Defensoria Pública da Bahia orienta e incentiva pais a reconhecerem a paternidade dos seus filhos, seja de forma voluntária ou por meio de exames de DNA gratuitos para investigação do vínculo. É a *Ação Cidadã - Sou Pai Responsável*, que acontece todos os anos, durante todo o ano, e se intensifica durante o mês de agosto, em celebração ao Dia dos Pais.

A cada ano, uma nova campanha é amplamente divulgada em *outdoors*, *busdoors*, TVs, rádios e nas redes sociais, atentando sobre a importância de o homem assumir e exercer o papel paterno em sua totalidade: prover, cuidar, amar e acompanhar todas as fases da vida do filho.

À medida que a Defensoria Pública fortalece a campanha, também cresce o número de crianças que têm acesso à inclusão do nome do pai no registro, garantindo o mais importante: direitos àqueles que, muitas vezes, nem sabem que têm direito.

Em 2007, quando a *Ação Cidadã - Sou Pai Responsável* foi criada, a Defensoria registrou 208 exames de DNA realizados. Dez anos depois, em 2017, a marca ultrapassou 1.200: um aumento de 492,78% no número de exames realizados (na capital e no interior do estado). O ponto alto: 130 homens reconheceram espontaneamente a paternidade, sem necessidade de exame.

Além dos exames de DNA gratuitos, através da *Sou Pai Responsável*, a Defensoria Pública também atende a demandas na área de família, como ação de alimentos, divórcio, acordo de alimentos, bem como ofícios para a emissão gratuita de documentação.



Campanha 2015



Campanha 2016



Campanha 2017

Campanhas de intensificação têm o apoio de artistas ou pessoas de destaque, que abrem mão de pagamento de cachê.

AÇÃO CIDADÃ ESTIMULA ADOÇÃO

Um panorama complexo. Mais de 15% dos adotantes somente aceitam crianças da raça branca. Cerca de 60% não aceitam adotar irmãos. Quase 19% dos pretendentes aceitam somente crianças com até três anos de idade. Dados de 2018 do Cadastro Nacional de Adoção, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enumeram a realidade de crianças e adolescentes, cujos pais biológicos perderam definitivamente o poder familiar, que hoje estão à espera de um novo lar. Na Bahia, de acordo com dados do CNJ, são quase 200 crianças e adolescentes.

A Defensoria Pública da Bahia atua em prol dessas pessoas por meio da *Ação Cidadã – Ame e Adote*. Além de buscar a garantia do direito à convivência familiar daqueles que estão nos abrigos, orfanatos e casas de acolhimento, cadastrados para adoção, a campanha busca estimular a regulamentação de guarda.

Lançada em 2009, coordenada pela Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a *Ação Cidadã – Ame e Adote* acontece durante todo o ano, na capital e no interior, mas é intensificada no mês de maio.

Em Salvador, nos anos de 2016, 2017 e 2018, somaram-se 315 agendamentos, por meio do Sigad, que resultaram no ajuizamento de 151 ações de adoção e 37 ações de guarda/tutela. Para além dos dados, o destaque da *Ame e Adote* são as palestras com o intuito de conscientizar a população acerca da importância da regularização da filiação socioafetiva.

Em 2018, por exemplo, a Defensoria participou do Fórum Social Mundial 2018, exportando conhecimento no evento temático “Adoção, o papel do estado, da sociedade civil e o direito da criança e do adolescente”, coordenado pela Associação Baiana de Estudo e Apoio à Adoção – NASCOR.

É O AMOR QUE FAZ NASCER UMA FAMÍLIA. ADOTE.

AÇÃO CIDADÃ – AME E ADOTE
Ame, adote, registre e proteja para sempre
Saiba mais em: www.defensoria.ba.def.br

Defensoria Pública BAHIA

A madrinha da campanha 2018 foi a bióloga Fátima Dias, que adotou Kaleb



TRANSVERSALIDADE E PARCERIA

Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá acompanhado. O provérbio africano traduz a prática da Defensoria Pública do Estado da Bahia nos últimos quatro anos, durante a gestão do defensor público geral Clériston Cavalcante de Macêdo.

A fim de cumprir o objetivo institucional, a Defensoria estadual firmou parcerias com os Poderes e com outras instituições, com Defensorias de outros estados e também com a Defensoria Pública da União. Desde o 1º grau da Justiça até a Instância Superior, a instituição baiana encontrou no trabalho transversal uma forma de ampliar a garantia dos direitos da população.

Como exemplo, em 2016, DPE e DPU passaram a atender de forma conjunta a população em situação de rua. Também foram firmadas parcerias com:

BRANCO SAÚDE

Termo para canal direto de comunicação, viabilizando a resolução extrajudicial de potenciais demandas de saúde

CDL, MP/BA, TJ/BA e SJDHDS

Cidadão superendividado

CREA-BA

Resolução de conflitos de vizinhança

DETRAN

Solucionar extrajudicialmente os conflitos e evitar a judicialização

DPE/AL

Cessão de licença do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos

DPE/CE

Cessão do Código de Fonte do Sistema de Pensão Alimentícia – SIPA

DPE/MG

Atuação em Tribunais Superiores

DPU

Atendimentos na esfera federal da Justiça

GAPA

Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia - realização de atendimento jurídico

PROCON E SJDHDS

Solução de conflitos

PROJETO AXÉ

Caracterização das situações de vulnerabilidade vividas pela população em situação de rua na cidade de Salvador/BA através de pesquisa-ação de diagnóstico quantitativo e qualitativo da referida população, bem como a realização de seminário para a divulgação dos resultados da pesquisa-ação

SENAÇON

Ações judiciais na Bahia

SINFITO/BA

Atendimentos em ações comunitárias itinerantes da Defensoria

SULAMÉRICA

Renovação de termo para canal direto de comunicação, viabilizando a resolução extrajudicial de potenciais demandas de saúde

UFBA

Câmara Modelo do Observatório da Pacificação Social

MEDIAÇÃO PARA DEMANDAS DE SAÚDE

Garantir ao cidadão a plena assistência à saúde e diminuir os gastos com ações judiciais contra o Estado na área. Com esse objetivo, o convênio que cria a Câmara de Conciliação da Saúde – CCS – na Bahia foi assinado em setembro de 2015 pela Defensoria Pública da Bahia – DPE/BA, com o Governo da Bahia, o Município de Salvador, além do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. A Câmara foi inaugurada em novembro de 2016.

Em maio de 2015, a Defensoria havia criado um Grupo de Trabalho para análise das demandas individuais e coletivas em Tutelas de Saúde Pública e passou a atuar, em parceria com o governo, para a redução no número de ações judiciais por meio da resolução extrajudicial de casos na área. Em setembro do mesmo ano, em uma iniciativa da DPE/BA, representantes do Poder Executivo Estadual conheceram o funcionamento do programa “SUS Mediado” da Defensoria Pública do Rio Grande do Norte – DPE/RN, que visa também reduzir a judicialização das demandas.

Pioneiro no Brasil, o projeto-piloto da Câmara de Conciliação de Saúde trata, inicialmente, dos pedidos que envolvam a obrigatoriedade de fornecimento gratuito de medicamentos por parte do Estado e do Município de Salvador para pacientes de doenças crônicas moradores da capital baiana.



Câmara de Conciliação de Saúde

O objetivo é garantir ao cidadão a plena assistência à saúde e diminuir os gastos com ações judiciais contra o Estado na área.



Inauguração Câmara de Conciliação de Saúde

AMPLA DEFESA PARA SERVIDORES DO ESTADO

Em agosto de 2015 foi firmada parceria com a Secretaria de Administração do Estado da Bahia - Saeb, para que servidores que estão respondendo a Processos Administrativos Disciplinares - PAD no âmbito estadual fossem atendidos pela Defensoria da Bahia. A assistência jurídica gratuita beneficia apenas servidores públicos que não têm condições de arcar com as despesas de um advogado.

PROJETO JOVENS NO ESTÁDIO É AMPLIADO

O projeto *Jovens no Estádio*, iniciado em 2016, ganhou mais força em 2018, quando a Defensoria Pública firmou cooperação técnica com a Federação Baiana de Futebol - FBF, viabilizando que adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, e crianças e jovens em abrigos, pudessem ir aos estádios na capital e no interior baiano para assistir aos jogos do Campeonato Brasileiro, Campeonato Baiano, e do Campeonato do Nordeste.

Na parceria, a FBF autoriza e intermedeia o acesso dos adolescentes às praças esportivas como forma de reinserção social e promoção da cidadania. Para serem selecionadas, as crianças precisam cumprir uma série de pré-requisitos, como bom comportamento, estabelecidos pela Defensoria Pública. A assinatura do contrato prevê que 1.500 jovens podem ser beneficiados pela ação.



Oito meninas acolhidas na CASE Feminina de Salvador assistiram ao jogo Vitória X América Mineiro, pela 22ª rodada do Campeonato Brasileiro, em setembro de 2018



Assinatura Termo de Cooperação com a FBF

RESGATE SIMBÓLICO DE JUSTIÇA



DEFENSORIA GARANTE DIREITO DE JULGAMENTO A LUIZA MAHIN
A LÍDER MALÉ TERÁ JÚRI POPULAR APÓS 181 ANOS

QUALIDADE RACISMO OPORTUNIDADE
RAVIDÃO RESISTÊNCIA
IN TOLERÂNCIA
DIREITOS
SALVADOR L
GAMEN

23 DE NOVEMBRO 8H30
AUDITÓRIO DA UNES
CABULA, SALVADOR

SÉRIE: JÚRI SIMULADO
Defensoria Pública BAHIA

VALDINEIA SORIANO COMO LUIZA MAHIN

DEFENSORIA GARANTE DIREITO DE JULGAMENTO AO ÍNDIO CABOCCLO MARCELINO
O LÍDER INDÍGENA IRÁ A JÚRI POPULAR 82 ANOS DEPOIS

OPORTUNIDADE
STÊNCIA
ANCIAL LEI
JUSTIÇA
TOS LÍDE
POR LUTA
MENTO

20 DE ABRIL 2018 17H
TENDA DO TEATRO POPULAR DE ILHEUS
AV. SOARES LOPES COSTA, 70A, CENTRO

Modelo: Pedro Albuquerque

SÉRIE: JÚRI SIMULADO
Defensoria Pública BAHIA

PEDRO ALBUQUERQUE COMO ÍNDIO CABOCCLO MARCELINO

DEFENSORIA JULGA A EFETIVIDADE DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA
APÓS 130 ANOS A LEI ÁUREA SERÁ JULGADA

ISMO OPORTUNIDADE HIS
RESISTÊNCIA
JUSTIÇA ESC
SERAMEN
ZIGUALD
LIBER
DIREITOS
SALVADOR L
GARAN

06 DE NOVEMBRO 2018 8H30
AUDITÓRIO DA UNES
CABULA, SALVADOR

SÉRIE: JÚRI SIMULADO
Defensoria Pública BAHIA

Olhar para o passado e reconciliá-lo, a fim de desenhar um futuro melhor para todos. Se a história tradicional não conta detalhes da repressão sofrida por importantes figuras para a Bahia e para o Brasil, a Defensoria Pública da Bahia decidiu destacar essas memórias com a série 'Júri Simulado: Releitura do Direito na História'. São julgamentos simbólicos para garantir o resgate dos direitos de personagens da história brasileira, que, à época, não puderam exercer a prerrogativa de todo acusado: o contraditório e a ampla defesa efetiva.

Do lançamento em novembro de 2016 até dezembro de 2018, foram garantidos julgamentos de símbolos importantes para a história da Bahia e do Brasil - como Luíza Mahin, Zumbi dos Palmares, índio Caboclo Marcelino, Cuíca de Santo Amaro e até mesmo a Lei Áurea, colaborando para uma construção pedagógica de compreensão da realidade, ao trazer à superfície episódios que estruturaram o racismo e a invisibilidade de minorias no país, como a população negra e indígena. Nas simulações, defensores públicos representaram o tripé da Justiça - defesa, acusação e julgamento - e atores foram especialmente convidados para assumirem o papel dos réus.

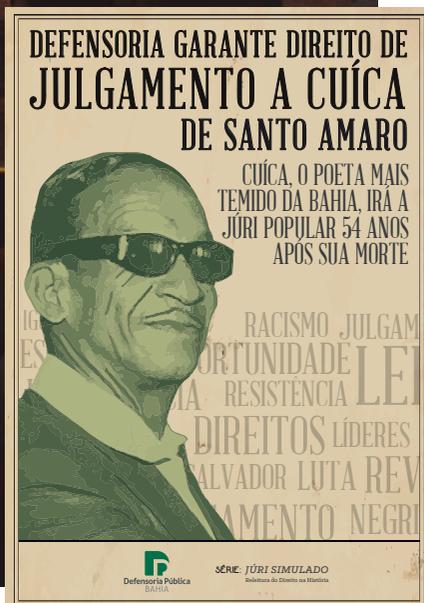
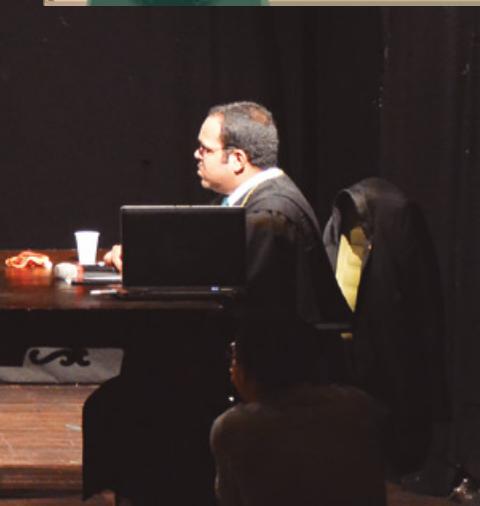
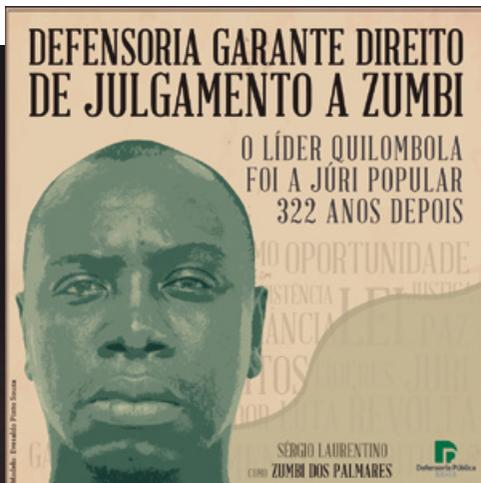
A série estreou com o julgamento inédito da líder malê Luíza Mahin, no auditório da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), por acusações contra a Coroa portuguesa. Após 18 décadas da Revolta dos Malês - um dos mais importantes momentos de resistência contra a escravidão na Bahia - a mãe do poeta e abolicionista Luiz Gama conseguiu a absolvição de todas as acusações por unanimidade dos jurados.

Em 2017, a Defensoria baiana garantiu o direito ao julgamento para o líder quilombola Zumbi dos Palmares - último líder de um dos maiores quilombos do período colonial - após 322 anos de sua morte. A segunda edição do *Júri Simulado - Releitura do Direito na História* aconteceu no Teatro do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - Irdeb, três dias após ser comemorado o Dia da Consciência Negra, que tem como referência a morte do líder do Quilombo de Palmares.

Já em 2018, a população indígena da tribo Tupinambá, de Olivença de Ilhéus, passou a ter orgulho por ter sido feita a justiça, após 82 anos, com um dos seus. No dia após o 19 de Abril, data comemorativa que celebra o Dia do Índio, o tupi Caboclo Marcelino foi julgado e absolvido de todas as acusações, na terceira edição do júri popular simulado.

Nesse mesmo ano, em novembro, também houve o julgamento não de um personagem em si, mas da Lei Áurea, pela abolição simplista e incompleta e pelo legado de exclusão e miséria conferido aos descendentes dos escravizados. Numa votação acirrada, a lei abolicionista foi absolvida por 4 votos a 3 e imputada a culpa na sociedade como um todo - representada principalmente pelo homem branco - pela odisseia negra pós-abolição. Ainda em 2018, em dezembro, quase 55 anos depois de sua morte, o repórter-trovador e cordelista José Gomes, mais conhecido como Cuíca de Santo Amaro (o "língua solta") foi absolvido de crimes como calúnia, difamação, injúria pelos quais foi acusado enquanto vivia. Pela segunda vez no interior da Bahia, a quinta edição do júri lotou o teatro Dona Canô, em Santo Amaro.

O *Júri Simulado - Releitura do Direito na História* é um projeto dos defensores públicos Rafson Ximenes, subdefensor público geral do Estado; Raul Palmeira, que durante muitos anos atuou no júri; e Eva Rodrigues, subcoordenadora da Especializada de Direitos Humanos. Está previsto para 13 de fevereiro de 2019, no Teatro Vila Velha, o *Júri Simulado* de Carlos Marighella, político e escritor brasileiro que, a partir de 1964, foi um dos principais organizadores da luta contra a ditadura militar brasileira.



ACOLHER PARA CUIDAR

Em 2015, 280 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade foram beneficiadas pelas atividades realizadas em Salvador, pela DPE, por meio do Projeto *Acolher*. Criado em outubro do mesmo ano, o projeto é de responsabilidade da Especializada da Curadoria Especial.

O projeto proporciona o atendimento integral, prescrito na legislação brasileira, às crianças e aos adolescentes que se encontram em situação de risco - em situação de rua, abandonadas por seus pais ou responsáveis ou em conflito com os mesmos, seja por estarem afastados por determinação judicial e abrigados em instituições de acolhimento, ou ainda por estarem cumprindo medidas socioeducativas, sem representantes legais.

Em 2016, foram cerca de 2.500 favorecidos. Em 2017, o número se manteve próximo ao do ano anterior e foram visitados os sete Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) de Salvador. Também foram visitadas e orientadas as equipes técnicas dos abrigos Lar Vida, Lar da Criança, UAI Bonocô, Campo da Paz, Lar Benedita Camurugi, UAI Boca do Rio, UAI Pituaçu e CASE Feminina Salvador, para entender as demandas e dificuldades no processo de acompanhamento das famílias referenciadas pelas unidades acolhedoras.

Até o primeiro semestre de 2018, o projeto já havia alcançado 5.739 pessoas. O resultado da pesquisa Diagnóstico da População em Situação de Rua de Salvador, proveniente de convênio celebrado entre a DPE, o Projeto Axé, o Instituto de Psicologia e Serviço Social da UFBA e o Movimento Nacional de População de Rua no Brasil, instrumentalizou a atuação do *Acolher* com as crianças e adolescentes em situação de rua. Localizado na sede da DPE/BA, situada na Avenida Ulisses Guimarães, CAB, o *Acolher* pode ser acessado também através do telefone 129.

Dados *Acolher*

II SEM 2015 (a partir de outubro)	280
I SEM 2016	1.200
II SEM 2016	1.299
I SEM 2017	1.001
II SEM 2017	1.579
I SEM 2018	380
TOTAL	5.739

(Nas atividades não contabilizadas número de pessoas alcançadas por elas)



Em três anos de atividade o *Acolher* atingiu todas as metas



Sala de Espera sobre Criança Segura

TEMPO GANHO NA SALA DE ESPERA

O tempo em que o cidadão aguarda o atendimento da Defensoria Pública da Bahia está a serviço da educação em temas multidisciplinares. Isso porque a instituição baiana lançou, em 2017, o Projeto *Sala de Espera*, cujo objetivo é levar às pessoas educação em direitos e informações de utilidade pública enquanto esperam pela assistência jurídica gratuita.

Tradicionalmente, e com mais regularidade, o projeto é realizado na Casa de Acesso à Justiça 1, no Jardim Baiano, e na Casa de Acesso à Justiça 2, no Tororó, ambas em Salvador, mas as regionais da Defensoria têm adotado ocasionalmente a ideia e orientado o cidadão sobre temas como doação de sangue – incentivando o assistido a alimentar os bancos sanguíneos do Hemoba – e prevenção do suicídio, como ocorrido em 2018 nas sedes da instituição em Guanambi e em Teixeira de Freitas.

Consultas gratuitas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e ao Serasa, informações sobre direitos previdenciários, imposto de renda, cuidados com a saúde, proteção à pessoa idosa e consumo seguro são a síntese de alguns dos serviços e temas abordados. Somente em Salvador, durante os dois anos de projeto, mais de cinco mil pessoas já foram beneficiadas com as informações e educação em direitos.



O Projeto *Sala de Espera* tem por objetivo levar às pessoas educação em direitos e informações de utilidade pública, enquanto esperam pela assistência jurídica gratuita da Defensoria.

CASA DE ACESSO À JUSTIÇA - CAJ I

PROJETO SALA DE ESPERA - 2017

EVENTO / PALESTRANTE	PROGRAMAÇÃO	NÚMERO DE BENEFICIADOS	ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO
DIA NACIONAL DO CONSUMIDOR Atendimentos de 13 a 17/3/2017 Parceria com a Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL (Consultas SPC Serasa e Cadastro Positivo)	15/3/2017	360	360
CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS - CDL (mensal) Consultas SPC e Serasa (pessoa física e jurídica), intermediações de negociações junto ao credor (acordos) e cadastro positivo	2/5/2017	66	66
	5/6/2017	46	46
	3/7/2017	55	55
	7/8/2017	80	80
	4/9/2017	43	43
	2/10/2017	82	82
	6/11/2017	54	54
	4/12/2017	48	48
TOTAL AÇÃO 2017: 786			
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA Jean Vinicius de Abreu Parceria com Instituto de Seguridade Social - INSS	19/7/2017	135	
	9/8/2017	148	
	13/9/2017	125	
	11/10/2017	130	
	8/11/2017	150	
	1/12/2017	115	
TOTAL ASSISTIDOS 2017: 803			
LANÇAMENTO DA CAMPANHA AÇÃO CIDADÃ - SOU PAI RESPONSÁVEL	7/8/2017	195	
ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS IRRF Parceria com a Unifacs	5/12/2017	135	
	12/12/2017	115	
CAMPANHA LAÇO BRANCO DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	6/12/2017	150	



Sala de Espera sobre Direito Previdenciário

CASA DE ACESSO À JUSTIÇA – CAJ I
PROJETO SALA DE ESPERA – 2018

EVENTO / PALESTRANTE	PROGRAMAÇÃO	NÚMERO DE BENEFICIADOS	ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO
CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS – CDL (mensal) Consultas SPC e Serasa (pessoa física e jurídica), intermediações de negociações junto ao credor (acordos) e cadastro positivo	25/1/2018	79	79
	20/2/2018	71	71
	20/3/2018	36	36
	17/4/2018	59	59
	15/5/2018	41	41
	26/6/2018	30	30
	28/8/2018	44	44
	18/9/2018	40	40
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA Jean Vinícius de Abreu Parceria com Instituto de Seguridade Social – INSS	24/1/2018	135	
	21/2/2018	115	
	21/3/2018	130	
	18/4/2018	110	
	16/5/2018	140	
	27/6/2018	105	
	11/7/2018	150	
	29/8/2018	135	
19/9/2018	125		
DIA INTERNACIONAL DA MULHER Equipe Multidisciplinar do Hospital da Mulher Informações sobre os Serviços Prestados no Hospital da Mulher	8/3/2018	145	
LANÇAMENTO DA CAMPANHA AME E ADOTE	8/5/2018	210	
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR Orientações sobre a importância do uso de métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, hipóteses de interrupção de gravidez, dentre outros.	25/5/2018	145	
ESCLARECIMENTO A RESPEITO DO HTLV Dra. Regina Célia Lima Cardoso Silva Parceria com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – Sesab	3/8/2018	150	
LANÇAMENTO DA CAMPANHA AÇÃO CIDADÃ – SOU PAI RESPONSÁVEL	8/8/2018	210	
ASSOCIAÇÃO ESPERANÇA MÚLTIPLA Esclarecimentos sobre Esclerose Múltipla Sra. Polly Reis Sr. Marcio Galvão	22/8/2018	140	

DEFENSORIA SEM FRONTEIRAS

A Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA participou, de 2015 a 2018, de todas as edições do projeto *Defensoria Sem Fronteiras*, uma força-tarefa realizada através de cooperação técnica entre o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – Condege, Ministério Extraordinário da Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional – Depen, Defensoria Pública Geral da União – DPU e apoio da Associação Nacional dos Defensores Públicos – Anadep. Nele há o deslocamento de defensores públicos dos estados e da União para auxiliar no atendimento aos presos e seus familiares de um estado que esteja enfrentando problemas no sistema prisional. O mutirão já se reuniu tanto em situações de execução penal, como para aliviar processos de medidas socioeducativas. Nos últimos quatro anos o mutirão foi realizado nos estados de Pernambuco, Goiás, Ceará, Amapá, Amazonas, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima.

MÃOS QUE RECICLAM



Defensores de Vitória da Conquista e recicladores do Projeto *Mãos que Reciclam*

Mais de 380 mil pessoas no Brasil declaram ter como ocupação principal a coleta de materiais recicláveis. Desses cidadãos, quase 117 mil estão no Nordeste, que ocupa o segundo lugar na divisão regional por concentração de catadores, dos quais 66% estão empregados sem relação contratual formalizada, ou seja, informalmente, de acordo com dados de 2013 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Na Bahia, a Defensoria Pública tem a proposta de contribuir para inclusão social e emancipação desses cidadãos com o Projeto *Mãos que Reciclam*, desenvolvido pela equipe da 2ª Regional da DPE em Vitória da Conquista. A instituição baiana oferece a assistência jurídica necessária à criação de associações, implantação da reciclagem em condomínios, escolas, bares e restaurantes e implantação de ecopontos para coleta de materiais recicláveis, ações que se traduzem em melhorias das condições de trabalho do coletor de resíduos recicláveis.

Desde a criação do projeto, em 2015, a Defensoria baiana em Vitória da Conquista já colaborou para a implantação de duas associações: Associação de Coletores de Resíduos Sólidos Recicláveis, no loteamento Vila América, em parceria com o Centro de Referência em Assistência Social (Cras), e a unidade de recicladores no bairro Bru-

no Barcelar, também em parceria com o Cras. Juntas, as duas associações possibilitam o aumento da renda para cerca de 60 famílias.

Em 2017, foram realizadas na região mais de 20 reuniões de conscientização acerca da importância da separação do lixo doméstico de forma correta. Como consequência, dez condomínios do município já realizam a coleta de forma efetiva. Nas escolas, foi feito o recolhimento de livros sem serventia.

Em 2018, o foco tem sido nas gincanas ecológicas escolares, produzidas com base no material informativo disponibilizado pela Defensoria Pública da Bahia. Nesse mesmo ano, a DPE também celebrou convênio com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para garantir a coleta seletiva (revertida em renda para famílias da associação de catadores responsáveis pela coleta na universidade) e proporcionar educação ambiental no *campus* universitário.

O Projeto *Mãos que Reciclam* expandiu de tal forma que já alcançou mais de 61 escolas de 24 municípios nas proximidades de Vitória da Conquista. Pela virtude da iniciativa, a instituição baiana já recebeu homenagem na Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista.

AMPARO SOLIDÁRIO

Para dar apoio às vítimas e aos familiares que sofreram perdas afetivas e materiais, a Defensoria baiana lançou, em março de 2018, o Núcleo de Amparo às Vítimas de Crimes Violentos, para promover, de forma integral e gratuita, atendimentos e orientações jurídicas necessárias. Além disso, o núcleo encaminha o assistido para órgãos municipais, estaduais ou federais de saúde, educação, segurança pública e assistência social, formando uma rede de atendimento a partir da porta de entrada. Em 2018, foram registrados 16 casos com 15 atendimentos.

O Amparo atua na defesa das pessoas que foram vítimas de crimes violentos tentados ou consumados, homicídios ou latrocínios. Através da equipe composta por defensores públicos, assistentes sociais e psicólogos, este núcleo oferece acolhimento psicossocial e orien-

tação sobre questões como emissão de documentos, auxílio-funeral, doação de órgãos, benefícios e seguros, guarda e tutela dos filhos, entre outras demandas. Caso seja necessário, a própria Defensoria Pública da Bahia fará o encaminhamento do assistido para outros órgãos: municipais, estaduais ou federais de saúde, educação, segurança pública e assistência social.

NÚCLEO DE AMPARO A VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS – AMPARO

Porque a sua família não precisa passar por isso sozinha.



A Defensoria baiana lançou, em março de 2018, o Núcleo de Amparo às Vítimas de Crimes Violentos, para promover, de forma integral e gratuita, atendimentos e orientações jurídicas necessárias.

SOCORRER LEVA DIREITOS A IDOSOS INCAPAZES



Especializada do Idoso também atua na defesa dos direitos das pessoas acima de 60 anos de idade

Lançado em 2018, o Projeto *Socorrer* foi desenvolvido pela Curadoria Especial da Defensoria Pública da Bahia para acompanhamento de idosos incapazes em abrigos e instituições de longa permanência. Pesquisa realizada em 2017 constatou a necessidade de prestar orientações e atendimento sócio-jurídico gratuitos nesses locais, uma vez que o modelo de asilamento dificulta que os residentes busquem a Defensoria Pública para a garantia de direitos.

Uma equipe multidisciplinar formada por defensores públicos, psicólogos e assistentes sociais realiza o trabalho em instituições-alvo do projeto. São organizações da sociedade civil (OSC) ou instituições de longa permanência para idosos (ILPI), ambas unidades de acolhimento públicos ou sem fins lucrativos, cujo público-alvo são pessoas adultas e idosas sem representação legal, curateladas ou em processo de curatela.

Em pouco mais de cinco meses de atuação, o *Socorrer* atendeu 30 gestores de unidades de abrigamento; contemplando mais de mil pessoas idosas e/ou com deficiência, além de 15 conselheiros da esfera da participação e controle social das políticas públicas.

O projeto já recebeu menção honrosa no Concurso de Práticas Eficientes de Atendimento, realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Também concorreu, junto com mais cinco práticas exitosas da Defensoria Pública, na 15ª Edição Prêmio Innovare, maior premiação da área jurídica do Brasil.

A ideia do projeto surgiu depois que a Defensoria Pública identificou um aumento expressivo no percentual dos processos de interdição, após a vigência do novo Código de Processo Civil (CPC), em 2016. Em contrapartida, a Especializada de Curadoria Especial da instituição ainda não havia alcançado essas pessoas institucionalizadas, principalmente as residentes em abrigos privados sem fins lucrativos ou públicos, que estavam interditas, mas não possuíam mais autonomia da vontade ou tinham problemas de diversas ordens com o curador.



Acolher recebe Menção Honrosa

UNIDADES VISITADAS

CATEGORIA	QUANTIDADE
Privadas sem fins lucrativos (OSC)	15
Privadas sem fins lucrativos (ILPI)	09
Privadas (OSC)	03
Privadas (ILPI)	02
Pública (OSC)	01

DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES

Predomina o fenômeno da feminização da velhice institucionalizada;

A refilantropização do capital, ou seja, o Estado mínimo respaldando o terceiro setor que, por sua vez, é retroalimentado pela Igreja;

O sucateamento dos direitos humanos;

A fragilização teórica, técnica e política tanto do corpo laboral das instituições quanto dos dirigentes dos Conselhos de Direito.



Visita a abrigo de idosos

OUVIDORIA

OLHOS E OUVIDOS DO POVO



Grupo Operativo 2018/2020

É papel da Ouvidoria Cidadã escutar e acolher as demandas populares. Ao cidadão cabe intervir, criticar, elogiar e apontar as demandas para a Defensoria baiana, segunda do Brasil a implantar uma ouvidoria externa – quando um representante da sociedade civil assume o cargo de ouvidor geral.

Por meio desse órgão auxiliar, a sociedade pode contribuir para a melhoria do acesso aos serviços da Defensoria baiana, bem como fortalecer a relação dos movimentos sociais com a instituição. Em 2017, a Ouvidoria da Defensoria Pública da Bahia superou a marca de dois mil atendimentos, entre busca de informações, reclamações, denúncias e outras atividades.

Quase dez anos após a regulamentação pela Lei estadual nº 11.377/2009, a Ouvidoria Cidadã ganhou ainda mais participação popular, quando líderes comunitários de todo o estado foram eleitos membros do Grupo Operativo (GO): uma espécie de conselho consultivo na capital e no interior, formado pela sociedade civil, em

Grupo Operativo da Ouvidoria foi reativado com a eleição de líderes comunitários em março/2018. Eles representam as comarcas onde há Defensoria, incluindo Salvador.

apoio ao órgão auxiliar nas comarcas da Bahia onde a Defensoria está presente.

A Ouvidoria da DPE baiana é a única do país a contar com um GO nos moldes de democracia participativa, conforme a Resolução 01/2017 da Ouvidoria Cidadã. São 58 cidadãos, que têm voz ativa nos movimentos populares das cidades às quais representam e que exercem as atividades de maneira voluntária, sem remuneração.

Em março de 2018, os membros eleitos tomaram posse para o exercício do biênio 2018-2020, em sessão

solene realizada na Escola Superior da Defensoria. As cidades que contam com representantes no Grupo Operativo da Ouvidoria são: Alagoinhas, Amargosa, Barreiras, Brumado, Camaçari, Candeias, Esplanada, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Itabuna, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista.

Além do acolhimento e escuta da sociedade civil, a Ouvidoria Cidadã segue também na execução de diversos projetos na área de educação em direitos, estreitando o relacionamento entre cidadão e Defensoria Pública.

UNIDADES VISITADAS

ANO	TOTAL DE ATENDIMENTOS	PEDIDO DE INFORMAÇÃO
2015	1.022	614
2016	1.514	895
2017	2.336	1.650
2018*	1.980	1.588

*Parcial, apurado até novembro de 2018



Posse Grupo Operativo

DIÁLOGO PERMANENTE COM A SOCIEDADE CIVIL

Desde 2015, a Defensoria Pública da Bahia vem consolidando a reabertura da relação com a sociedade civil. Movimentos sociais, líderes comunitários, mulheres, comunidades quilombolas, pessoas em situação de rua e todos os grupos que desejam exercer a democracia participativa encontraram espaço para dialogar acerca de temas específicos dentro da instituição baiana.

Temas como mobilidade, cuidado às pessoas em situação de rua, impactos de obras para o meio ambiente e para o cidadão e assistência à saúde já foram pautados em audiências públicas que, muitas vezes, subsidiam ações da Defensoria baiana por meio de Procedimentos para Apuração de Dano Coletivo (Padac).





Todos os grupos que desejam exercer a democracia participativa encontraram espaço para dialogar acerca de temas específicos desde 2015.

ALGUMAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

16/8/2018

Audiência pública discute a mobilidade das pessoas idosas em Lauro de Freitas

9/8/2018

DPE/BA realiza Audiência Pública sobre assistência à saúde aos pacientes com lúpus

21/7/2018

Santo Amaro – Ouvidoria da DPE/BA realiza audiência pública sobre poluição ambiental

16/3/2018

Santo Antônio de Jesus – Ocupação de terreno é debatida pela DPE/BA em audiência pública

15/12/2017

Vitória da Conquista – DPE/BA e OAB realizam audiência pública para discutir desapropriação

23/10/2017

Audiência pública debate redução de danos e cuidado às pessoas em situação de rua

2/8/2017

Impactos da privatização do Octávio Mangabeira são discutidos em audiência pública na Defensoria

16/5/2017

Audiência pública aborda os impactos da construção da via Barradão – Paralela

30/7/2016

Defensoria reafirma combate à cultura do estupro em audiência pública

11/5/2016

Lauro de Freitas: Audiência pública sobre transporte tem grande adesão da sociedade civil

23/9/2015

Perfil dos assistidos da Defensoria Pública é debatido por sociedade civil em audiência pública





POP RUA

PROMOVE CIDADANIA



Entrega da Van para Núcleo Pop Rua

A atuação da Defensoria Pública da Bahia para cidadãos que vivem em situação de rua ganhou reforços. Em 2017, a instituição baiana adquiriu um veículo tipo van a fim de dar mais mobilidade e celeridade à assistência jurídica gratuita prestada para esse segmento em vulnerabilidade durante ações itinerantes.

A resolução nº 003 de 2 de abril de 2018 formalizou a equipe de trabalho, que há cerca de cinco anos assegura os direitos das pessoas em situação de rua, criando o *Núcleo de Atendimento Multidisciplinar para a População em Situação de Rua* – Núcleo Pop Rua, vinculado à Especializada de Direitos Humanos.

Somente em 2017, foram mais de 17 mil atividades desempenhadas entre atendimentos, visitas técnicas, reuniões de trabalho internas e externas e expedição de ofícios.

HISTÓRICO – O trabalho da equipe de atendimento às pessoas em situação de rua surgiu após participação de alguns defensores públicos estaduais no seminário, que apresentou demandas do segmento, em Brasília, em 2011. Somente no ano seguinte, um convênio firmado com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) possibilitou à Defensoria baiana a contratação de psicólogos, assistentes sociais e estagiários de Direito para oferecer a assistência adequada à população que vive nas ruas. No dia 4 de agosto de 2013 foi iniciado, pela subcoordenadora da Especializada em Direitos Humanos, Eva Rodrigues, o trabalho do que hoje é o Núcleo Pop Rua da Defensoria Pública baiana.

CARTILHAS DIFUNDEM EDUCAÇÃO EM DIREITOS

A fim de garantir que o cidadão tenha acesso às informações da Defensoria Pública, de forma acessível e didática, a Defensoria baiana ampliou os produtos editoriais e investiu na educação em direitos. Foram mais de 20 produções autorais, entre folhetos e cartilhas educativas, voltadas à prestação de serviço ao cidadão.

A cartilha institucional em quadrinhos, instrumento lúdico e educativo de apresentação dos serviços defensoriais, ganhou edição atualizada. Esse é o principal produto editorial da DPE e apresenta didaticamente todas as áreas de atuação da instituição. Criado em 2008, o material, que estava suspenso, teve 96 mil exemplares impressos, de março de 2015 até setembro de 2018.

Seguindo a ampliação do acesso à educação em direitos, a Defensoria Pública também produziu cartilhas abordando temas como enfrentamento à violência doméstica, direitos dos idosos e das religiões afro-brasileiras, direitos de crianças e adolescentes, além de folhetos com esclarecimentos para o consumidor, para o trabalhador e sobre saúde.

Em parceria com a Associação dos Defensores Públicos - Anadep, a DPE também produziu cartilha destinada aos conselheiros tutelares, além da edição digital de notas técnicas de execução penal. Todas as cartilhas servem de apoio à principal, institucional, que apresenta todas as áreas de atuação da Defensoria em quadrinhos.

PUBLICAÇÕES CRIADAS PELA DEFENSORIA DE 2015 A 2018	Nº de exemplares
Cartilha de Enfrentamento à Violência Doméstica	20.000
Cartilha Reconstruindo o Caminho da Cidadania (Execução Penal)	12.000
Cartilha do Direito da Pessoa Idosa (2016)	9.000
Cartilha Abuso Sexual (2018)	10.000
Cartilha Direito das Religiões Afro-Brasileiras	7.000
Cartilha Conselho Tutelar	1.500
Cartilha Amparo	5.000
Folheto Direitos LGBT	10.100
Folheto Nome Social	10.000
Folder Consumidor.gov	10.000
Folder Direito à Saúde	10.000
Folder Acidente de Trabalho	10.000
Folder Violência Obstétrica	8.000
Folder Ouvidoria	20.000
Folder Audiência de Custódia	500
Folheto Idoso	3.000
Folheto Amparo	4.000
Folheto 129	29.000
Folheto Agendamento On-line	5.000
Folheto Pai Responsável	100.000
Folheto Ame e Adote	9.000
Folheto Criança Segura	200

Todas as cartilhas são disponibilizadas no site institucional e algumas distribuídas durante as atividades da Defensoria, na capital e no interior, inclusive na Unidade Móvel de Atendimento - UMA. Também são disponibilizadas para algumas instituições parceiras.

Para o início de 2019 está previsto o lançamento das cartilhas *Direitos humanos ilustrado para superdefensoras e superdefensores*, *Entendendo a diversidade sexual* e *Direitos das pessoas com deficiência*.



GESTÃO DOCUMENTAL É REALIDADE

Embora instituído em 2013 pela Portaria nº 571, o Programa de Gestão Documental da Defensoria Pública do Estado da Bahia foi somente implantado em 2018, quando a instituição decidiu investir em um instrumento que viabilizasse uma melhor organização e a modernização da gestão da DPE baiana.

Cerca de 30 mil documentos passaram pelo crivo da Comissão Permanente de Arquivo, responsável pela análise, avaliação e seleção da documentação produzida pela DPE tanto nas comarcas do interior quanto nas unidades da capital.

Trata-se de um recurso informacional estratégico que confere aos documentos avaliação específica, classificação padronizada, destino apropriado e eliminação necessária, que não só facilita a pesquisa de informações, como também racionaliza o uso de espaços físicos e de custos administrativos. Mais de 500 caixas de arquivos acumulados desnecessariamente também foram descartados.

O programa enfatiza ainda a classificação de documentos institucionais que possuam valor histórico, para os quais se faz uma triagem e a reconstituição cronológica acerca da criação da Defensoria Pública Estadual.

Manual

O Manual de Gestão Documental, elaborado como conclusão da etapa de implantação do programa, reúne as normas técnicas e procedimentos para protocolo, arquivo e conservação dos documentos da instituição. Disponibilizado internamente para servidores e defensores públicos, o manual serve como material de consulta e orientação para a implantação ou manutenção da gestão documental de onde trabalham.

As etapas do trabalho consistem na criação dos procedimentos arquivísticos, análise, indexação, catalogação, conservação preventiva, manutenção dos serviços de arquivo e descarte programado de cópias, de acordo com a Tabela de Temporalidade, definida pelo manual. Todos os servidores e defensores públicos lotados nas sedes das Regionais da DPE já foram orientados acerca do trabalho pela arquivista da instituição. A equipe de metade das unidades do interior também já foi instruída sobre o tema.

Cerca de 30 mil documentos passaram pelo crivo da Comissão Permanente de Arquivo, responsável pela análise, avaliação e seleção da documentação produzida pela DPE tanto nas comarcas do interior quanto nas unidades da capital.

DADOS TRABALHADOS SEDE

54 estantes

30 mil documentos

1.900 caixas trabalhadas

ARQUIVOS ENVIADOS PARA INSTITUTO DO CACAU

1.200 caixas do Cajl

05 armários

629 caixas

DESCARTE PROGRAMADO

350 caixas poliondas

200 caixas mofadas de papelão





Mutirão para digitalização de documentos funcionais

MODERNIZAÇÃO E MEMÓRIA

A digitalização das pastas funcionais dos membros da Defensoria Pública da Bahia atende à necessidade de modernização da gestão de arquivos da instituição. Além de assegurar a manutenção do histórico de trabalho dos defensores públicos da Bahia, esse procedimento resguarda a própria história da Defensoria baiana contada também por meio desses documentos.

Durante dois meses, força-tarefa composta por 13 pessoas (cinco servidores e oito estagiários) ficou responsável por digitalizar atos da Administração Superior, como nomeações, designações, licenças-prêmios, férias etc., relacionados a cada membro. Ao todo foram 503.992 documentos digitalizados desde o início da operação, dia 10 de agosto, até o término, em 15 de outubro. Por força dessa iniciativa, agora os defensores públicos podem acompanhar a sua vida funcional por meio do Portal RH da instituição.



Marketing Overview

It is a process to allow an organization to focus resources on the greatest opportunities to grow and achieve the company's target. Marketing strategy's goal is to increase sales and achieve the company's long-term objectives. It involves short-term and long-term activities of marketing that focus on the analysis of a company's situation and contribute to its objectives. The objectives will be based on the company's vision and mission.

A marketing strategy helps convey effective messages with the right level of marketing activities to maximize your sales outcome and marketing objectives.

Product Categories	Profit per Year				
	2013	2014	2015	2016	2017
General tools	+570.82	-13.9	+620.82	+7207.75	+80.82
Health & Medical	-13.9	+82.94	+239.74	-229.00	-13.9
Art Supply	+82.94	+620.82	+82.94	+229.74	+82.94
Kids & Baby	+659.02	+7207.75	+659.02	-13.9	+659.02
Kitchen wear	-229.00	-229.00	+7207.75	+82.94	-229.00
Fashion	-797.75	+659.02	-13.9	+920.82	+7207.75
Furniture	+239.74	-239.74	-229.00	+659.02	+239.74

Growth Percentage

Profit per year of each product. Update on October, 2016

MEMORIAL E LIVRO RESGATAM 30 ANOS DE HISTÓRIA

Criar um memorial com um acervo histórico para servir como fonte de estudos e pesquisa para a comunidade jurídica baiana e nacional, bem como para os demais interessados das ciências humanas e sociais. Esta foi a responsabilidade atribuída à Comissão da Memória da Defensoria Pública da Bahia, criada pela Portaria 388/2015, e integrada pelas defensoras públicas Carmella de Alencar e Firmiane Venâncio, e pelo defensor público Raul Palmeira.

Em 2016, foi realizada exposição temática sobre os 30 anos da Defensoria Pública da Bahia, apresentada como parte da solenidade de comemoração do Dia Nacional da Defensoria e dos 30 anos da instituição. A exposição buscou estimular defensores públicos a compartilhar as suas vivências para o acervo do futuro espaço do memorial. Na mesma noite foi lançado o livro *Defensoria Pública da Bahia - 30 anos*, além do selo e carimbo dos Correios, comemorativos à Defensoria Pública.



Lançamento do Selo e Carimbo comemorativo da Defensoria Pública



Lançamento Memorial



Exposição do Memorial



Exposição do Memorial

The image features a vibrant green background with several overlapping, organic, rounded shapes in varying shades of green. These shapes create a sense of depth and movement. In the center-right area, the word "GESTÃO" is written in a clean, white, sans-serif font. The letter 'ã' has a tilde accent. The overall composition is modern and minimalist.

GESTÃO

DESAFIOS DE UM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Foram quatro anos de evolução no orçamento da Defensoria Pública da Bahia: de 2015, com 152 milhões de reais destinados pelo Governo do Estado para a instituição, até 2018, com cerca de 202 milhões. Nesse quadriênio, o aumento dos recursos chegou a cerca de 32%, se comparado ao montante destinado à instituição no início da gestão do defensor público geral Clériston Cavalcante de Macêdo.

Embora positiva, a trajetória de evolução dos repasses à Defensoria segue aquém do necessário para garantir em todas as comarcas a assistência jurídica gratuita para o cidadão baiano, prevista pela Emenda Constitucional 80/2014. Até 2022, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

Era chegada a hora de empenhar uma cobrança ao Estado da Bahia, respaldada na opinião de quem utiliza os serviços defensoriais: o cidadão baiano. Iniciada em 2015, a metodologia das conferências públicas, criada na gestão de Clériston de Macêdo, ouviu pessoas em cada comarca onde a DPE estava presente e mapeou quais áreas deviam ser prioridade na atuação institucional. A cada ano, construiu-se um orçamento preparado a muitas mãos – associações, grupos, entidades da sociedade civil e usuários dos serviços defensoriais – e uma instituição mais fortalecida pelos anseios da população baiana.

A Defensoria quis se aproximar das pessoas, da população, para que, quando fosse cobrar mais recursos do Poder Executivo, acumulasse mais legitimidade, por atuar como intermediária de um pedido de expressão popular.

Um dos motivos pelos quais o orçamento está aquém do necessário é a carência de defensores para cobrir um estado de grande área territorial, com uma população que enfrenta acentuadas desigualdades socioeconômicas.

TABELA DO ORÇAMENTO

ANO	INICIAL	FINAL
2014	163.241.000,00	163.350.003,00
2015	152.909.000,00	170.741.000,00
2016	170.946.000,00	196.146.000,00
2017	189.676.000,00	210.176.000,00
2018*	202.471.000,00	202.722.481,00

*Até 11/12/2018

Nos 417 municípios da Bahia, apenas 34 comarcas contam com a atuação dos defensores públicos, embora o número de municípios beneficiados seja maior que esse número, já que há comarcas que têm distritos judiciais em outros municípios.

Ao completar 33 anos de existência institucional, hoje a expectativa é dotar a Defensoria Pública de um quadro permanente de pessoal, aumentar o número de cargos comissionados e estabelecer uma política de remuneração compatível com as respectivas funções. Ainda há desafios a serem superados, entretanto, a Defensoria Pública da Bahia hoje tem o devido reconhecimento, resultante da aproximação isonômica entre as instâncias que integram o sistema de Justiça e a projeção de seu trabalho em benefício de quem mais precisa.

A Emenda à Constituição (EC) nº 80/2014, conhecida no meio jurídico como 'PEC das Comarcas', ampliou o conceito e a missão/vocação da Defensoria Pública, considerando-a instrumento constante do regime democrático, responsável pela defesa dos vulneráveis e hipossuficientes, de maneira integral e gratuita.

CIDADÃO COM VOZ ATIVA

O *Orçamento Participativo* foi um projeto que nasceu a partir do anseio de construir e planejar a Defensoria Pública da Bahia com cada vez mais participação popular. De 2015 a 2018, durante a gestão do defensor geral Clériston Cavalcante de Macêdo, uma série de conferências públicas deu voz ao cidadão baiano para opinar sobre quais áreas a Defensoria Estadual deve priorizar em seu orçamento.

Em cada cidade, sociedade civil, líderes de movimentos sociais e sindicais, representantes do Estado e dos Municípios, representantes do Grupo Operativo da Ouvidoria Cidadã e autoridades puderam apresentar os problemas das comarcas onde a Defensoria pode intervir positivamente em defesa dos direitos da população mais vulnerável.

A população pôde ser amplamente escutada por meio de questionários físicos (depositado nas urnas de cada cidade) e *on-line*. As contribuições traduziram-se em um orçamento participativo, construído a muitas mãos e, principalmente, direcionado para onde o cidadão baiano mais precisa.

Entre os principais pleitos da população, destacaram-se o aumento do número de defensores públicos e a expansão da Defensoria Pública para o interior. Parte dessas demandas já foi atendida pela instituição, com a reabertura dos serviços em comarcas do interior e a nomeação dos aprovados nos concursos realizados em 2010 e 2017. Inclusive, na última edição das Conferências Públicas, em 2018, a Defensoria Pública também compartilhou com os cidadãos resultados dos orçamentos participativos dos anos anteriores.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

2015	Sedes das Defensorias Regionais, além da capital
2016	Em todas as comarcas
2017	Sede das Defensorias Regionais, além da capital; demais comarcas através de formulários recolhidos em urnas e <i>on-line</i>
2018	Em todas as comarcas, <i>on-line</i> e através de formulários recolhidos em urnas.



Conferência Lauro de Freitas 2018

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA

Evolução da execução orçamentária DPE [Total] - 2014 a 2018

ITEM	2014	2015	Δ% 2015 / 2014	2016	Δ% 2016 / 2015	2017	Δ% 2017 / 2016	2018 (até a data)	Δ% 2018 / 2017
Orçamento inicial (A)	163.241.000,00	152.909.000,00	-6,33	170.946.000,00	11,80	189.676.000,00	10,96	202.471.000,00	6,75
Suplementação ou recursos de convênio	109.003,00	17.832.000,00	16.259,18	25.200.000,00	41,32	20.500.000,00	-18,65	251.481,00	-98,77
Orçamento final (B)	163.350.003,00	170.741.000,00	4,52	196.146.000,00	14,88	210.176.000,00	7,15	202.722.481,00	-3,55
Δ% Orçamento final/Inicial	0,07	11,66		14,74		10,81		0,12	
Empenhados (C)	149.519.384,06	166.377.223,12	11,27	189.205.737,35	13,72	198.038.130,00	4,67	197.074.399,31	-0,49
% Empenhado / Orçamento final	91,53	97,44		96,46		94,22		97,21	
Descentralizações	199.049,32	624.235,79	213,61	943.979,19	51,22	1.892.679,00	100,50	2.169.999,47	14,65
% Empenhado + Descentralizações / Orçamento final	91,65	97,81		96,94		95,13		98,28	
Liquidados (D)	148.815.253,02	163.929.999,32	10,16	187.268.091,41	14,24	194.821.435,00	4,03	186.965.719,34	-4,03
% Liquidados / Orçamento final	91,10	96,01		95,47		92,69		92,23	

Obs.: Em 2014, não houve suplementação e sim recurso de convênio (MJ/SDH - Atendimento à População de Rua)

AUTONOMIA NA FOLHA DE PAGAMENTO

Um marco na história. Pela primeira vez, a Defensoria Pública da Bahia rodou a própria folha de pagamento. Da publicação dos editais de licitação para adquirir o sistema até a implantação, foram dez meses de trabalho das equipes de Pessoal, Modernização e Informática e Diretoria Geral para garantir mais um passo em direção à consolidação da autonomia institucional da Defensoria.

Há mais de 30 anos, desde o início da Defensoria baiana, a responsabilidade era dividida com a Secretaria de Administração do Estado. Em agosto de 2016, todo o processo foi realizado pela Defensoria, quando defensores públicos, servidores e estagiários da instituição puderam ter acesso ao contracheque por meio do site institucional da DPE.

O processo de elaboração da folha de pagamento foi iniciado em setembro 2015, com a publicação dos editais de licitação para adquirir o sistema para rodar a folha de pagamento. Trata-se do pregão eletrônico nº 013/2015. Foi o primeiro marco oficial de que, em poucos meses, esta responsabilidade seria integralmente da Defensoria.



DEFENSORIA ALCANÇA MAIS COMARCAS

Os números comprovam: a Defensoria Pública da Bahia, nos últimos quatro anos, seguiu firme no propósito de ampliar serviços e garantir maior cobertura de atendimento no estado, ao efetivar a interiorização da instituição prevista na Emenda Constitucional 80/2014.

Até novembro de 2018, 34 comarcas já contam com os serviços defensoriais baianos, um aumento significativo em comparação com 2015 – à época presente apenas em 24. Até o final da gestão a previsão é de que a Defensoria esteja em 38 comarcas

A atuação da Defensoria Pública Estadual nos Tribunais Superiores também foi fortalecida com a instalação do escritório em Brasília, em conjunção com a Defensoria

DADOS COMPARATIVOS

2015	2018
24 comarcas	34 comarcas
17 territórios de identidade	22 territórios de identidade
250 defensores públicos	338 defensores públicos

NÚMERO DE POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ALCANÇADOS

2015	6.600.128
2018	7.204.854

de Minas Gerais. Isso possibilitou que defensores públicos da Instância Superior pudessem atuar diretamente nas ações e recursos dos usuários dos serviços da Defensoria que tramitam no STF e no STJ.

Para acompanhar esse ritmo de crescimento, desde 2015, mais 88 defensores públicos foram nomeados e empossados, consolidando o corpo defensorial, que em 2018 agora conta com 338 membros que levam assistência jurídica para toda a Bahia.



Reabertura dos serviços em Amargosa/2015

Entre aberturas de novas comarcas, reaberturas daquelas que foram desativadas, reformas estruturais e transferências de sede, a Defensoria realizou 26 inaugurações nesse quadriênio. As novas instalações, que abrangeram o interior do estado, a capital e a Região Metropolitana de Salvador, representam a democratização e a popularização dos serviços prestados.

2015

Em 2015, cinco comarcas foram reabertas, com a inauguração das sedes de Amargosa, Barreiras (que estava há 21 anos sem defensor público), Brumado, Eunápolis e Irecê. Nesse mesmo ano, a Defensoria em Lauro de Freitas também ganhou um espaço independente, com a desvinculação do Fórum.



Inauguração sede Brumado

2016

Em 2016, uma grande conquista: a Unidade Móvel de Atendimento - cujo objetivo é levar assistência, prioritariamente, às cidades do interior onde não há defensor público - equipada com três gabinetes e elevador para acesso de cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção. Nesse mesmo ano, a Defensoria de Teixeira de Freitas ganhou uma sede própria e as unidades de Serrinha, Vitória da Conquista e Valença, foram transferidas para locais mais apropriados.



Inauguração sede V. da Conquista



Inauguração sede T. de Freitas



Lançamento Unidade Móvel

2017

Foi em 2017, com Clériston Cavalcante de Macêdo sendo reconduzido à gestão, que a DPE garantiu a Casa das Famílias I, no Jardim Baiano, para atuação na área de família, que é uma das mais demandadas da instituição. Destaca-se também a abertura do escritório de representação em Brasília, em parceria com a Defensoria de Minas, para atuação junto ao STF e ao STJ. Nesse ano houve ainda inaugurações em Simões Filho e Irecê, onde a DPE mudou do Fórum para sedes independentes, e a reforma da unidade de Guanambi.



Casa da Defensoria das Famílias I



Sede Irecê



Inauguração Simões Filho

2018

Em 2018, mais avanços da instituição, com a inauguração da Casa da Defensoria das Famílias II, também no Jardim Baiano, em Salvador. Em seguida, a inauguração da Unidade de Itaparica, para atender as comarcas de Itaparica e Nazaré, além dos distritos judiciais de Vera Cruz, Barra do Gil, Caixa Preggo, Jiribatuba (estes três também do município de Vera Cruz).

Ainda em 2018, a DPE/BA reinstalou uma unidade da instituição no município de Euclides da Cunha, que desde 2000 estava sem Defensoria. Foi reaberta também a comarca de Itaberaba, com a promessa da prefeitura local de doar à instituição um terreno para a construção da sede própria. Além disso, a cidade de Ipirá pôde contar pela primeira vez com os serviços da instituição, as unidades de Barreiras, Candeias, Jequié e Santo Amaro ganharam novas sedes, e o imóvel próprio em Santo Antônio de Jesus foi inaugurado após reforma. Paulo Afonso também ganhou nova sede em dezembro.

A previsão é de que até o final da gestão sejam entregues duas sedes próprias em Salvador, a Casa de Direitos Humanos e a Casa de Acesso à Justiça II, ambas no Jardim Baiano, onde se concentra grande parte das unidades da instituição na capital. Haverá inauguração também em Itapetinga e Eunápolis.



Inauguração Barreiras



Inauguração Jequié

INAUGURAÇÕES REALIZADAS

20 sedes inauguradas, além da UMA, dos escritórios de representação da DPE-BA em parceria com a DPE-MG e da instalação de serviços no Fórum de Ipirá.

QUANTIDADE	UNIDADE	DATA INAUGURAL	
01	Lauro de Freitas	29/9/2015	Saiu do Fórum para sede independente
02	Amargosa	26/10/2015	Fórum - Reabertura
03	Barreiras	29/10/2015	Reabertura em sede independente depois de 21 anos sem defensor público
04		14/5/2018	Transferência para sede independente mais ampla
05	Eunápolis	3/11/2015	Sede independente - Reabertura
06	Brumado	12/11/2015	Sede independente - Reabertura
07	Irecê	11/12/2015	Prefeitura Atende - Reabertura
08		10/8/2017	Inauguração de sede independente
09	Teixeira de Freitas	20/1/2016	Transferência do Fórum para sede própria
10	Serrinha	16/9/2016	Sede independente
11	Vitória da Conquista	30/9/2016	Transferência para sede independente mais ampla
12	Valença	29/11/2016	Sede independente
13	Unidade Móvel de Atendimento	2/12/2016	
14	Simões Filho	26/4/2017	Transferência do Fórum para sede independente
15	Casa das Famílias I	19/6/2017	Sede própria - Defensores trabalhavam no Fórum das Famílias
16	Escritório de representação das Defensorias da Bahia e Minas em Brasília	30/8/2017	Parceria com a Defensoria de Minas Gerais
17	Guanambi	23/11/2017	Reforma
18	Casa das Famílias II	29/1/2018	Sede própria - Defensores trabalhavam no Fórum das Famílias
19	Itaparica / Nazaré	11/4/2018	Instalação de serviços - Sede independente
20	Euclides da Cunha	13/4/2018	Instalação de serviços - Sede independente
21	Itaberaba	18/4/2018	Reabertura - Fórum
22	Santo Amaro	5/7/2018	Sede independente
23	Ipirá	13/9/2018	Instalação de serviços - Fórum
24	Santo Antonio de Jesus	21/9/2018	Reforma da sede
25	Candeias	26/9/2018	Sede independente
26	Jequié	31/10/2018	Sede independente
27	Paulo Afonso	18/12/2018	Nova sede

MAIS CONFORTO E DIGNIDADE

A expansão e interiorização da Defensoria Pública não foi somente marcada pela abertura do serviço em novas comarcas. Todo o processo de reforma e ativação de novas unidades foi pensado para garantir melhor infraestrutura e atendimento ao cidadão – baseando-se em padrões de acessibilidade – e viabilizar mais conforto e dignidade para membros, servidores e estagiários atuarem.



Casa das Famílias I e II

A DPE/BA inaugurou em 2017 e em 2018 as Casas da Família I e II, em Salvador. Antes, o atendimento nesta área era realizado em uma sala do Fórum Ruy Barbosa, mas agora em sedes próprias, localizadas no Jardim Baiano (na Rua Arquimedes Gonçalves, nº 188; e Rua Boulevard América, nº 14; respectivamente).



Sede Irecê

Em agosto de 2017, Irecê ganhou sede própria e agora atende em um local sem vínculos com a Prefeitura, reforçando a autonomia da instituição.



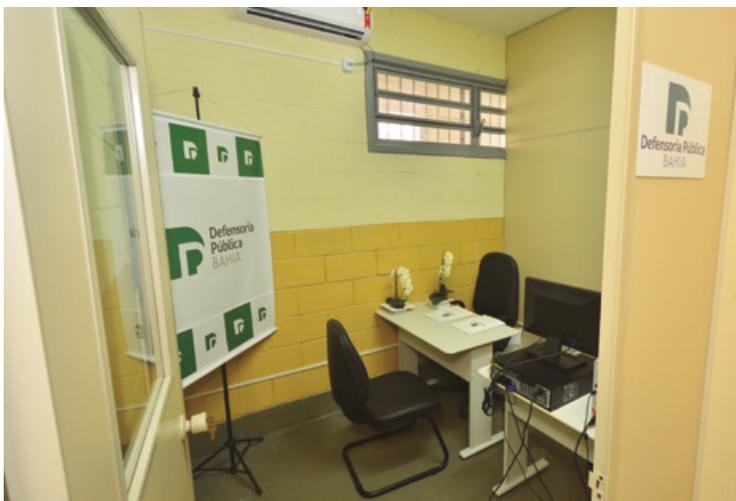
Sede Guanambi

Em novembro de 2017, a cidade de Guanambi ganhou uma sede reformada e readequada para as atribuições da Defensoria Pública.



Sede Lauro de Freitas

Desligando-se do Fórum da Comarca, foi inaugurada sede independente em 2015.



Unidade no Complexo Penitenciário

Em novembro de 2017, a Defensoria instalou outra sala dentro do Complexo Penitenciário da Mata Escura, no novo Conjunto Penal Masculino. Em funcionamento dentro da sala de identificação, no Pavilhão 2, a unidade atende presos de toda a Região Metropolitana de Salvador.



Sede Barreiras

Com a chegada de mais defensores públicos e funcionários na Comarca, o município de Barreiras ganhou uma nova sede da DPE/BA, maior e melhor estruturada. Inaugurada em maio de 2018, atende também os municípios de Angical e de Cristópolis.



Santo Amaro

Também ganhou uma sede própria da Defensoria do Estado, em julho de 2018. A unidade de Santo Amaro abrange também os distritos Acupe, Oliveira dos Campinhos e Saubara.



Sede Itaparica

No mês de abril de 2018, a Defensoria inaugurou a unidade de Itaparica, que atende também Vera Cruz e Nazaré das Farinhas (abrangendo todos os distritos dessas duas).



Brasília

Em 30 de agosto de 2017, a DPE/BA investiu na instalação de uma unidade em Brasília para permitir que defensores públicos acompanhem integralmente os processos dos assistidos, desde as entrâncias iniciais às finais, no STJ e no STF.



Sede Euclides da Cunha

Também em abril, em Euclides da Cunha, a Defensoria foi reinstalada após 18 anos de lacuna defensorial e está em funcionamento no Centro. A Comarca atende também a todos os distritos do município.

NOVAS SEDES NA CAPITAL E NO INTERIOR

Dentro do plano expansão da Defensoria e de melhoria da infraestrutura para as unidades já existentes, a previsão é que mais seis unidades ganhem novas sedes. As obras estão em andamento e deverão ser inauguradas até o final de fevereiro, quando a gestão atual encerra suas atividades. Em Salvador, estão sendo reformados os imóveis adquiridos pela Defensoria no Jardim Baiano para abrigar a Casa de Direitos Humanos e a Casa de Acesso à Justiça II (que sairá do imóvel alugado no Tororó).

Com a saída da equipe de direitos humanos para a nova casa, o espaço utilizado na sede do CAB abrigará os defensores públicos da Instância Superior, que sairão do espaço no anexo do Tribunal de Justiça. Também estão em obras as novas sedes de Amargosa, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Itapetinga, Paulo Afonso.



Sede Paulo Afonso

A sede, inaugurada no dia 18 de dezembro de 2018, já dispõe de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência. A unidade de Paulo Afonso, hoje vinculada à 1ª Regional, será transformada em regional até o final da gestão.

MAIS COMARCAS GANHAM DEFENSORIA

A nomeação de mais defensores possibilitou que a Defensoria fortaleça a sua expansão e chegue a mais comarcas. Até o final do biênio 2017-2019, a população de mais quatro municípios passarão a contar com a assistência jurídica, judicial e extrajudicial da instituição. Serão beneficiados os territórios de identidade Velho Chico, Recôncavo e Semiárido Nordeste II.

NOVAS COMARCAS EM 2019

Bom Jesus da Lapa

Cruz das Almas

Paripiranga

Ribeira do Pombal

PLANEJAR PARA CRESCER

Desenhar os rumos da instituição e encontrar caminhos para alcançá-los de forma transparente e democrática durante os próximos dez anos. Esse foi o objetivo do Planejamento Estratégico da Defensoria Pública da Bahia com visão de futuro, iniciado em 2015.

Construído conjuntamente, com o envolvimento de todos os defensores públicos, servidores da instituição e consultoria especializada, o processo traçou objetivos específicos para a Defensoria baiana como o foco no atendimento ao cidadão, interiorização da Defensoria Pública e adequação do quadro de pessoal à missão institucional da DPE: defender os direitos individuais e coletivos dos

MAPA ESTRATÉGICO

Missão

Defender os direitos individuais e coletivos dos necessitados e vulneráveis, de forma integral e gratuita, a fim de contribuir para a garantia da dignidade das pessoas.

Visão

Ser referência nacional na defesa dos direitos individuais e coletivos dos vulneráveis.

Sociedade

- 1.1 Contribuir para o acesso à Justiça
- 1.2 Contribuir para a inclusão social
- 1.3 Contribuir para a garantia de dignidade das pessoas

Processos internos

- 2.1 Prover infraestrutura adequada à Defensoria
- 2.2 Modernizar a gestão da Defensoria Pública
- 2.3 Aprimorar a comunicação institucional
- 2.4 Interiorizar a Defensoria Pública
- 2.5 Aperfeiçoar o controle interno
- 2.6 Otimizar o atendimento ao cidadão
- 2.7 Promover soluções extrajudiciais
- 2.8 Ampliar a efetividade da atuação judicial
- 2.9 Promover ações de inclusão social

Aprendizado e crescimento

- 3.1 Adequar o quadro de pessoal à missão institucional
- 3.2 Aprimorar a capacitação e a atuação funcional
- 3.3 Promover a motivação
- 3.4 Aprimorar a gestão do conhecimento

Financeira

- 4.1 Atuar juntos aos Poderes Executivo e Legislativo para obtenção de recursos orçamentários
- 4.2 Obter recursos extraorçamentários
- 4.3 Assegurar a aplicação racional, responsável e efetiva dos recursos orçamentários/financeiros disponibilizados



vulneráveis, de forma integral e gratuita, a fim de contribuir para a garantia da dignidade das pessoas.

Primeiro produto do trabalho que durou onze meses, o livro do *Planejamento Estratégico 2016-2026* foi lançado em setembro de 2016 e deve subsidiar as decisões da gestão para os dez anos subsequentes. O documento reúne não só ações concretas como também os princípios norteadores para o desenvolvimento da Defensoria baiana, independentemente de quem esteja à frente da instituição.

Com a elaboração do *Planejamento Estratégico*, a Defensoria da Bahia estabeleceu 20 iniciativas prioritárias que

a instituição deveria implementar para o seu crescimento e aprimoramento. Na reunião de alinhamento estratégico de dezembro de 2016, foi apurado que já haviam sido cumpridas 15 delas, mas com a posterior inauguração da Unidade Móvel de Atendimento e do Núcleo Amparo, hoje alcançaram-se com sucesso 17 das 20 prioridades previstas. Entre elas, a ampliação da atuação defensorial no interior do estado; a adequação da Defensoria para a solução extrajudicial de conflitos; a implementação de programa para obtenção de recursos extraorçamentários e o aumento da frota de veículos institucionais.

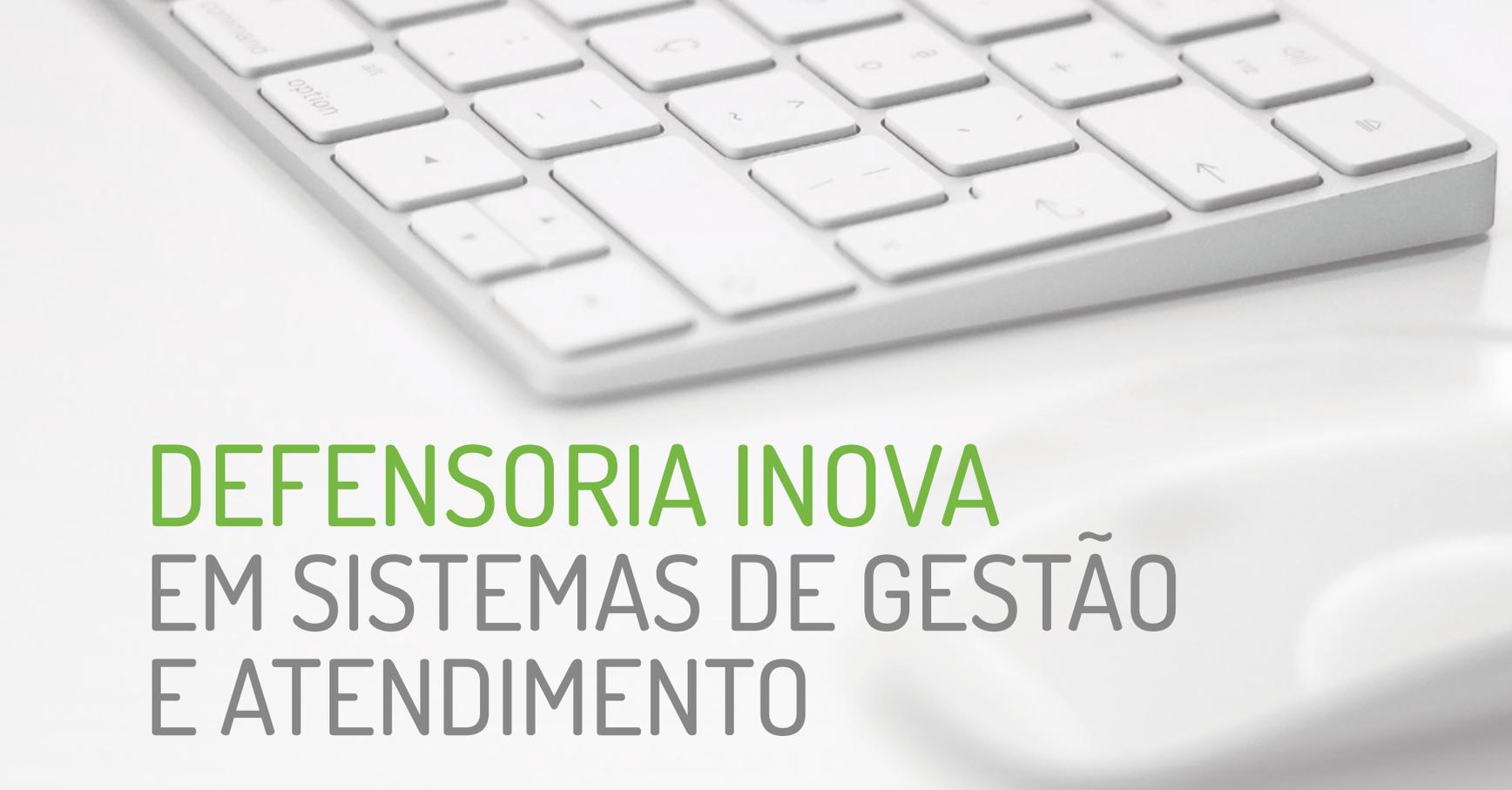
INICIATIVAS PRIORITÁRIAS – MONITORAMENTO

Após a última RAE realizada em 6 de dezembro de 2016

1) Elaborar e implementar projeto de adequação da DPE/BA ao modelo de solução extrajudicial de conflitos.	●
2) Elaborar e implementar estudo para a implantação de núcleo interdisciplinar para atuação extrajudicial	●
3) Elaborar e implementar projetos para aprimoramento do acesso às informações institucionais	●
4) Elaborar e implementar estudo para a implantação de núcleo interdisciplinar para atuação judicial	●
5) Elaborar e implementar programa voltado à educação em direitos	●
6) Elaborar e implementar programa de comunicação institucional	●
7) Elaborar e implementar programa para o combate à violência contra jovens negros e pobres (NAVI DH)* *Implementado como Núcleo de Amparo às Vítimas de Crimes Violentos	●
8) Elaborar e implementar projeto de melhoria do atendimento	●
9) Elaborar e implementar programa de obtenção de recursos extraorçamentários	●
10) Elaborar e implementar projeto da Defensoria Pública itinerante	●
11) Elaborar estudo e implementar um novo modelo de atuação institucional	●
12) Elaborar e implementar projeto de ampliação da atuação defensorial no interior	●
13) Elaborar e implementar programa de provisão e recomposição de cargos e funções	●
14) Elaborar e implementar projeto de mapeamento e otimização de processos	●
15) Elaborar e implementar programa de manutenção planejada	●
16) Elaborar e implementar programa de adequação da infraestrutura predial	●
17) Elaborar e implementar o programa de obtenção de equipamentos, <i>hardware</i> e <i>software</i>	●
18) Elaborar e implementar programa de adequação da frota	●
19) Elaborar e implementar um programa de manutenção e atualização de <i>softwares</i> e <i>hardwares</i>	●
20) Elaborar e implementar programa de capacitação continuada	●

● concluído

● em andamento



DEFENSORIA INOVA EM SISTEMAS DE GESTÃO E ATENDIMENTO

SIPED É MODELO NO BRASIL

Tecnologia a serviço do acesso à Justiça. A Defensoria Pública da Bahia desenvolveu uma ferramenta automatizada que auxilia a instituição na escolha das comarcas para onde serão designados os membros da instituição. Considerado inédito no Brasil, o Sistema de Planejamento de Expansão – Siped – identifica quais localidades necessitam dos serviços da DPE com mais urgência, a partir de dados, como a quantidade de pessoas em situação de pobreza, unidades prisionais e unidades de acolhimento.

Como ainda não há defensor público suficiente para atender todas as comarcas no estado, conforme previsto na Emenda Constitucional 80/2014, a instituição baiana idealizou um sistema criterioso e eficiente para nortear os gestores na decisão. A ferramenta matemática-estatística foi desenvolvida pela Coordenação de Modernização e Informática da Defensoria e lançada em 2018.

Depois de implantado na Bahia, várias defensorias solicitaram acesso ao Siped para utilização nos respectivos estados. A disponibilização é feita com a celebração de termo de cooperação entre as instituições.

SICAD É PRATA DA CASA

Dando seguimento à modernização e à transparência dos procedimentos internos para os membros, a Defensoria Pública da Bahia lançou o Sistema de Acompanhamento da Carreira Defensorial – Sicad, em agosto de 2017. A ferramenta permite a abertura de concursos e habilitação para vagas publicadas através de editais de designação e/ou remoção, bem como a consulta *on-line* da lista de antiguidade dos membros da instituição.

O Sicad foi desenvolvido integralmente pela equipe de analistas de sistemas da DPE, tomando como base o sistema utilizado pelo Ministério Público Federal (MPF).

Por meio dele o defensor público interessado poderá se inscrever tanto para a designação das vagas ofertadas diretamente no edital quanto para aquelas ocupadas no momento de abertura, em ordem de preferência.

Na prática, defensores de classes inferiores podem se candidatar para vagas em classes superiores, assim como um membro de classe intermediária pode se candidatar para uma vaga de classe final. O critério de desempate para o vencimento será a colocação do interessado na lista de antiguidade.



Sistema otimizará acompanhamento dos detentos

Centro de Análise e Módulo de Execução Penal

Englobado ao Módulo de Execução Penal, a Defensoria lançou em dezembro de 2018 o Centro de Análise de Execução Penal e Observatório Carcerário Estadual - CAEPO. Através da iniciativa poderão ser definidas metas para a atuação das Especializadas Criminal e Execução Penal e de Proteção aos Direitos Humanos, além de evitar a necessidade de realização de mutirões carcerários. A ferramenta é acessada por meio do Módulo de Execução Penal do Sigad, criado para dinamizar a atuação da instituição na área. Lá podem ser coletadas informações como cor, escolaridade, reincidência, procedência, tempo de pena e, de forma ampla e completa passará a espelhar a população carcerária do estado da Bahia. O módulo e o observatório geram meios para o entendimento da situação processual penal e administrativa dos internos, possibilitando a transição e a realocação entre as unidades prisionais do estado sem perda de dados. A iniciativa visa universalizar procedimentos e criar um protocolo estadual de atendimento a presos de forma a proteger dados e otimizar recursos humanos condizentes com os princípios da Defensoria da Bahia, que está presente em todas as unidades prisionais do estado.

O Centro de Análise de Execução Penal e Observatório Carcerário Estadual vai permitir diagnóstico dos presídios na Bahia.

Painel do Defensor

Um novo ambiente criado dentro do Sistema Integrado de Gestão de Atendimento da Defensoria - Sigad - denominado *Painel do Defensor* foi lançado em dezembro/2018. Desenvolvido pela Coordenação de Modernização e Informática, o painel objetiva que o usuário possa, de forma integrada e rápida, verificar os seus agendamentos, cadastrar os seus modelos de petições e, a partir de ferramentas gráficas, conseguir gerar e medir os indicadores de *performance*.

ÁREAS TEMÁTICAS GANHAM NOVOS SISTEMAS

Associadas ao Sistema Integrado de Gestão de Atendimento da Defensoria – Sigad, a Coordenação de Modernização e Informática da DPE criou ferramentas para análise de dados visando subsidiar a atuação estratégica da instituição em áreas temáticas: os observatórios. Ao alimentar o Sigad com os dados do atendimento, o defensor público gera um banco de dados que os observatórios analisam e transformam em estatística, dando uma visão panorâmica das maiores demandas da Defensoria e possibilitando a criação de metas de acordo com o cenário percebido.

Observatório de Saúde

Congrega estatísticas sobre os medicamentos e os exames mais solicitados pelos beneficiários da Defensoria, sobre os entes mais acionados na Justiça para cumprimento da obrigação de fornecer acesso gratuito à saúde, sobre o cumprimento de liminares e sobre as áreas hospitalares e enfermidades dos assistidos que mais demandam os serviços da DPE, entre outras. O Observatório da Saúde também possibilita o acompanhamento das soluções extrajudiciais na área do consumidor para todo o estado da Bahia.

Observatório do Consumidor

Através da ferramenta há análise estatística de informações sobre acidentes de consumo, superendividamento, planos de saúde, bancos, serviços, consórcio, faculdade, seguradora, os tipos de serviço contratados, entre outras. Também é registrado o índice de resolução extrajudicial e se há utilização dos termos de cooperação técnica firmados com a Defensoria Pública.

O Observatório de Saúde congrega estatísticas sobre os medicamentos e os exames mais solicitados pelos beneficiários da Defensoria.



FROTA É AMPLIADA

Em um período de quatro anos, a Defensoria Pública da Bahia dobrou seu quadro de veículos para atender à demanda da instituição na capital e no interior do estado. Em 2015, a DPE tinha 20 veículos, ao passo que em 2018 esse número subiu para 43. Outros 10 veículos estão em processo de aquisição para atender unidades da capital e interior.

Todas as sedes das Regionais da DPE – Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus, por exemplo, possuem veículos próprios. As comarcas de Barreiras, Paulo Afonso e Teixeira de Freitas também contam com carros próprios para a locomoção da equipe e atendimento ao cidadão. As Defensorias de Eunápolis e Porto Seguro dividem um veículo, enquanto Irecê e Jacobina compartilham o último dos cinco carros adquiridos para atender às comarcas no interior do estado.

A aquisição da frota fez parte das ações previstas no *Planejamento Estratégico* da DPE, atendendo não somente ao projeto de interiorização, como também garantindo a redução significativa dos gastos com passagens e viagens.



Em um período de quatro anos, a Defensoria Pública da Bahia dobrou seu quadro de veículos para atender à demanda da instituição na capital e no interior do estado.

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE 2015 A 2018

MODELO	QUANTIDADE	ANO - MODELO	UNIDADE
AIR CROSS	1	2016	ADM - CAPITAL
SPIN	2	2016	ADM - CAPITAL
FLUENCES	2	2016	SUB DPE/CORREGEDORIA
CAMINHÃOZINHO	1	2016	PATRIMÔNIO/ ALMOXARIFADO
RANGER	6	2015	REGIONAIS (FEIRA DE SANTANA; VITÓRIA DA CONQUISTA; ILHÉUS; ITABUNA; JUAZEIRO; SANTO ANTÔNIO DE JESUS).
RANGER	2	2018	GABINETE / COORD. REGIONAL
VAN MASTER	1	2017	APOIO A EVENTOS DA UNIDADE MÓVEL
VAN JUMPER	1	2016	ESDEP
CAMINHÃO	1	2016	UNIDADE MÓVEL
LOGAN	7	2018	CINCO PARA AS REGIONAIS (BARREIRAS; EUNAPÓLIS; IRECÊ; T. FREITAS; PAULO AFONSO); DOIS VEÍCULOS ADMINISTRATIVOS - CAPITAL
VEÍCULOS PASSAGEIROS (EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO)	7	2018	QUATRO PARA AS REGIONAIS (BOM JESUS DA LAPA; EUCLIDES DA CUNHA; IPIRÁ; ITAPARICA); TRÊS VEÍCULOS ADMINISTRATIVOS - CAPITAL.
VEÍCULO PICK UP (EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO)	1	2018	ADMINISTRATIVO - CAPITAL
VEÍCULO DE PASSAGEIRO (EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO)	1	2018	REGIONAL FEIRA DE SANTANA
VEÍCULO VAN (EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO)	1	2018	SALVADOR - SUBSTITUIÇÃO VAN POP RUA
Total	34		

BALANÇO DE CRESCIMENTO DA FROTA 2015 - 2018

2015	2018
20 VEÍCULOS	43 VEÍCULOS
32 VEÍCULOS ADQUIRIDOS	
10 VEÍCULOS DEVOLVIDOS	
1 VEÍCULO LOCADO	



INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

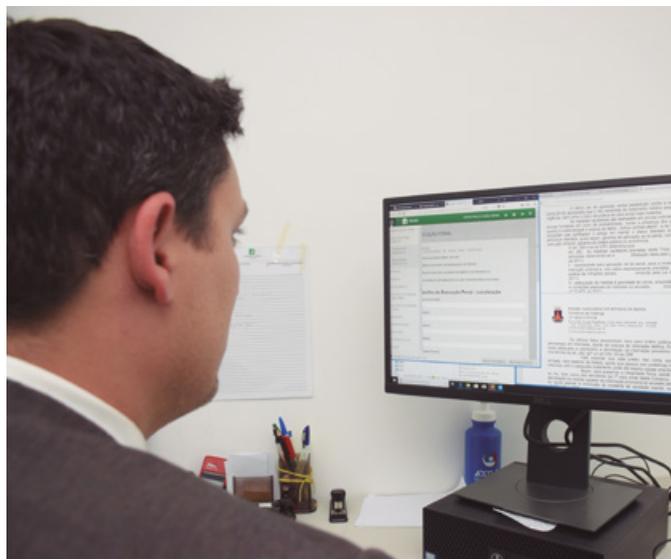
O século XXI impõe a modernização tecnológica como fator essencial para o fortalecimento e expansão sustentável de uma instituição. Em quatro anos, a Defensoria Pública da Bahia investiu em recursos para ampliação do parque tecnológico a fim de promover mais celeridade, segurança e conforto para defensores públicos, servidores e estagiários trabalharem e, para o cidadão, a garantia de acesso à assistência jurídica gratuita com cada vez mais qualidade.

Serviços como a modernização do site institucional, aquisição de licença para a gestão de pessoas, sistemas de segurança e antivírus, compra de monitores, notebooks e ampliação da capacidade de canais da central telefônica traduzem melhorias significativas no dia a dia da Defensoria baiana, tanto para quem oferece o serviço, quanto para quem precisa dele.

MODERNIZAÇÃO PASSO A PASSO

2015	Aquisição de 01 (uma) licença de uso definitivo de <i>software</i> aplicativo para gestão de pessoas da Defensoria Pública do Estado da Bahia	R\$ 195.148,80
2015	Aquisição de sistema de segurança de rede composto de 02 (dois) <i>hardwares</i> (<i>firewall</i> e recurso de gerenciamento e monitoramento) tipo <i>appliance</i> e <i>software</i> , com instalação de rede lógica para a nova unidade	R\$ 389.500,00
2016	Serviço de pós-garantia para 2 (dois) <i>switches</i> , marca Extreme	R\$ 30.910,00
2016	Renovação de licença de uso de <i>software</i> para <i>Firewall</i> Fortigate 200B, com manutenção de <i>hardware</i>	R\$ 34.000,00
2016	Aquisição de 150 (cento e cinquenta) certificados digitais, E-CPF A3, com <i>token</i>	R\$ 34.903,55
2016	Serviço de pós-garantia de unidade de <i>backup</i> em fita, Dell, modelo PowerVault TL2000	R\$ 23.900,00
2016	Serviço de pós-garantia para 6 (seis) servidores Dell, modelo PowerEdge R720	R\$ 45.549,60
2016	Aquisição de 280 (duzentos e oitenta) monitores, LED, tamanho mínimo de 23,8 polegadas	R\$ 407.960,00
2016	Serviços aplicados à tecnologia da informação, compreendendo as atividades de desenvolvimento, manutenção de sites, armazenamento de dados em arquivos/banco de sistemas <i>web</i> e portais <i>web</i>	R\$ 115.788,00
2016	90 impressoras <i>laser</i> monocromáticas	R\$ 95.536,00
2016	Renovação de suporte dos <i>softwares</i> VMware vSphere 6 Enterprise e VMware vCenter Server 6 Standart	R\$ 67.739,00
2016	Pós-garantia para 2 (dois) <i>switches</i> , marca Extreme, modelo x460-48p, com execução da garantia Missão Crítica 2h24x7	R\$ 31.950,00
2016	50 (cinquenta) <i>scanners</i> A4	R\$ 61.200,00
2016	Aquisição, instalação e configuração de 1.000 licenças para máquinas dos usuários e 25 licenças para os servidores, de uso de <i>software</i> antivírus corporativo	R\$ 49.400,00
2016	Pós-garantia de 297 (duzentos e noventa e sete) notebooks Dell, modelo Latitude E6430	R\$ 338.069,16
2016	70 (setenta) microcomputadores do tipo <i>desktop</i> , sem monitor	R\$ 259.756,77
2016	Pós-garantia para 5 <i>switches</i> , marca Extreme Networks, modelo x440-48p e 1 switch, marca Extreme Networks, modelo x460-48p	R\$ 65.480,00
2017	Renovação de licença de uso de <i>software</i> para <i>Firewall</i> Fortigate 100D, com manutenção de <i>hardware</i> e <i>software</i>	R\$ 40.000,00
2017	Serviço de pós-garantia para servidor, marca Dell, modelo Poweredge T620	R\$ 14.300,00
2017	Aquisição de 5 licenças de uso do <i>software</i> da AutoDesk Autocad 2017	R\$ 44.000,00
2017	Aquisição de 150 (cento e cinquenta) certificados digitais e-cpf a3, icp-brasil, com validade de 03 (três) anos, gerados e armazenados em mídia criptografada (<i>token</i>) para porta-USB, com fornecimento da mídia	R\$ 66.988,50
2017	Aquisição de uma impressora multifuncional a <i>laser</i> ou <i>LED</i> colorida, tamanho A3	R\$ 22.095,22

2017	Ampliação e capacidade de canais da central telefônica IP, com fornecimento de todo material necessário	R\$ 16.000,00
2018	Aquisição de 63 notebooks	R\$ 321.300,00
2018	Aquisição de 10 impressoras térmicas para atender as unidades Defensoriais	R\$ 7.300,00
2018	Aquisição de 93 microcomputadores desktop	R\$ 278.535,00
2018	Aquisição de 77 scanners pequeno porte / 9 scanners médio porte	R\$ 132.176,40
2018	Ampliação da capacidade de canais da central telefônica, com o fornecimento e instalação de todos os insumos (hardware e software).	R\$ 106.300,00
2018	Renovação de licença/garantia e suporte técnico para 2 (dois) firewalls da marca Fortinet, modelo FORTIGATE, FG-1000C	R\$ 335.000,00
2018	Aquisição e instalação de módulos de memória para upgrade de servidores	R\$ 22.650,00
2018	Contratação de empresa para implantação e operação de uma central de serviços, apoio às atividades de TIC.	R\$ 1.372.783,72 (Valor 12 meses)
2018	Contratação de empresa para prestar sob demanda serviços de desenvolvimento, manutenção, treinamento e suporte a projetos na área de TI.	R\$ 771.171,92 (Valor 12 meses)
2018	Aquisição de 37 notebooks	R\$ 188.700,00
2018	Aquisição de 5 (cinco) scanner de médio porte	R\$ 18.633,00
2018	Aquisição de 66 microcomputadores desktop PROCESSO EM ANDAMENTO	R\$ 197.970,00
2018	Aquisição de 41 microcomputadores desktop PROCESSO EM ANDAMENTO	R\$ 122.795,00
2018	Aquisição de 40 monitores de vídeo PROCESSO EM ANDAMENTO	R\$ 28.000,00
2018	Aquisição de 30 scanners PROCESSO EM ANDAMENTO	R\$ 38.430,00
2018	Aquisição de 250 notebooks	R\$ 1.596.840,00



VIDEOCONFERÊNCIA

IMPLANTADA PARA GERAR ECONOMIA



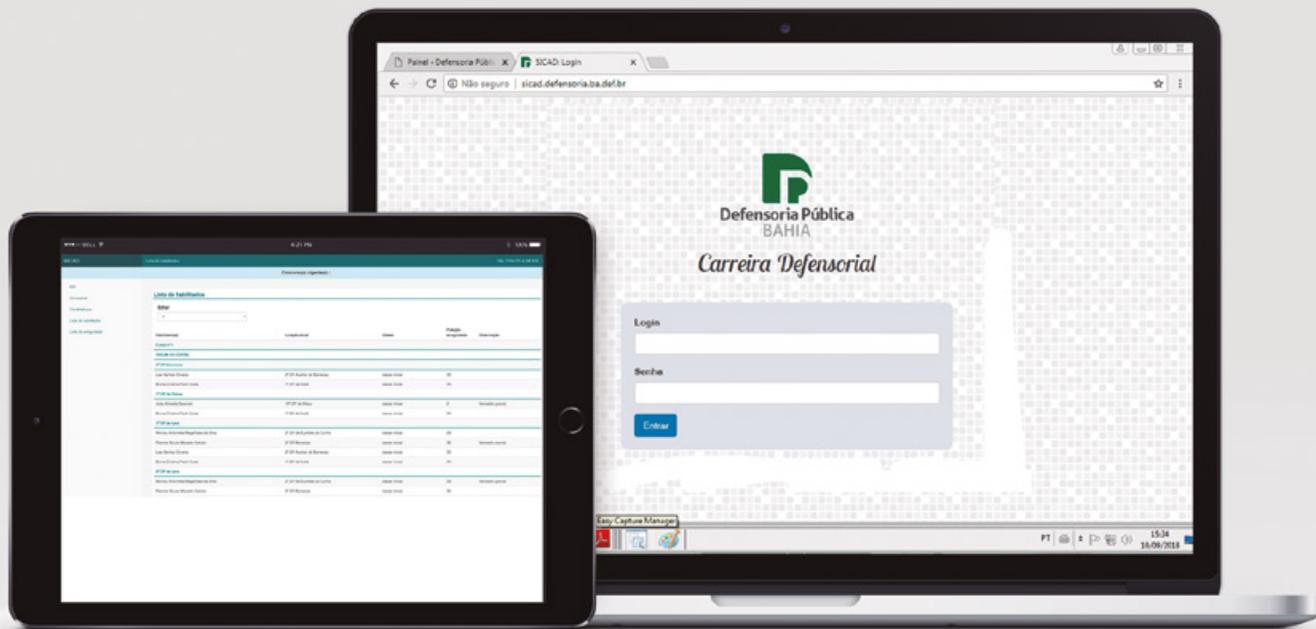
Videoconferência conquistou 3º lugar em premiação nacional

Inaugurado em dezembro de 2016, o sistema de videoconferência da Defensoria Pública da Bahia encurtou distâncias entre as 34 comarcas que a instituição atua e permitiu a realização de reuniões e conferências virtuais para todo o estado. A ferramenta permite o acompanhamento de transmissões de reuniões e eventos via computador, *tablet*, *notebook* e *smartphone*.

A instituição baiana foi a primeira Defensoria Pública do país a adquirir equipamentos com qualidade de vídeo HD e em 2017 o uso das soluções de videoconferência pela DPE como ação estratégica foi premiado nacionalmente na edição do Polycom Customer Success Award Brasil. A premiação reuniu empresas privadas, sociedades

de economia mista, órgãos públicos, instituições, associações e cooperativas de todo o país que investiram e aplicaram na plataforma de vídeo-colaboração para seus negócios. A Defensoria da Bahia conquistou o 3º lugar, ficando ao lado da TV Globo e O Boticário - 1º e 2º lugar, respectivamente.

De dezembro de 2016 até novembro de 2018, segundo a Coordenação de Modernização e Informática, foram realizadas cerca de 800 videoconferências, sendo transmissões / gravações das sessões do conselho e do FAJ, transmissões / gravações de cursos e treinamentos na Esdep, além de reuniões entre os defensores da capital e interior.



ANTIGUIDADE ON-LINE

A Defensoria baiana passou a disponibilizar no meio virtual, desde agosto de 2018, a Lista de Antiguidade da carreira de defensor público, que antes era produzida manualmente. Agora é possível que membros acompanhem *on-line*, a qualquer hora, dia e local, as informações vinculadas a cada um por meio dos seus respectivos *logins* e senhas de acesso. O passo em direção à modernização e à transparência de mais um processo interno da instituição foi possível pelo trabalho conjunto entre a Coordenação de Modernização e Informática – CMO – e a equipe de Recursos Humanos.

TRANSPARÊNCIA CONQUISTADA

De 2015 a 2018, a gestão da Defensoria Pública foi norteada para a transparência e ampliação do acesso à informação para o cidadão baiano. Das ações participativas da sociedade, com as Conferências Públicas, à disponibilização do quadro de cargos e remunerações, a DPE baiana segue no compromisso de garantir o bom uso dos recursos, com responsabilidade e lisura.

No *site* institucional, o cidadão encontra um apanhado de informações sobre a execução orçamentária de 2015 a 2018, sobre o quadro de defensores públicos, servidores e cargos comissionados, além de licitações, contratos e convênios firmados neste período.

www.defensoria.ba.def.br

Agora é possível que membros acompanhem *on-line*, a qualquer hora, dia e local, as informações vinculadas a cada um por meio dos seus respectivos *logins* e senhas de acesso.

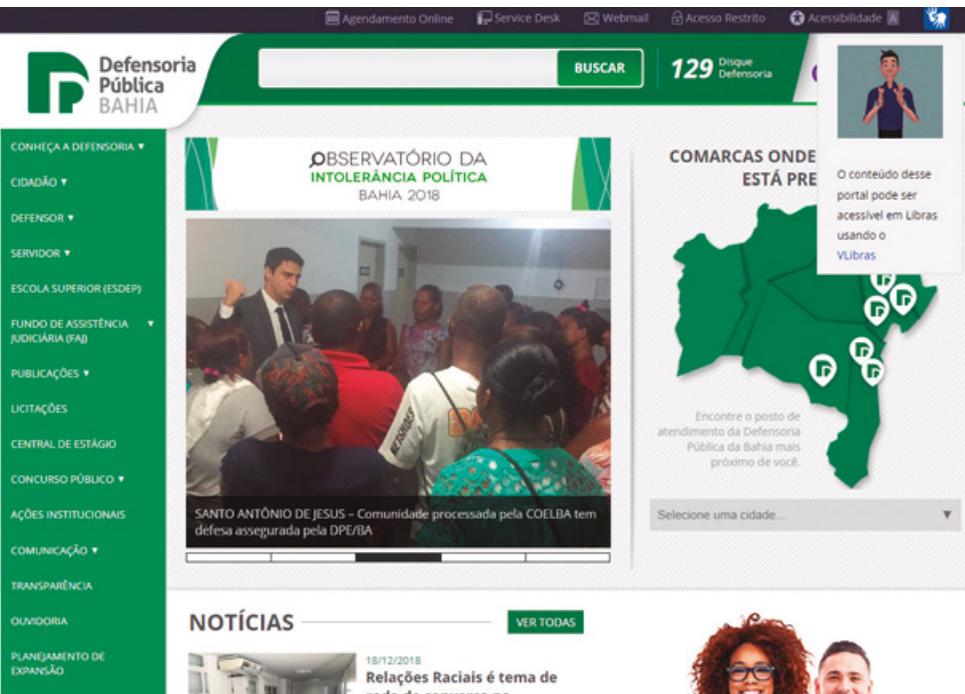
DEFENSORIA CONECTADA COM VOCÊ

Informação na palma da mão do usuário dos serviços da Defensoria. Seguindo o plano de modernização, a DPE lançou o próprio aplicativo gratuito para celulares com sistema operacional Android ou IOS. Cerca de 80% do conteúdo do *app* pode ser acessado sem conexão à internet, democratizando o acesso à informação sobre a instituição estadual.

Por meio da ferramenta, o cidadão encontra informações sobre as áreas de atuação da DPE/BA, quais são os documentos exigidos para cada tipo de atendimento, consegue contato por *e-mail* com a Ouvidoria, bem como tem acesso à localização de unidades em Salvador e no interior da Bahia.

A versão para o sistema operacional Android foi lançada em dezembro de 2015. Cinco meses depois, em maio de 2016, o aplicativo ganhou a versão para aparelhos que utilizam o sistema IOS.

VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



O site institucional da Defensoria baiana implementou o *plugin* VLibras que traduz o conteúdo *on-line* para a Língua Brasileira de Sinais, considerada a segunda língua oficial do Brasil.

A Defensoria Pública da Bahia vem investindo em recursos de acessibilidade para a democratização do acesso à informação e, principalmente, aos serviços da instituição. Adequações vêm sendo executadas nas sedes e no site.

Em maio de 2018, o site institucional passou a contar com o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, um conjunto de recomendações para tornar mais fácil a navegação e a leitura do conteúdo nas páginas de endereços eletrônicos do governo brasileiro.

A partir de então, o cidadão pode contar com todas as funções da página disponíveis via teclado, com o redimensionamento aos diferentes formatos de tela sem perda de funcionalidades e oferecimento do contraste mínimo entre plano de fundo e primeiro plano, especialmente para pessoas com deficiências visuais.

Em julho de 2018, investiu-se em mais ações inclusivas, dando continuidade ao compromisso de trazer acessibi-

lidade para seu público-alvo. Desta vez, o site institucional implementou o *plugin* VLibras que traduz o conteúdo *on-line* para a Língua Brasileira de Sinais, considerada a segunda língua oficial do Brasil. A instituição baiana foi a primeira Defensoria estadual a integrar o uso do *plugin* em sua plataforma na internet.

Para uma atuação mais inclusiva também nos canais de relacionamento com o cidadão, a equipe de comunicação da Defensoria baiana foi capacitada para utilizar a *hashtag* #PraCegoVer nos *cards* publicados nas redes sociais da instituição.

Trata-se de um projeto, idealizado pela professora baiana Patrícia Braille, que visa à disseminação da cultura da acessibilidade nas redes sociais, a partir da áudio-descrição de imagens para apreciação das pessoas com deficiência visual, utilizando a referida *hashtag*. Em breve, o site ganhará uma versão para pessoas com deficiência.



Unidade móvel dispõe de elevador para pessoas com dificuldade de locomoção

ACESSIBILIDADE FÍSICA - Reformas e adaptações da estrutura física vêm sendo implementadas pela Defensoria Pública do Estado da Bahia a fim de atender às normas de acessibilidade e garantir que todo cidadão, sem exclusões, possa receber assistência jurídica gratuita com dignidade. Seja nos espaços físicos onde a instituição atua ou na Unidade Móvel de Atendimento, a Defensoria baiana segue a missão de democratizar o acesso à Justiça, especialmente para pessoas com deficiência ou em condições especiais.

Sete unidades da DPE já contam com a estrutura física adaptada para receber essas pessoas. As sedes de Barreiras, Candeias, Santo Amaro, Teixeira de Freitas, Jequié, Santo Antônio de Jesus e Salvador - na Casa de Acesso à Justiça 1 e nas Casas da Defensoria das Famílias 1 e 2 - têm itens de acessibilidade como piso e mapa tátil, rampas de acesso e sanitários adaptados. Para as unidades que ainda não foram adaptadas, a instituição baiana investiu na compra de dois carros escaladores, garantindo provisoriamente o acesso.

Em processo de transição para a acessibilidade, Brumado e Itaparica já contam com adaptação parcial. Em Salvador, na Casa de Direitos Humanos; e no interior, Paulo Afonso, com reforma em andamento. Ainda em 2018, estão previstas as obras das unidades defensoriais em Amargosa, Eunápolis, Ilhéus, Lauro de Freitas e em Salvador na Casa de Direito Cível.

PARCERIAS - Além das adaptações físicas e virtuais, a Defensoria baiana investiu em parcerias para ampliar a democratização do acesso à informação e à própria instituição por pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em 2018, cidadãos com deficiência auditiva puderam participar pela primeira vez da Conferência Pública para o Orçamento Participativo em Ilhéus. Essa inclusão foi possível por meio do apoio do Centro de Referência à Inclusão Escolar do município, quando intérpretes da Linguagem Brasileira de Sinais traduziram para as Libras o conteúdo do evento.

Parceria entre a DPE/BA e a Central de Interpretação de Libras do Estado da Bahia - Cilba -, que presta serviços de tradução e interpretação de libras, também garante que o cidadão conte com a tradução simultânea do atendimento por meio de um intérprete da Central, seja presencialmente ou por telefone para mediação com o serviço público.



Unidades ganham piso tátil

Sedes são adaptadas com sanitários para pessoas com deficiência



AGENDAMENTO ON-LINE

Mais uma ferramenta criada pela Defensoria Pública para facilitar o acesso aos serviços oferecidos pela instituição: o agendamento online, disponível para o cidadão desde dezembro de 2017. Até o mês de outubro de 2018 já haviam sido feitos 11.150 agendamentos pela internet. Os agendamentos são feitos e informados em no máximo 48h, em dias úteis, por *e-mail*.

Inicialmente disponível para a Comarca de Salvador, a marcação virtual está prevista para ser ampliada nas regionais em breve. O agendamento *on-line* serve para assistência em todas as áreas das Especializadas da DPE/BA. Primeiro é feita a triagem e depois o encaminhamento do caso para a área de atendimento responsável.



agenda.defensoria.ba.def.br



Também para melhorar a experiência do usuário do serviços da instituição e diminuir as filas, em maio 2017, foi implantado o agendamento por meio do Disque Defensoria – 129, que antes oferecia ao assistido somente orientações sobre os atendimentos e consultas de processos. Desde então, até outubro de 2018, já foram registrados 21.112 agendamentos.



FORÇA DA COMUNICAÇÃO

Por entender que a comunicação é essencial para cumprir com a sua missão de dar conhecimento à população dos serviços que a Defensoria presta em diversas áreas, com ações judiciais e extrajudiciais, a gestão investiu, nos dois biênios, no fortalecimento da Assessoria de Comunicação. A equipe foi ampliada com profissionais e estagiários da área de jornalismo e *design*. A instituição passou a integrar o Instagram e o Flickr, além do Facebook, YouTube e Twitter, que tiveram atuação intensificada.

REDES SOCIAIS - O alcance em todas as redes foi ampliado. O Facebook, que em março de 2015 tinha cerca de 4 mil pessoas acompanhando a página e um alcance anual de pouco mais de 500 mil, chega a outubro de 2018 com 21.134 seguidores e cerca de 3 milhões em alcance. No Twitter, as impressões (pessoas alcançadas) passaram de 23 mil em 2015 para 453 em 2018 (até novembro), um crescimento de 1.865%. O Instagram, mais nova rede social, a quem a DPE aderiu em setembro de 2017, rapidamente alcançou 12 mil seguidores.

ASSESSORIA DE IMPRENSA - A divulgação das ações desenvolvidas por defensores e servidores da capital e do interior gerou 3.157 mil *releases* para o site e imprensa de todo o estado. Desse total, cerca de 40% foram relacionados à atuação defensorial nas comarcas da Região Metropolitana e demais comarcas onde a Defensoria está presente. Este trabalho resultou no fortalecimento do relacionamento com a imprensa, gerando uma média de 20 entrevistas ao mês, com picos de 43, como ocorreu durante a atuação da Defensoria em prol das vítimas e familiares do naufrágio de Mar Grande.

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS - Também houve investimento em campanhas publicitárias, com o intuito de assegurar que cidadãos e cidadãs tivessem conhecimento dos serviços que a Defensoria disponibiliza.

Ganham *status* de campanha o *Plantão do Carnaval*, As ações cidadãs *Ame e Adote* e *Pai Responsável*, assim como a divulgação do agendamento pelo 129 e o agendamento *on-line*, e o *Núcleo Amparo*.



APROVAÇÃO DE LEI TRAZ AVANÇOS PARA DEFENSORIA



Assembleia Legislativa aprova projeto por unanimidade

Após um longo período de negociações políticas com o governo e com lideranças parlamentares, a Administração Superior da Defensoria Pública conseguiu em 2018 que fosse aprovado o Projeto de Lei Complementar que atualiza a Lei Orgânica da Instituição (LC 26/2006). Sancionada como LC 46/2018, a legislação agora atualizada vai permitir o avanço e a modernização necessários ao crescimento da Defensoria.

O defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macêdo, ressalta que, por acreditar que podiam alcançar o objetivo, a DPE foi construindo pontes, enfraquecendo resistências e mostrando como tem sido positivo o serviço público que a instituição oferece aos baianos, com possibilidade de ampliação.

Entre os avanços trazidos pela atualização da Lei Orgânica da Defensoria está o fortalecimento da autonomia institucional, com a desvinculação do Judiciário; o fortalecimento da atuação no interior do estado e o aumento gradativo da quantidade de Regionais, que passará de seis para 27. A intenção é coincidir com o número de territórios de identidade do estado e garantir que todos eles tenham suas especificidades culturais respeitadas, além de indicar o caminho de expansão para o interior.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS – Logo no início do primeiro biênio (2015), Clériston Cavalcante convocou defensores de todas as classes da DPE para contribuírem com a reforma da Lei Orgânica. O trabalho coletivo e os ajustes necessários resultaram em uma legislação moderna. A nova lei assegura o reconhecimento legal das políticas afirmativas voltadas para as populações negra e indígena, de forma inédita na Bahia, e das licenças por adoção homoafetiva. Além de criar a Controladoria Interna, prevê a possibilidade de os defensores que escolherem permanecer nas unidades do interior, receberem promoção sem precisar mudar de unidade.

PLANO DÁ TRANSPARÊNCIA À EXPANSÃO

Para enfrentar a falta de pessoal, de estrutura e de recursos orçamentários, a Defensoria Pública da Bahia vem empreendendo esforços para modernizar sua gestão. Dentre as mudanças administrativas, uma tem especial relevância: a elaboração do seu primeiro *Planejamento Estratégico (2016-2026)*. Como frutos desse plano, vieram, entre outros, a proposta de modernização da sua lei orgânica e este documento, o primeiro *Plano de Expansão da Instituição*. A existência de um plano dá segurança nas escolhas a serem feitas, fornece instrumentos de convencimento das outras instituições com as quais dialogamos e permite a fiscalização pela sociedade.

O *Plano de Expansão* tem como marcos legais o Artigo 5º, LXXIV, e 134 da Constituição Federal, com as alterações das Emendas Constitucionais 45/2004 e 80/2014, o artigo 98 da ADCT, com as alterações da EC 80/2014 e os artigos 32, LIII e LIV, 66, 90, §4º, 105 e 117§6º da LC 26/2006, com alterações da LC 45/2018.

O Plano registra o primeiro processo de definição de lotações de defensores públicos após a sua existência. O material servirá de registro histórico e de guia para ações futuras. Ele fecha um ciclo e oferece um grau de transparência inédito na Defensoria Pública da Bahia. Toda a sociedade saberá como se chegou ao seu resultado.

A existência de um plano de atuação possibilita que os gestores da Defensoria Pública atuem de forma séria, responsável, menos sujeita a pressões ou disputas políticas internas. Possibilita também que representantes dos Poderes Executivo e Legislativo tenham mais conhecimento da realidade e das necessidades da Instituição, especialmente quando tratarem de Planos Plurianuais, Orçamentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias. Saberão que os recursos destinados a esta instituição têm uma finalidade concreta e palpável.



A Lei Orgânica da Defensoria, recém-atualizada pela LC 46/2018, prevê no art. 260 que, atendendo a limites preestabelecidos, novas Regionais podem ser instaladas de acordo com a disponibilidade orçamentária. Obedecendo os limites previstos de 10 Regionais se o quadro de defensores estiver entre 300 e 350 defensores, o *Plano de Expansão* definiu a abertura de mais quatro núcleos, considerando que, no seu lançamento, em novembro de 2018, a instituição já contava com 327 membros.

A Defensoria baiana instalará a Regional Oeste (que abrange os territórios de identidade Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Paramirim e Velho Chico), Regional do Sul (com os territórios de identidade Costa do Descobrimento e Extremo Sul), Regional Nordeste e Semiárido (territórios de identidade Itaparica e Semiárido Nordeste II) e Regional da Região Metropolitana.

COMENDA E MEDALHAS COMO RECONHECIMENTO PÚBLICO



COMENDA 2 DE JULHO

A mais alta condecoração do Legislativo baiano, a Comenda 2 de Julho, foi outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado no dia 15 de março de 2018, em sessão especial, ao defensor público geral da Bahia, Clériston Cavalcante de Macêdo. Pela primeira vez na história da Defensoria Pública da Bahia, um membro recebe a condecoração, concedida às pessoas que contribuem ou tenham contribuído para o desenvolvimento político e administrativo do estado e do país.

Aprovada por unanimidade, a concessão dessa condecoração deu-se não somente para o homem que dedicou sua vida à causa da universalização do acesso à Justiça, mas pela importância da Defensoria Pública do Estado para a garantia de direitos do cidadão baiano e acesso à Justiça.

MEDALHA DA PGE - Durante o 50º aniversário da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Defensoria Pública do Estado da Bahia, através do seu defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macêdo, foi homenageada com a Medalha do Mérito da PGE. De acordo com o procurador-geral do Estado, Paulo Moreno Carvalho, a concessão da comenda teve o objetivo de homenagear pessoas e instituições que se distinguiram na prestação de relevantes serviços à PGE e à sociedade em geral.



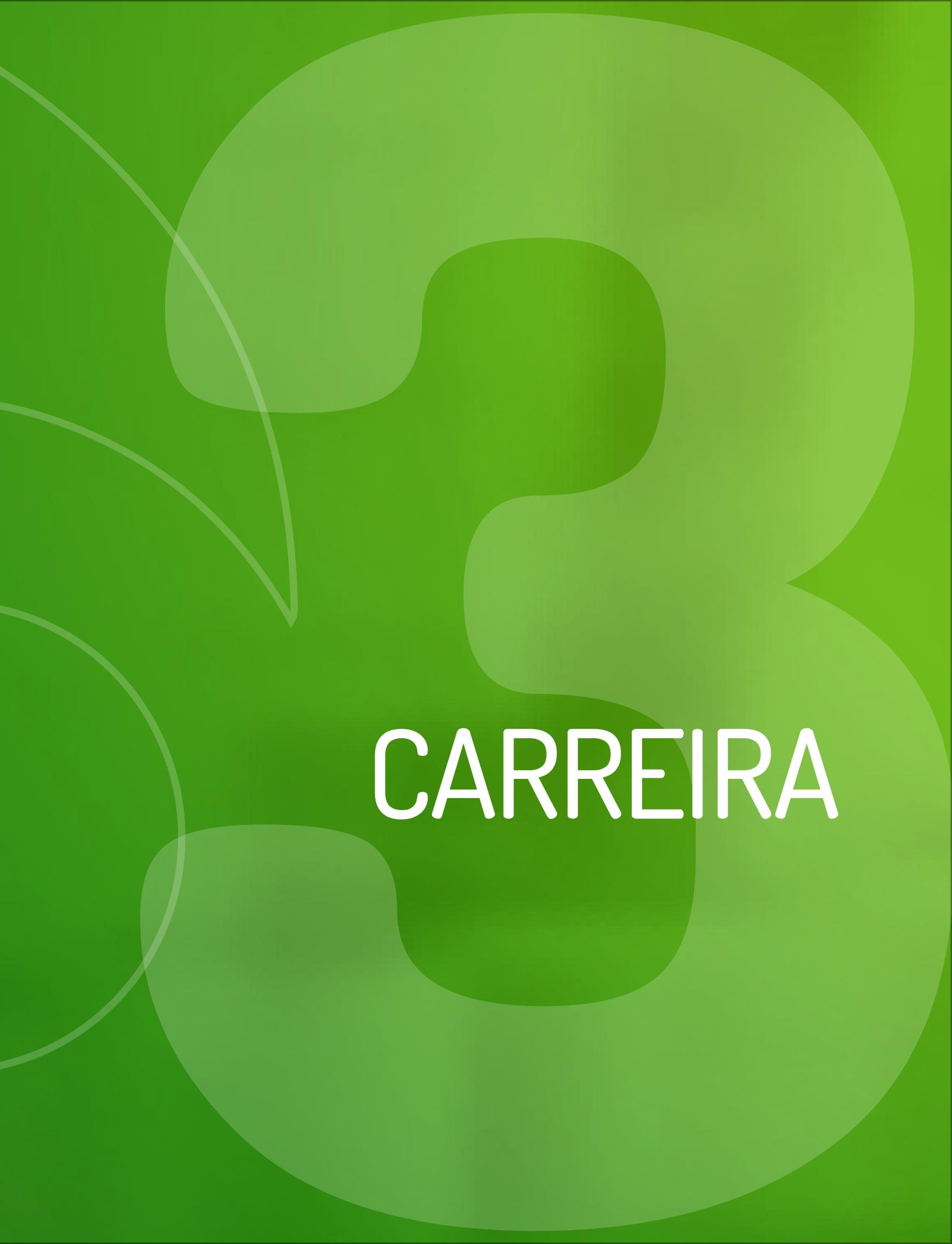
MEDALHA TCE - O defensor público geral da Bahia, Clériston Cavalcante de Macêdo, foi homenageado com a medalha Jorge Calmon, concedida pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE/BA, em 2015, a personalidades que se destacaram por relevantes serviços prestados ao controle de contas e à fiscalização da gestão pública.

A honraria, que marca o centenário do TCE, foi recebida pelo defensor público geral como uma homenagem que representa a responsabilidade da Defensoria baiana com o dinheiro público. Para Clériston de Macêdo, “ver um órgão de controle externo reconhecer o trabalho da nossa gestão, depois de uma análise concreta das nossas ações no trato com o dinheiro público, é muito gratificante. Estou muito feliz e estendo essa homenagem aos defensores e servidores, pois o nosso trabalho é em equipe”.

MÉRITO DPMG 2017 - A Defensoria Pública de Minas Gerais concedeu ao defensor público geral da Bahia a Medalha do Mérito DPMG 2017, com o Grande Colar do Mérito. A distinção aconteceu em dezembro de 2017, durante a gestão de Clériston Cavalcante de Macêdo como presidente do Colégio Nacional de Defensores Público Geral.

MÉRITO POLICIAL PM-BA - A celebração dos 191 anos da Polícia Militar da Bahia - PM-BA, completados em fevereiro de 2016, propiciou ao defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macêdo, ser homenageado com a medalha de Mérito Policial. Entendida pelo defensor geral como uma homenagem não à pessoa dele, mas à instituição Defensoria Pública, a medalha “é o reconhecimento do trabalho da Defensoria Pública, principalmente o realizado nas bases comunitárias, com a parceria que a Defensoria mantém com a Secretaria de Segurança Pública.

MÉRITO POLICIAL CIVIL “CRUZ DA ORDEM” - A honraria foi concedida ao defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macêdo. A medalha foi instituída no âmbito da Polícia Civil da Bahia para agraciar tanto personalidades externas ao órgão quanto delegados de polícia, investigadores, escrivães, e demais servidores da organização policial que tenham contribuído para o engrandecimento institucional da Polícia Civil da Bahia.

The background is a vibrant green with several overlapping, semi-transparent circles and curved lines in various shades of green, creating a layered, organic effect. The word "CARREIRA" is centered in a white, bold, sans-serif font.

CARREIRA

INTERIORIZAÇÃO AVANÇA COM NOVOS DEFENSORES



Junho/2015

Treze defensores públicos foram empossados no cargo em 2015 e designados para trabalhar em comarcas no interior do estado. Tal medida representou o início da efetivação da Emenda Constitucional 80/2014, que prevê a interiorização da Defensoria Pública da Bahia.



Junho/2017

Em 2015, logo nos 75 primeiros dias de gestão, o defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macêdo, deu início àquilo que se tornaria característica da sua administração à frente da instituição: a atuação transversal e o diálogo com outros poderes para o fortalecimento da Defensoria.

O DPG dialogou com o chefe executivo da Bahia, governador Rui Costa, colocando em pauta a situação da instituição, bem como a realização de novo concurso público para a carreira. Como consequência, foi viabilizada a convocação de 17 classificados, remanescentes no concurso de 2010, dos quais 13 tomaram posse como defensores públicos e foram designados para trabalhar em comarcas no interior do estado.

Tal medida, aliada à realização do VII Concurso para Defensores Públicos em 2016, representou o início da efetivação da Emenda Constitucional 80/2014, que prevê a interiorização da Defensoria Pública da Bahia.

A chegada dos novos defensores públicos também marcou o início do ciclo de posses populares, quando os membros recém-chegados receberam das mãos da sociedade civil a legitimação no cargo. Um momento simbólico em que o cidadão dá posse ao defensor público e a instituição fica mais próxima dos usuários dos seus serviços.

LUTA – A posse dos 13 defensores públicos deu-se após longo período de mobilização para o ingresso na carreira. Embora a Bahia seja o terceiro estado com o menor número de profissionais, os novos membros esperaram cinco anos pela nomeação. Mesmo com os novos defensores, o quantitativo continuava bem abaixo do que prevê a Lei Orgânica da instituição – 583 profissionais.



Julho/2016



Novembro/2017



Dezembro/2018



Junho/2016



Dezembro/2018

DE 2015 A 2018, 94 NOVOS MEMBROS



Novembro/2018

Uma das marcas da gestão foi o ingresso de novos membros da Defensoria. De março de 2015 até novembro de 2018 foram 94 novos defensores públicos.

O certame de 2016 ficou na história. Em junho, a Defensoria Pública da Bahia lançou o edital do VII Concurso para a carreira de defensor público e, pela primeira vez, 30% das vagas foram destinadas à população negra, contemplando o que prevê o Estatuto da Igualdade Racial do Estado, e 5% das vagas foram destinadas a pessoas com deficiência, assim como nas edições anteriores. Outro marco inédito do concurso, realizado ainda em 2016, foi a possibilidade do uso do nome social por travestis e transexuais.

O concurso consistiu em quatro etapas - prova objetiva, prova discursiva, prova oral e avaliação de títulos -, que foram realizadas ao longo de 2016. Um ano depois do lançamento do concurso, a Defensoria Pública empossou os 17 novos membros aprovados dentro das vagas disponíveis. A partir daí, até novembro de 2018, foram empossados 62 dos 191 classificados.

Com a chegada de mais defensores públicos, a instituição baiana pôde atender parcialmente ao projeto de interiorização da Defensoria Pública previsto pela Emenda

DADOS COMPARATIVOS

2015	2018
250 defensores públicos	338 defensores públicos
24 comarcas	34 comarcas*

*38 até fevereiro 2019

Constitucional 80/2014. Em oito anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

O VII Concurso contou com uma Comissão Especial para avaliação das declarações de pertencimento à população negra, composta pela defensora pública que coordena a Especializada de Defesa dos Direitos Humanos, Eva Rodrigues; a doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP e pesquisadora do NUPE - Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão e do IPAD Brasil - Instituto de Pesquisa da Afrodescendência, Marcilene Garcia de Souza; e a coordenadora do NEGRAS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Denize de Almeida Ribeiro.



A Comissão do VII Concurso Público para provimento de cargo de Defensor Público de Classe Inicial da Defensoria Pública do Estado da Bahia foi constituída pelos representantes da Defensoria: Clériston Cavalcante de Macêdo, presidente, Fabiana Almeida Miranda, Tatiane Kalaidjan de Sá Barreto, Rita de Cássia Moure Orge Lima, e Lorena da Silva Pereira Barreto (titulares), Sônia Maria Carvalho Santana, Rodrigo Assis Alves, Felipe Silva Noya, e André Lima Cerqueira (suplentes). Como representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, esteve o advogado Fabiano Cavalcante Pimentel (titular) e Taís Dórea de Carvalho Santos (suplente).

CRESCE O QUADRO DE SERVIDORES

De 2015 a 2018, a Defensoria Pública da Bahia vem trabalhando para adequar o quadro de servidores para o cumprimento da própria missão institucional: defender os direitos individuais e coletivos dos vulneráveis, de forma integral e gratuita, a fim de contribuir para a garantia da dignidade das pessoas. De 2015 a 2018 (outubro), o crescimento do quadro de servidores e colaboradores, com o objetivo de atender às demandas geradas pela expansão da Defensoria para novas comarcas, foi de 72,23%.

Como ainda não dispõe de quadro próprio de servidores, e não podia suspender os serviços, a instituição conta com os serviços por meio de contratações por cargos comissionados, pelo Regime Especial de Direito Administrativo – REDA e terceirizados. Três motivos contribuíram para o aumento do número de terceirizados: o fim do contrato temporário do REDA, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de não realizar novas seleções simplificadas e a falta de aprovação do Projeto de Lei que cria cargos e salários de servidores da Defensoria, que tramita na Assembleia Legislativa desde o final de 2014.

MEDIAÇÃO GANHA APOIO MULTIDISCIPLINAR

Mais qualidade nas condições de trabalho para o defensor público, mais melhorias no serviço prestado ao cidadão. Em maio de 2017, a Defensoria Pública passou a contar com o apoio de 20 profissionais terceirizados para acolher melhor o assistido, 16 assistentes sociais e quatro psicólogos, que passaram a atuar nas comarcas da Região Metropolitana de Salvador e no interior do estado. Os novos profissionais são responsáveis por apoiar a atuação dos defensores públicos ao oferecer uma assistência que vai além do serviço jurídico gratuito: o amparo multidisciplinar às pessoas que não têm acesso à cidadania.

Foi a primeira vez que unidades da instituição no interior do estado, que não são sedes de Regionais, puderam contar com o apoio desses profissionais. Agora, em 2018, somando profissionais contratados pelo REDA e terceirizados, a equipe de atendimento multidisciplinar da DPE/BA soma 43 trabalhadores – 17 formados em Psicologia e 26 em Assistência Social.

ABERTA NOVA SELEÇÃO PARA SERVIDORES



A Defensoria da Bahia lançou, em novembro de 2018, edital de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária, sob o Regime Especial de Direito Administrativo – REDA. Para contratação imediata foram abertas 41 vagas de nível superior, 33 vagas de nível médio ou equivalente e três vagas de nível médio técnico, além de formação de cadastro de reserva. As vagas vão suprir as demandas criadas pelo fim dos contratos da última seleção, uma vez que o Plano de Cargos e Salários de Servidores ainda tramita na Assembleia Legislativa.

Os cargos de analista técnico de nível superior são para profissionais com formação em Direito, Administração, Ciências Contábeis, Secretariado Executivo, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Rede de Computadores, Jornalismo, *Design*, Produção Audiovisual, Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Pedagogia. Das vagas oferecidas são reservadas 5% para pessoas com deficiência, 30% para pessoas que se autodeclarem negras ou pardas e 2% para indígenas.

MAIOR CONTROLE DAS DIÁRIAS

Dentro da proposta de otimização dos processos administrativos, a Defensoria Pública, através da Coordenação de Modernização e Informática, lançou em agosto de 2017 o Sistema de Diárias, baseado nos Decretos 5.910/96, 8.094/02 e 9.960/061, que dispõem sobre a concessão de diárias aos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e fundações do Poder Executivo Estadual.

As funcionalidades básicas do Sistema de Diárias são dinamizar, acompanhar e controlar os processos de solicitação e comprovação das diárias pelos servidores públicos da DPE que, em caráter eventual ou transitório, e no interesse do serviço, deslocam-se da sede onde têm exercício para outro ponto do território nacional.

MAIS ESTAGIÁRIOS NO APOIO

O quadro de estagiários da Defensoria Pública da Bahia também ganhou reforços no período de 2015 a 2018. Setecentos e vinte estudantes de nível médio e superior compõem a equipe de apoio ao trabalho de defensores públicos e servidores na capital e no interior do estado atualmente.

Ao final de 2016, existiam na Defensoria Pública, 240 estagiários de nível médio. Já em 2018, a instituição baiana passou a contar com 252 estudantes desse nível no quadro de pessoal.

Houve aumento também na equipe de estagiários de nível superior, com o fortalecimento da atuação no interior do

estado. Em 2016, dos 435 estagiários, 171 atuavam nas comarcas dos municípios baianos. Agora, em 2018, as unidades da Defensoria no interior contam com 192 estudantes de nível superior, ou seja, um acréscimo de 12%. Além dos estagiários de Direito, a instituição tem oferecido vagas para estudantes de outras áreas, a exemplo de Comunicação, Design, Ciências Contábeis, Tecnologia da Informação, Serviço Social e Psicologia, entre outras.

O aumento de estagiários acompanha o crescimento do número de defensores públicos, que precisam de apoio nas atividades de pequena complexidade que realizam na capital e nas comarcas do interior.

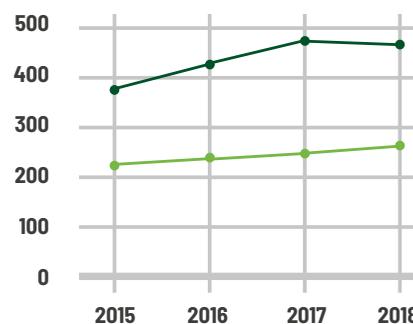
ESTAGIÁRIOS – 2015 A 2018				
ANO	2015	2016	2017	2018
Nível Médio/Técnico	230	235	242	259
Nível Superior	386	435	473	468
TOTAL	616	670	715	727

Crescimento de 18% de 2015-2018 (outubro)

ESDEP SELECIONA NOVOS ESTAGIÁRIOS

Também em novembro de 2018 foi divulgado o edital de abertura da X Seleção de Estágio Jurídico da instituição. São 46 vagas – além do Cadastro de Reserva (CR) – disponíveis para Salvador e mais 28 municípios no interior do estado. O processo seletivo tem a organização da Fundação Cefet Bahia. Além dessa ampla seleção, foram abertas outras, simplificadas, para preenchimento de vaga imediata em Paulo Afonso e Serrinha.

Esta é a terceira seleção no quadriênio, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública. Em 2017, a DPE/BA registrou recorde de inscritos, com 2.802 candidatos para 44 vagas entre capital e outros 21 municípios do estado. Em 2015, foram 1.682 inscritos.



■ Nível Superior
■ Nível Médio

AJUDA DE CUSTO – Estagiários de nível médio e superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia também foram contemplados com incrementos na bolsa-auxílio no período de 2015 a 2018. Estudantes de nível médio da DPE, que recebiam remuneração de 350 reais, passaram a ganhar 450 reais. Já a bolsa-auxílio dos estagiários de nível superior subiu de 585 reais, em 2015, para 750 reais em 2018, um aumento de 28% para os dois grupos.

ELEVAÇÃO DA BOLSA DOS ESTAGIÁRIOS

ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO	
2015	R\$ 350,00
2016	R\$ 391,00
2017	R\$ 391,00
2018	R\$ 450,00
ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR	
2015	R\$ 585,00
2016	R\$ 653,00
2017	R\$ 653,00
2018	R\$ 750,00

OBS: VALORES ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2018

“O estágio está sendo produtivo. É uma forma de conhecer a vida profissional e começar a se acostumar com o mercado de trabalho. Aprendi a ter uma atitude mais acolhedora no trato às pessoas vulneráveis que procuram a Defensoria Pública. E também aprendi a agir de maneira mais profissional, com a atuação na área administrativa da instituição”.

ANTONIO ANSELMO, estagiário de nível médio, lotado na Assessoria de Comunicação





“Enquanto estudante do curso em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia, recebi, em março de 2017, através do colegiado do curso, um e-mail que anunciava um estágio remunerado para estudantes de gênero na Defensoria Pública. Inscrevi-me, passei pelas etapas de seleção e aqui estou. Durante todo esse meu caminho dentro desse órgão, tenho realizado junto com a equipe da Especializada de Direitos Humanos diversos trabalhos como itinerâncias, mutirão de retificação de nome e sexo para travestis e transexuais, cursos de capacitação para estagiários e servidores, materiais informativos que promovem o respeito à orientação sexual e à diversidade de gênero, tanto para quem atende a população quanto para os assistidos. Mas mais do que isso, há uma questão muito política e de ação afirmativa: não sou apenas uma estudante de gênero, sou trans, negra, psicóloga, mestranda e ativista social. Quero dizer com isso que há um corpo político também ocupando esse lugar e, assim, despertando interesses, provocando reflexões, desconstruindo os preconceitos existentes aqui e construindo novos conceitos do que é ser uma mulher trans e afirmando para todos os que por aqui passam que o lugar de mulheres transexuais e travestis não é apenas a prostituição. Sei que, com isso, mostro que a nossa população é capaz, que a Defensoria Pública está de parabéns por inserir na história da Bahia a primeira mulher transexual estagiária a trabalhar com a própria população e a pasta LGBT como um todo. Enfim... Mostro que ainda há esperanças de viver em uma sociedade justa e mais igualitária. Nesse sentido, a Defensoria Pública se dá a oportunidade de diversificar o espaço, torná-lo mais inclusivo e, fazer dela uma porta de entrada, um lugar mais acessível e de educação entre pares, uma vez que oportuniza que a própria diversidade de gênero, raça e classe estejam dentro dela mesma!”

ARIANE MOREIRA SENA, estagiária de nível superior,
lotada na Especializada de Direitos Humanos

MATERNIDADE E PATERNIDADE RESPEITADAS





Membros e servidores da Defensoria Pública da Bahia passaram a contar com período mais extenso de licença-maternidade e paternidade. Após a aprovação da Resolução 008/2016 do Conselho Superior da Defensoria Pública, em julho, as defensoras e as servidoras têm o direito a prorrogar por 60 dias o período de licença-maternidade, totalizando 180 dias, assim como os defensores públicos e os servidores têm direito à prorrogação dos cinco dias por mais 15, gerando um total de 20 dias como período de licença-paternidade.

O direito à ampliação dos períodos de licença também é garantido para quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou de pessoa com deficiência. A Defensoria baiana foi a primeira do Brasil a regulamentar e assegurar direitos para os casos de adoção homoafetiva, quando o casal deverá decidir quais dos companheiros ou companheiras utilizará a licença-maternidade ou a licença-paternidade. Também pode escolher gozar do período de licença o casal que optar pela reprodução assistida. Estas decisões estão ratificadas na Lei Complementar 46/2018, que atualizou a Lei Orgânica da instituição (LC26/2006).

Após a aprovação da Resolução 008/2016 do Conselho Superior da Defensoria Pública, em julho, as defensoras e as servidoras têm o direito a prorrogar por 60 dias o período de licença-maternidade, totalizando 180 dias, assim como os defensores públicos e os servidores têm direito à prorrogação dos cinco dias por mais 15, gerando um total de 20 dias como período de licença-paternidade.

The image features a vibrant green background with several large, semi-transparent, rounded shapes in various shades of green. These shapes are arranged in a way that they appear to be layered or overlapping, creating a sense of depth and movement. The word "FORMAÇÃO" is written in a clean, white, sans-serif font, centered horizontally and slightly below the vertical center. The letter 'Ç' has a tilde (~) above it, and the letter 'õ' has a tilde (~) above it and a small '3' below it, indicating a specific phonetic or orthographic variant. The overall composition is modern and minimalist.

FORMAÇÃO

CONGRESSOS ESTIMULAM DEBATES E APRENDIZADO



Congresso realizado em 2016

Defensores públicos da Bahia puderam compartilhar conhecimentos, atuações exitosas e dialogar ao mesmo tempo sobre os mais diversos e relevantes assuntos para o trabalho durante congressos estaduais dos próprios membros.

O I Congresso Estadual de Defensores Públicos foi realizado em 2016, em Salvador, e trouxe o tema “Defensoria Pública em tempos de litigância estratégica”. A proposta foi promover um debate sobre como a Defensoria Pública pode encontrar soluções para que o acesso aos direitos chegue a todo cidadão.

Em 2018, ano em que a Constituição Federal completou 30 anos de promulgação, a Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia – Esdep organizou, também na capital baiana, a segunda edição do encontro, com o tema “30 anos da Constituição Federal – Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático”. O evento integrou a programação da *Semana da Defensoria Pública* de 2018, e fez um resgate histórico da constitucionalização da instituição de acesso à Justiça no Brasil, com todas as mudanças e avanços que experimentou desde 1988.



Congresso realizado em 2017



Congresso realizado em 2018

EVENTO NACIONAL – Em 2017, entre os dois congressos estaduais, a Defensoria baiana também foi anfitriã da sexta edição do *Congresso Nacional de Defensores Públicos da Infância e Juventude*, em Salvador. O evento reuniu defensores públicos de todo o país que atuam na defesa dos direitos da criança e adolescente e aconteceu em um momento em que voltava a se discutir no Congresso Nacional propostas de redução da maioridade penal.

O congresso foi promovido pela Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – Condege, em conjunto com a Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA, a Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia e o Unicef.

MAIS ACESSO À CAPACITAÇÃO

A Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia – Esdep – tem o propósito não só de possibilitar a capacitação de membros, servidores e estagiários da instituição como também de criar e sustentar processos de aprendizagens para o cidadão engajado com o meio social. Entre esses, defensoras populares, lideranças comunitárias e integrantes de movimentos sociais.

De 2015 a 2018, a DPE baiana registrou um aumento expressivo no número de cursos de capacitação ofertados ao público interno e externo, alcançando cerca de 20 mil pessoas, incluindo defensores públicos, servidores, estagiários e o público externo. Os cursos e eventos são viabilizados com recursos do Fundo de Assistência Judiciária.

A disponibilização dos cursos e palestras promovidos pela Esdep na internet foi outro marco que possibilitou a ampliação do acesso à capacitação. A partir de 2016, os encontros foram transmitidos ao vivo pelo canal Defensoria Bahia, do YouTube. Foram registradas cerca de 2.500 visualizações neste canal.

Já em 2017, quem não pôde comparecer presencialmente aos eventos teve a oportunidade de acompanhar as capacitações por meio do sistema de videoconferência da instituição, conectando a Esdep e o Conselho Superior às sedes das regionais.

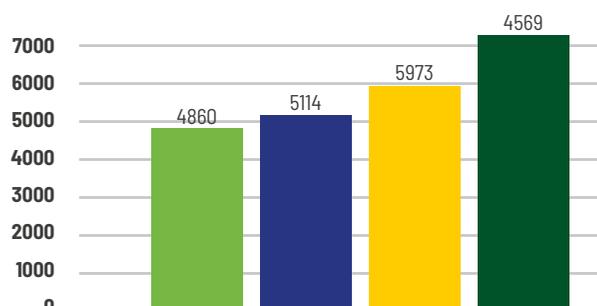
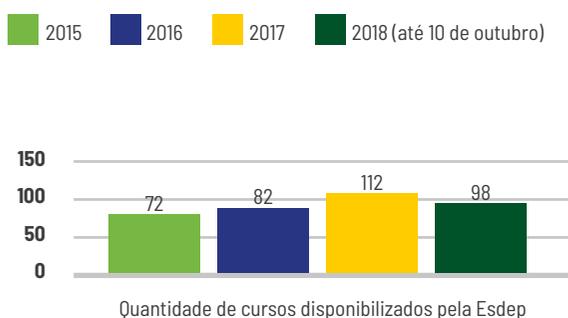


Curso de Libras



Curso de formação continuada em atendimento para estagiários em junho de 2017

NÚMERO TOTAL DE PÚBLICO ALCANÇADO PELA FORMAÇÃO DA ESDEP



Número total de participantes (público interno, externo, cursos EAD, cursos voltados para defensoras populares, lideranças comunitárias e cursos realizados em parceria com a Esdep)

ESPAÇO ABERTO A INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Aproximar cada vez mais o cidadão da Defensoria Pública da Bahia, abrindo também as portas da Escola Superior da instituição para acolher importantes debates relacionados à garantia de direitos do cidadão. Afinal, a população precisa mais do que a assistência jurídica gratuita em casos de litígio.

Em 2017, órgãos públicos, movimentos sociais, instituições parceiras e sociedade civil transformaram o auditório da Esdep em um palco para a discussão de temas como conflitos fundiários, população em situação de rua, violência doméstica e questões relativas à comunidade LGBT. Somente em 2018, quando a DPE passou a computar números de eventos realizados por parceiros, foram 44 discussões alcançando o quantitativo de 1.859 participantes.

Além dos eventos promovidos pela Esdep, a boa estrutura do auditório da Escola Superior, com capacidade para 120 pessoas, bem como a possibilidade de gravar e trans-

mitir gratuitamente as formações com os equipamentos de videoconferência, faz com que instituições parceiras e órgãos públicos busquem o espaço para sediar seus eventos, a exemplo: Força Feminina, Coletivo Famílias pela Diversidade, Estácio/FIB, Prefeitura de Salvador, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS e Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – Sesab.

Devido à intensa movimentação, atualmente o espaço tem lista de espera para acolher eventos de outras instituições. Porém, para que o trabalho em parceria não pare, outros ambientes da Defensoria Pública também vêm se transformando em palcos de participação popular. A biblioteca da Esdep, a sala do Conselho Superior e a sala de reunião da Especializada de Direitos Humanos também recebem encontros quando o auditório da Esdep não está disponível.



Audiência sobre diversidade de rua

VIDEOCONFERÊNCIA AMPLIA ACESSO AO CONHECIMENTO

ançamento do sistema de videoconferência



Desde 2016, o sistema de videoconferência tem permitido à Escola Superior da Defensoria baiana ampliar o acesso às capacitações promovidas pelo órgão com mais celeridade e menos custos.

Os encontros de formação de estagiários e capacitação de servidores e defensores, tanto na capital quanto no interior do estado, quando não são realizados exclusivamente *on-line*, também são transmitidos por videoconferência e depois disponibilizados no YouTube.

Além disso, o equipamento instalado na sala do Conselho Superior transmite e grava todas as reuniões e apresentações realizadas. Desta forma, tudo é disponibilizado por meio de um *link* seguro para todos os funcionários da instituição, gerando transparência e garantindo a participação de todos.

A formação de todos os estagiários e a capacitação de servidores e defensores, seja da capital ou do interior, são realizadas *on-line* através da solução de videoconferência.



ALGUNS CURSOS REALIZADOS POR VIDEOCONFERÊNCIA

Ago 2017 Curso de capacitação sobre o Programa *Minha Casa, Minha Vida*

Técnicos da Caixa Econômica Federal – que bem conhecem a legislação e as questões práticas do *Minha Casa, Minha Vida*, capacitaram os defensores públicos, servidores e estagiários para lidar com essas demandas no dia a dia.

Out 2017 Capacitação sobre atuação da Câmara de Conciliação em Saúde

A Defensoria deu suporte para a criação de Câmaras Municipais de Saúde no interior do estado. A videoconferência contou com a participação de todas as Regionais da Defensoria.

Nov 2017 Curso de Capacitação em Conciliação e Mediação de Conflitos

O objetivo do curso foi proporcionar acréscimo na formação de servidores e defensores públicos da capital e do interior nas áreas do Direito, Serviço Social e Psicologia. O curso ministrado por professores da Universidade Federal da Bahia – UFBA–, foi uma parceria entre a DPE e o Núcleo de Pacificação Social da Faculdade de Direito da UFBA.

Mai 2017 Ambientação e boas-vindas para novos psicólogos e assistentes sociais

Os novos psicólogos e assistentes sociais, que passaram a atuar na RMS e interior do estado, receberam ambientação e boas-vindas através de videoconferência transmitida direto do auditório da Escola Superior da Defensoria Pública – Esdep.

COMUNIDADES GANHAM DEFENSORAS POPULARES



Formatura das primeiras defensoras populares/2015

Vinte e duas mulheres formadas como agentes multiplicadoras de saberes pela Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia tornaram-se instrumentos de transformação social, principalmente, dentro das suas comunidades. O projeto que possibilitou esse acesso da sociedade civil a conhecimentos sobre direitos chama-se *Defensoras Populares*, lançado em 2015 pela Defensoria baiana, por meio da Esdep e da Ouvidoria Cidadã.

O curso *Defensoras Populares* oportuniza a formação de lideranças populares, fazendo com que cidadãs ampliem as possibilidades de acesso à Justiça, por meio do aprendizado dos conteúdos jurídicos, conheçam os seus direitos, saibam reivindicá-los, apliquem esses saberes em suas comunidades e os multipliquem.

Ao longo do curso, que formou o primeiro grupo em novembro de 2016, participaram 54 mulheres, das quais 22 obtiveram a certificação da Escola Superior por terem alcançado 75% de frequência nos encontros. Na primeira etapa, essas pessoas adquiriram conhecimentos sobre direitos da mulher, de modo a ajudar outras cidadãs na luta pela igualdade de gênero. As defensoras populares seguiram em formação continuada, recebendo orientações sobre audiências de custódia e o papel da Defensoria Pública.

Mediadoras - Também foram contempladas neste curso as organizações da sociedade civil de comunidades com níveis altos de conflitos que estão localizadas em Periperi e Nordeste de Amaralina. O enfoque era formar mediadores e mediadoras comunitárias de conflitos, em parceria com o Observatório de Pacificação Social da Universidade Federal da Bahia. Vinte e uma pessoas passaram pela capacitação.



Em 2016 a Escola Superior da Defensoria certificou 22 líderes comunitárias como defensoras populares em Salvador.



PROJETO SEXTA JURÍDICA

Implementado em 2015, o Projeto *Sexta Jurídica*, de iniciativa da 2ª Regional da Defensoria Pública baiana, em Vitória da Conquista, consolidou-se como patrimônio regional, voltado para a capacitação multidisciplinar da sociedade civil, instituições parceiras, além de servidores da DPE e defensores públicos. Trata-se de práticas para a elaboração de uma forma diferente de compreender a quem e como o Direito deve servir.

Entre os resultados da primeira edição do Projeto *Sexta Jurídica*, em 2015, destacou-se a criação do Centro de Mediação e Conciliação Extrajudicial em conflitos de família, em Vitória da Conquista. A atuação da Defensoria baiana foi premiada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2017, ganhando menção honrosa na categoria Mediação e Conciliação Extrajudicial. Mas o grande beneficiado com o projeto foi o cidadão baiano, que passou a receber orientação a partir das técnicas colaborativas de negociação baseadas nos estudos de Harvard.

Na prática, o projeto gerou o aumento no número de atendimentos, com resolutividade e rapidez na finalização dos conflitos. Um grupo de estudos com defensores públicos, estagiários e equipe interdisciplinar também foi criado para aprimorar as técnicas e capacitar mediadores.

Em 2016, fruto da segunda edição do Projeto *Sexta Jurídica*, a Defensoria baiana foi reconhecida por catalisar a melhora no acesso de pessoas com deficiência às agências bancárias, bem como ser a instituição que garantiu ferramentas de acessibilidade para pessoas com deficiência nas unidades e escolas.

Já a terceira edição do projeto, em 2017, foi orientada para a eliminação de preconceitos com a diversidade de gênero. Em um debate multidisciplinar, apontou ganhos como as sentenças favoráveis obtidas nos processos de transgêneros para alterar nome e sexo, que aguardavam solução desde 2013, e a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho.

TEMAS ABORDADOS

- 1 - Projeto *Sexta Jurídica*: Conhecendo o novo CPC; (2015)
- 2 - Estatuto da Pessoa com Deficiência: uma promessa emancipatória. Fundamentos e desafios (2016)
- 3 - O desafio de ser trans no Brasil: omissão legislativa, riscos e consequências. (2017)

O POVO DÁ POSSE



Largo 2 de Julho, em 2015

Primeira posse popular na história da Defensoria baiana. Doze membros da instituição seguiram em passeata da Praça Piedade até o Largo 2 de Julho, acompanhados por representantes de movimentos como o Nosso Bairro é Dois de Julho, Associação Amigos de Gegê da Gamboa de Baixo e o Movimento População de Rua.

Aproximar a Defensoria Pública da Bahia dos usuários dos seus serviços e reafirmar a missão do cargo defensorial. Esse é o objetivo do projeto *Posses Populares*. Por meio dele, de maneira simbólica, o povo dá posse ao defensor público, legitimando-o como guardião dos direitos da população em vulnerabilidade.

Para isso, a Defensoria Pública realizou quatro eventos, de 2015 a 2018, em locais de ampla movimentação popular e de importante contexto histórico cultural de Salvador. Após a posse, os novos defensores públicos oferecem atendimento e orientação jurídica à população, no mesmo local.

O Largo 2 de Julho, o Terreiro de Jesus e a Estação da Lapa já foram palco para a legitimação do cargo de 54 defensores públicos. Os novos membros da instituição baiana receberam o certificado de posse pelas mãos de representantes da sociedade civil - pessoas em situação de rua, líderes comunitários e membros de movimentos sociais. Nas três últimas edições, o evento conta com o apoio da Unidade Móvel de Atendimento da DPE/BA.



Terreiro de Jesus, em 2017

A segunda edição da *Posse Popular* aconteceu em uma das áreas mais antigas de Salvador e em um espaço cultural da cidade, o Terreiro de Jesus. Vinte defensores públicos receberam o certificado de posse por representantes de movimentos sociais, pessoas em situação de rua e defensoras populares formadas pela instituição em 2016.



Terreiro de Jesus, em 2018

Na terceira edição da *Posse Popular*, quatorze membros garantiram a legitimação no cargo pelas mãos da sociedade civil. O evento teve início com uma caminhada saindo da Praça Municipal ao Terreiro de Jesus com distribuição de material informativo sobre os serviços da instituição.



Estação Nova Lapa, em 2018

A Estação da Lapa, por onde transitam diariamente mais de 400 mil pessoas, foi palco para a quarta *Posse Popular* de defensores públicos. Oito novos membros foram empossados no cargo.

FAJ GARANTE PROJETOS EDITORIAIS

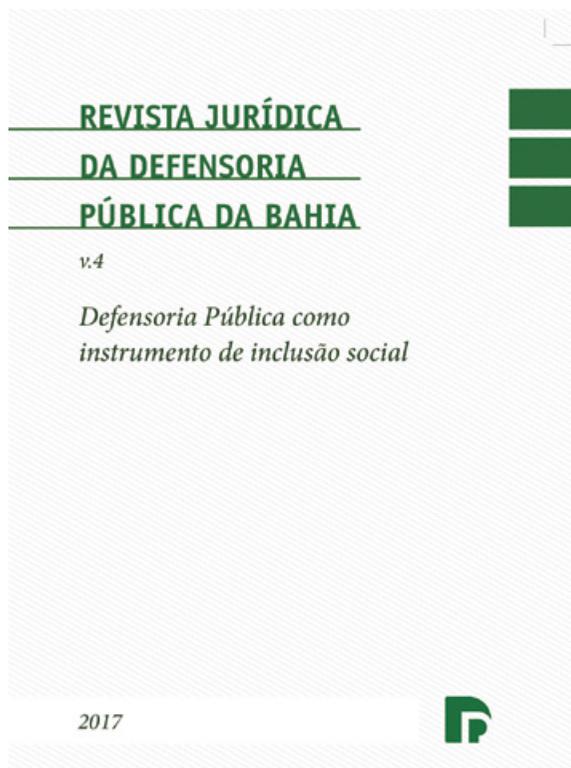
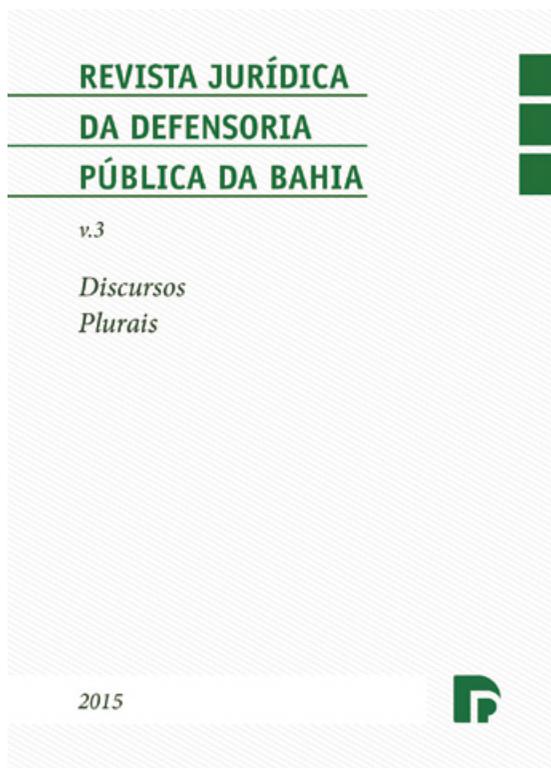
O Fundo de Assistência Judiciária da Defensoria Pública do Estado da Bahia - FAJ, destinado à capacitação e aperfeiçoamento de defensores públicos e servidores, também tem sido importante instrumento na concretização dos projetos editoriais. De 2015 a 2018, a instituição saltou da produção de uma única revista jurídica tradicional, estabelecida pela Lei Complementar 26, para o lançamento do Selo Editorial Esdep, a implantação de revistas temáticas, originalmente digitais, com possibilidade de disponibilização em versões impressas, e publicação de obras jurídicas de autoria de defensores públicos.

Foram editados, de março de 2015 até o momento, dois volumes da *Revista Jurídica*, com os temas 'Discursos Plurais' (vol. 3) e 'A Defensoria Pública como instrumento de inclusão social' (vol. 4). Nova edição está em produção, com 19 artigos sobre o tema 'A Defensoria Pública e os 30 anos da Constituição Federal'.

Revista Temática - Foi criada para registrar a diversidade de temas que afetam a garantia de direitos dos cidadãos, extrato do trabalho cotidiano dos defensores públicos, a publicação conta com a contribuição de estudiosos e especialistas.

O primeiro volume abordou o tema 'Diversidade e igualdade racial: pluralidade quilombola', com versão impressa em 2018.

Há também o incentivo à produção literária, por meio do programa de publicação de obras jurídicas de autoria de defensores públicos. Em 2018 foi lançado o livro *Inadimplemento da pensão alimentícia e contexto familiar*, de autoria do defensor público Rodrigo Ferreira Lima.



SÉRIE TEM ONZE ÁREAS TEMÁTICAS

- Cidadania e Direitos Humanos
- Ciências Penais
- Infância e Juventude
- Direito das Famílias e Sucessões
- Direito Processual e Litigância Estratégica
- Habitação e Urbanismo
- Direito das Mulheres
- Diversidade e Igualdade Racial
- Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência
- Direito do Consumidor
- Questões Institucionais, Gestão Pública e Atuação Interdisciplinar



SELO DA ESDEP - O Selo Editorial da Defensoria Pública da Bahia foi criado em 15 de maio de 2018, sob o Prefixo Editorial 54224.

A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, ao exercer a função de editora, passa a possibilitar a publicação de obras que refletem as necessidades informacionais inerentes à atuação

da Defensoria Pública. Além disso, também colabora na disseminação dos conhecimentos provenientes da produção científica e acadêmica dos defensores(as), servidores(as) e estagiários(as) da instituição.

O selo proporciona ainda a obtenção, para todas as suas publicações, do código ISBN, que é um sistema internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição. A atribuição desse número identificador único permite o reconhecimento da 'identidade' do livro em qualquer lugar do mundo, por qualquer livraria, biblioteca ou distribuidor que tenha acesso ao banco de dados que guarda as informações.

A versatilidade deste sistema de registro facilita a interconexão de arquivos e a recuperação e transmissão de dados em sistemas automatizados, razão pela qual é adotado internacionalmente, além de agregar valor e credibilidade à publicação.



RENOVAÇÃO LITERÁRIA GARANTIDA A DEFENSORES

Criado em 2016, após a aprovação pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Assistência Judiciária da Defensoria Pública, o Programa *Renovação Literária* viabiliza o aprimoramento técnico e científico dos defensores públicos da instituição por meio da compra de livros jurídicos. Desde a criação, mais de 660 títulos já foram adquiridos, atendendo a cerca de 200 solicitações de membros da instituição.

Ao avaliar os pedidos, a Esdep considera a coerência com a área de atuação de cada defensor público, bem como se os títulos que efetivamente podem contribuir para o aprimoramento do trabalho oferecido para o cidadão. É uma maneira de direcionar melhor a aquisição dos títulos para a renovação literária da biblioteca e de incentivar a atualização dos membros, democratizando o acesso aos livros.

Inclusive, os números já confirmam que o programa está cumprindo seu propósito. Houve um aumento de cerca de 40% na quantidade de requerimentos da primeira edição (2016-2017) para a segunda edição do programa (2017-2018). A Escola Superior da DPE também registrou crescimento no valor estimado para a aquisição de novos livros, com 38,83% a mais em relação ao primeiro ano.

BONS INDICATIVOS

- Aumento de 41,74% nos números de requerimentos em relação à 1ª edição do Programa 2016-2017;
- Aumento de 16,33% na quantidade de títulos solicitados em relação à 1ª edição do Programa 2016-2017;
- Aumento de 38,83% no valor estimado para a realização da compra em relação à 1ª edição do Programa 2016-2017;
- No interior, a Defensoria Pública vem desenvolvendo minibibliotecas com material específico para cada comarca. Valença, por exemplo, já conta com acervo próprio de livros. Novos títulos também foram adquiridos para a formação de novas minibibliotecas em Amargosa, Esplanada, Euclides da Cunha, Eunápolis, Itaberaba e Itaparica.

PROGRAMA RENOVAÇÃO LITERÁRIA

	2016-2017		2017-2018	
	SOLICITAÇÕES	103 solicitações	91 solicitações atendidas parcialmente	145 solicitações
TOTAL DE LIVROS	398 livros solicitados	218 livros comprados	463 livros solicitados	450 livros comprados
VALOR ESTIMADO	R\$ 51.500,00		R\$ 71.500,00	
TOTAL COMPRADO	R\$ 33.103,69		R\$ 61.927,25	

AMPLIAÇÃO DO ACERVO DIGITAL

A renovação literária da Defensoria Pública não ocorreu apenas no plano físico. O acervo digital da biblioteca da instituição baiana ganhou mais ferramentas com a assinatura e renovação dos seguintes materiais:

Magister Net

Assinatura de sistema de pesquisa *on-line* que traz conteúdo jurisprudencial, legislativo, doutrinário e prático-processual.

Biblioteca Digital Revista dos Tribunais

Assinatura de acervo com as principais obras do Direito, tais como códigos comentados, manuais, monografias e doutrinas dos mais renomados autores.

Revista Magister Direito Urbanístico física e *on-line*

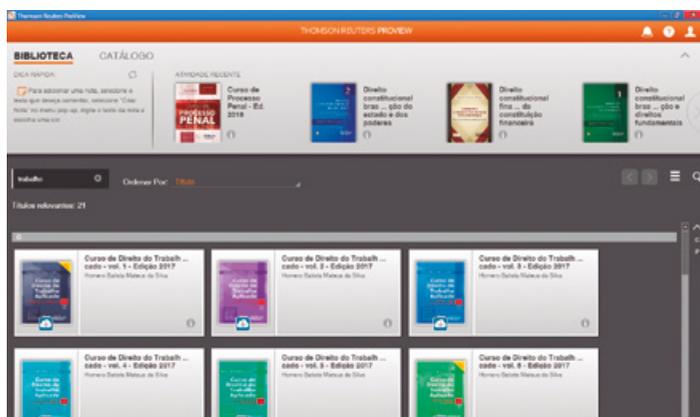
Compra de título que reúne artigos doutrinários, jurisprudência com ementário e acórdãos na íntegra dos principais tribunais pátrios, além de Súmulas do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais.

Revista RBCCRIM

Renovação de assinatura de revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Boletim IBDFAM – físico e digital

Físico e digital – Renovação de assinatura do boletim do Instituto Brasileiro de Direito de Família.



ESPECIALIZAÇÃO EM DEFENSORIA PÚBLICA



Curso de especialização em Defensoria Pública

Quarenta e quatro defensores públicos formaram-se especialistas em Defensoria Pública, por meio de curso de pós-graduação criado pela Esdep, em parceria com a Universidade Salvador – Unifacs, em 2015.

A Portaria 003/2015 da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que cria o programa de fomento à titulação dos membros da DPE/BA, foi publicada no Diário Oficial do Estado. O objetivo é que a Esdep promova a capacitação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento de integrantes, servidores e estagiários.

O programa de bolsas atendeu a uma reivindicação antiga dos defensores públicos. No início da gestão do defensor público geral Clériston Cavalcante de Macêdo, em março de 2015, a direção da Escola Superior fez uma enquete que ratificou o interesse dos membros da DPE acerca de cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Quarenta e quatro defensores públicos formaram-se especialistas em Defensoria Pública, por meio de curso de pós-graduação criado pela Esdep, em parceria com a Universidade Salvador – Unifacs, em 2015.

BOLSAS DE MESTRADO E DOUTORADO

Em 2015, defensores públicos da Bahia passaram a ter acesso a bolsas de estudo para o custeio de despesas com mestrado e doutorado. Em 2017, o programa de titulação foi ampliado, contemplando também cursos de pós-graduação *lato sensu*. O objetivo da Escola Superior é fomentar a titulação dos membros, possibilitar o aperfeiçoamento da atuação defensorial, bem como criar no ambiente acadêmico uma cultura de Defensoria Pública que possibilite o fortalecimento das posições e teses que a instituição defende cotidianamente.

Os resultados já podem ser vistos: 11 defensores públicos seguem em formação em áreas como Ciências Criminais, Família e Jurisdição Constitucional, com apoio dos custos dos estudos bancados pela instituição baiana.

MESTRADO - Em março deste ano (2018), a defensora pública Maria Carmen Novaes foi a primeira defensora pública a conseguir concluir o mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL através desse programa.



Maria Carmen Novaes, primeira doutora formada pelo programa da Defensoria, na defesa da sua tese

“É interessante como a combinação de caminhar na busca do conhecimento e o cansaço desta mesma estrada trazem uma alegria ímpar, de estar testando a si própria e conhecendo-se vencedora. Poder descobrir a habilidade de apreender, compreender e analisar as informações alcança a satisfação de tornar-se uma profissional melhor, com uma atuação ampliada pela multidisciplinariedade e pela razão mais aprimorada e, acima de tudo, com disposição para partilhar e difundir o conhecimento”, disse a defensora pública Maria Carmen Novaes, que recebeu o título de especialista apresentando o tema “Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade: um estudo sobre a execução da medida pela Defensoria Pública do Estado da Bahia no Município de Salvador”.

PARTICIPAÇÃO DE DEFENSORES

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Cinco defensores públicos matriculados no curso de pós-graduação em Ciências Criminais na Universidade Católica do Salvador - UCSAL.

MESTRADO

Três defensores no programa de pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (Ucsal).

DOUTORADO

Um defensor no programa de pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (Ucsal).

Um defensor no programa de pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Um defensor no programa de pós-graduação, “Jurisdição Constitucional e Novos Direitos” da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ESDEP REGULAMENTA GRUPOS DE PESQUISA

O funcionamento de grupos de pesquisas no âmbito da Escola Superior já é realidade. Após aprovação pelo Conselho Deliberativo do FAJ em outubro de 2017, por meio da Resolução 003/2017, dois grupos de pesquisa já solicitaram a formalização. São esses: ‘População em situação de rua e direitos humanos’, liderado pela defensora pública e mestra em Política Social e Cidadania Fabiana Almeida Miranda e pela mestra em Política Social e Cidadania, Sandra Moreira Costa de Carvalho; e ‘Estudos sobre Defensoria Pública’, liderado pelo defensor público e mestre em Direito Público, Lucas Marques Luz da Ressureição.

A prática tem como objetivo promover a produção de conhecimento próprio e inerente à atuação da Defensoria Pública, bem como parametrizar a realização de pesquisas. O material produzido pelos grupos de pesquisa, assim como os estudos, relatórios e boletins do observatório de prática penal, é disponibilizado no site da Escola Superior da Defensoria Pública. Além da iniciativa, a Esdep também sedia encontros de dois grupos de estudos em Salvador, um do Projeto Acolher e o outro do Núcleo Pop Rua.

PRÁTICAS EXITOSAS PREMIADAS



Equipe de Vitória da Conquista recebeu menção honrosa no Prêmio *Conciliar é Legal* do CNJ

A Defensoria Pública vem fomentando a produção e apresentação de práticas exitosas e teses da instituição em congressos estaduais e nacionais, seminários, bem como no Prêmio Innovare – maior premiação da área jurídica do Brasil – no qual a instituição já foi homenageada em pelo menos duas edições.

O Projeto *Centro de Mediação e Conciliação para Questões Relacionadas ao Direito das Famílias*, desenvolvido por quatro defensores e quatro estagiários de Direito da

unidade de Vitória da Conquista, recebeu menção honrosa na categoria Mediação e Conciliação Extrajudicial, na premiação do *Conciliar é Legal*, prêmio do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em sua sétima edição, em 2017.

Os autores do projeto foram a defensora pública Marta Cristina Nunes Almeida e os defensores públicos Lúdio Rodrigues Bonfim, Robson Vieira Santos, Valdemir Novais Pina e os estagiários de Direito da Defensoria Pública da Bahia, Samara Pereira Meira, Tatiana Ribeiro Lago, Victor Cangussu de Souza e Natalia Sampaio, que também atuam como mediadores sob supervisão dos defensores públicos.

Em 2016, durante o Congresso Estadual dos Defensores, foram apresentadas práticas exitosas na área de Família e na área de Direitos Humanos, com os seguintes temas: *Articulação pela criação de fluxo específico de acesso ao direito à saúde urgência/emergência, baixa, média e alta complexidade para a população em situação de rua e criação do conselho técnico municipal de saúde para a população em situação de rua e Retificação extrajudicial de registro de pessoas trans.*

Em 2017, duas práticas exitosas da instituição baiana foram premiadas durante o XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, em Florianópolis. Foram elas: *Direito à saúde para a população em situação de rua de Salvador – cartão de SUS e Pop Rua*, da defensora pública Fabiana Almeida Miranda; e *Alteração administrativa do registro civil para travestis, transexuais e transgêneros: viabilidades e construção jurídica*, dos defensores públicos Alexandra Soares da Silva, Bethania Ferreira de Souza, Felipe Silva Noya, e João Ricardo Alcântara.

Outras práticas e teses, embora não premiadas, também foram apresentadas durante o evento: *O casamento coletivo LGBT de Santo Amaro/BA: A atuação da Defensoria Pública na afirmação da diversidade sexual e da família homoafetiva* e *O olhar da Defensoria Pública na efetivação dos direitos humanos das mulheres e a aplicação de métodos de solução consensual de conflitos para mulheres em situação de violência.*

Em 2018, a Defensoria baiana concorreu ao Prêmio Innovare com as seguintes práticas: Defensoria Cidadã Itinerante – DCI, agendamento *on-line*, Unidade Móvel de Atendimento, Sistema de Planejamento e Expansão da Defensoria – Siped, e os projetos *Socorrer* e *Mãos que Reciclam*.



O projeto SOCORRER, desenvolvido pela Especializada de Curadoria Especial, recebeu menção honrosa no Concurso Nacional de Práticas Eficientes de Atendimento realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro



Defensoras da Infância premiadas por Litigância Estratégica em Direitos Humanos

Com o tema *A Defensoria Pública e as estratégias para a garantia do direito à educação infantil: Uma análise do caso de Pernambués, Salvador/BA*, as defensoras públicas Gisele Pereira Argolo e Laíssa de Araújo Rocha ficaram entre as seis práticas vencedoras do concurso de Casos de Litigância Estratégica em Direitos Humanos, promovido pelo Fórum Justiça e pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro – DPE/RJ.

CONCORRERAM AO PRÊMIO INNOVARE EM 2018

DEFENSORIA CIDADÃ ITINERANTE – DCI - Teve início em 2015, coordenada pela defensora pública Gianna Gerbasi, e levou serviços da instituição às Bases Comunitárias de Segurança, nos mais diversos locais em Salvador, Itabuna, Feira de Santana e Vitória da Conquista. Os locais são escolhidos a partir de critérios como alto índice de violência e vulnerabilidade social. A ação é uma contribuição da DPE/BA ao *Pacto Pela Vida*, sendo desenvolvida em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, com atendimentos jurídicos e exames de DNA gratuitos.

AGENDAMENTO ON-LINE - Idealizado pelos defensores públicos Gil Braga e Gianna Gerbasi, foi implantado pela Defensoria Pública com o objetivo de promover maior agilidade na marcação do primeiro atendimento, e é mais uma ferramenta criada para facilitar o acesso aos serviços oferecidos. Através do *site* institucional, é possível agendar e acompanhar o histórico dos agendamentos em todas as áreas das Especializadas da DPE/BA, que, por meio dos casos descritos no procedimento de agendamento, realiza uma triagem específica e direciona o caso relatado para a Especializada responsável para fazer o atendimento.

SISTEMA DE PLANEJAMENTO DE EXPANSÃO – SIPED - É um sistema matemático-estatístico que faz todos os cálculos necessários, com base nas informações que são inseridas e traz dados objetivos – quantidade da população em situação de pobreza, de juízes, de unidades prisionais e unidades de acolhimento aos adolescentes –, que está ajudando a Defensoria baiana a identificar que comarcas mais necessitam de defensores públicos. Foi idealizado pelo defensor público Rafson Ximenes e desenvolvido por Thales Almeida e Flávia Barreto, da Coordenação de Modernização e Informática.

UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO – UMA - Idealizada pelo defensor-geral, Clériston Cavalcante de Macêdo, foi adquirida com o propósito de interiorizar os serviços da Defensoria, alcançando, prioritariamente, as comunidades que não dispõem ainda dos serviços da instituição. São prestados serviços de atendimento jurídico e realizados exames gratuitos de DNA à população. Mais de 21 mil pessoas já foram atendidas pela UMA.

PROJETO MÃOS QUE RECICLAM - Tem como proposta contribuir para a inclusão social e emancipação econômica os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, além da criação de uma associação para dar o suporte necessário, inclusive jurídico, na implantação da reciclagem em condomínios, escolas, bares e restaurantes, apresentando as pessoas da associação para fazer as coletas, e também implantar ecopontos para coletas de materiais recicláveis. Foi idealizado pela defensora pública Kaliany Gonzaga.

PROJETO SOCORRER - Presta atendimento às pessoas adultas e idosas incapazes em abrigos e instituições de longa permanência no município de Salvador e faz diagnóstico de situações-problemas conforme ações de interdição e curatela. As instituições-alvo do *Socorrer* são unidades de acolhimento públicas ou sem fins lucrativos, cujo público-alvo são pessoas adultas e idosas sem representação legal, curateladas ou em processo de curatela. Idealizado e coordenado pela defensora pública Mônica Aragão, é desenvolvido pela assistente social Sheyla Paranaguá e equipe multidisciplinar.

PROJETO INCLUI AUTISTAS EM ESTÁGIO



Assinatura de convênio de estágio para autistas

Contemplar a neurodiversidade e garantir a inserção no mercado de trabalho para adolescentes autistas. Trata-se do Projeto *Estágio Especial*, idealizado pela Defensoria Pública da Bahia que, pela primeira vez na história da instituição, viabilizou vagas de estágios para jovens com esse tipo de transtorno. Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que uma em cada 68 pessoas tem o transtorno do espectro do autismo, e 80% delas estão desempregadas.

Um acordo de cooperação técnica foi assinado entre a Defensoria baiana e a Associação Projeto Fantástico do Autista - FAMA, que atende 20 autistas, dos quais apenas sete têm idade inferior a 15 anos. Em maio de 2018, após início dos diálogos com o Projeto Fama, servidores da Esdep e de outros dois setores da DPE participaram de um seminário sobre o tema, a fim de promover a sensibilização da equipe. De lá até outubro de 2018, foram concluídas as etapas de formalização, capacitação de servidores da Defensoria baiana para receber quatro desses adolescentes, que hoje trabalham na Especializada em Direitos da Criança e do Adolescente, na Casa de Acesso à Justiça I e II e na Escola Superior da Defensoria baiana, todos em Salvador. O estágio, por meio do Projeto *Estágio Especial*, terá duração de seis meses, podendo ser renovável por período superior a dois anos, conforme lei que rege o estágio para pessoas com o transtorno do espectro do autismo.



FORMAÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS

Estagiários dos ensinos Médio e Superior da Defensoria Pública da Bahia são rotineiramente capacitados para uma compreensão global das atividades que exercem e do papel da instituição onde atuam.

De 2015 a 2018, mais de mil estudantes do Ensino Superior foram alcançados por cursos de formação inicial, que apresenta aos novos estagiários a estrutura e atuação da Defensoria. Além disso, também tiveram acesso à formação continuada, que capacita a equipe para temas mais específicos, como direito das famílias e o novo código de processo civil.

Aproximadamente 650 estudantes do nível médio e técnico também passaram pelo processo de capacitação para atuar na Defensoria Pública nesse mesmo período.

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR

2015	2 cursos de formação inicial abrangendo 76 participantes e 3 cursos de formação continuada abrangendo 416 participantes
2016	3 cursos de formação continuada abrangendo 305 participantes
2017	1 curso de formação inicial abrangendo 65 participantes e 4 cursos de formação continuada abrangendo 274 participantes
2018	1 curso de capacitação continuada abrangendo 57 participantes

FORMAÇÃO PARA SERVIDORES E DEFENSORES

Nos anos de 2017 e 2018, a Esdep intensificou as parcerias com outras escolas superiores de Defensoria Pública e organismos estatais a fim de viabilizar a participação de defensores públicos e servidores em cursos e seminários.

Algumas dessas atividades, inclusive, foram construídas no âmbito da Comissão Especial de Escolas Superiores e Centros de Estudos do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege), a exemplo do *Seminário Direitos das Famílias das Defensorias Públicas*, transmitido *on-line* pela plataforma de ensino a distância da Escola Superior da Defensoria de São Paulo em junho de 2017; e o *Seminário Nacional Qualidade e Eficiência no Atendimento da Defensoria Pública*, realizado na Defensoria Pública do Rio de Janeiro em junho de 2018, contando com a participação presencial de 14 membros da Defensoria Pública da Bahia.

Seguindo o fluxo das formações, 29 servidores também foram capacitados pela Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado, em onze cursos na área técnica-administrativa, no ano de 2018, envolvendo temas como gestão do orçamento e gestão financeira, licitação e contratos, sistemas informatizados de controle, auditoria governamental, auditoria contábil, língua portuguesa e redação oficial, dentre outros.

ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

2015	2 cursos de formação inicial abrangendo 85 participantes
2016	2 cursos de formação inicial abrangendo 194 participantes
2017	1 curso de formação inicial abrangendo 170 participantes
2018	1 curso de formação inicial abrangendo 96 participantes e 1 de formação continuada abrangendo 134 participantes

Direitos desta edição reservados.
Nenhuma parte pode ser reproduzida sem a expressa autorização

Defensoria Pública Geral

Clérison Cavalcante de Macêdo

Produção

Vanda Amorim - Ascom DPE/BA - DRT/PE 1339
Lucas Fernandes - Ascom DPE/BA - DRT/BA 4922

Fotos

Acervo ASCOM, Humberto Filho e Manoel Porto

Coordenação de Produção e Projeto Gráfico

P55 Edição / André Portugal e Marcelo Portugal

Capa e Coordenação Editorial

SLA Propaganda

Impressão

Gráfica Contraste



www.defensoria.ba.def.br

Impresso em Salvador, Bahia, em janeiro de 2019

